ESTADO DO AMAZONAS

MENSAGEM

à

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

Apresentada pelo Excelentíssimo
Senhor Governador

DANILO DUARTE DE MATTOS AREOSA

— 1969 —

MENSAGEM

à

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

Apresentada pelo Excelentíssimo
Senhor Governador

DANILO DUARTE DE MATTOS AREOSA

na abertura da Sessão
Legislativa de 1969

Vedado o Empréstimo

BIBLIOTECA PÚBLICA DO ESTADO
MANAUS - AMAZONAS

ÍNDICE

		Págs.
1.	INTRODUÇÃO	7
2.	EDUCAÇÃO E CULTURA	19
	Aperfeiçoamento do Ensino	
	Estatuto do Magistério	
	Reforma dos Instrumentos de Transmissão da Cultura	
	Fundação Educacional	
	Rádio e Televisão Educativa	
	Ensino Primário	
	Ensino Médio	
	Cultura	
3.	SAÚDE PÚBLICA	35
	Atividades da SUSEMI	
	Departamento de Medicina Hospitalar	
	Departamento de Medicina Preventiva	
4.	OBRAS PÚBLICAS	53
	Execução de Obras de Reparos e Recuperações	
	Execução de Construções Novas	
	Serviço de Transporte Coletivo	
	Olaria do Estado	
5.	SANEAMENTO	61
	Novo sistema de abastecimento de água	
	Esgôtos	
6.	TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES	67
	Programa Rodoviário	
	Telecomunicações	
7.	BEM-ESTAR SOCIAL	85
	Habitação	
	Previdência	
	Serviço Social	
8.	DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	101
	Produção Agropecuária	
	Eletrificação	
	Banco do Estado	
	COEDAMA	
	Turismo	

BIBLIOTECA PÚBLICA DO ESTADO
MANAUS - AMAZONAS

9. POLÍTICA ECONÔMICO-FINANCEIRA DO ESTADO. 139
Execução do Orçamento de 1968
Orçamento para 1969
Divisão de Orçamento
Receita da Capital e do Interior
Divisão de Fiscalização
Ministério Público
Polícia Militar
Aparelhamento Policial
10. JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA 149
Ministério Público
Polícia Militar
Aparelhamento Policial
11. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA 163
Administração de Pessoal
Representações do Govêrno
Imprensa Oficial
Arquivo Público
12. GABINETE DO EXECUTIVO 183
Casa Civil
Casa Militar
Secretaria de Imprensa e Divulgação
13. GOVÊRNO FEDERAL NO AMAZONAS..... 189
Pleitos do Estado
14. RELAÇÕES COM ENTIDADE DIVERSAS..... 195
SUFRAMA
INDA
SUDAM
INPA
Fôrças Armadas
CEM
Universidade do Amazonas
Administrações Municipais
15. ESPORTES 203
Estádio "Vivaldo Lima"
16. COLONIZAÇÃO E POVOAMENTO 207
Ação do Govêrno do Estado
17. SERVIÇO LOTÉRICO 213
Loteria Estadual
18. CONCLUSÕES FINAIS 217

Funções do Estado

Pensadores antigos e modernos, em diferentes doutrinas, têm procurado fixar a função precípua do Estado. Assim que, já foi atribuído ao Estado, funções e fins de caráter universal, de maneira a submeter tôda a vida humana a um regulamento preciso. Um exemplo clássico dessa concepção vamos encontrar nas civilizações antigas. Enquanto isto, outros autores defendem a diminuição sensível dos encargos do Estado, a fim de propiciar a mais ampla margem à liberdade individual.

Numerosas outras obras, enfocam diversas tendências intermediárias de tentativas de conciliação e síntese.

Filiamo-nos à corrente daqueles que entendem ser uma das principais funções do Estado, a criação das condições exigidas para o bem comum assim como assegurar o pleno exercício dos direitos humanos.

Em mensagem dirigida ao povo amazonense, afirmamos na oportunidade, que o nosso Govêrno tem assegurado a todos os cidadãos, os seus direitos e garantias, amparados pela Lei, além do clima de liberdade e de paz, elementos indispensáveis ao desenvolvimento, porquanto sòmente nos regimes totalitários é que o progresso se constrói em prejuízo da dignidade humana e do aviltamento da personalidade, enquanto que a Democracia tendo como centro o homem, considerado como um ser essencialmente espiritual, livre e racional, respeita acima de tudo os direitos naturais de todos os membros da sociedade.

E é neste ambiente de paz e liberdade, que temos conduzido o Estado no sentido de proporcionar ao povo amazonense melhores condições de vida, para o que temos contado com a atuação eficiente de uma equipe dedicada de auxiliares, além, naturalmente, do apôio inestimável que o nosso Govêrno há recebido

de Vossas Excelências, na elaboração das leis que temos solicitado, através de Mensagens enviadas a êste Augusto Poder, num total de 156 no decorrer de 1968.

Planejamento

Nenhum desenvolvimento poderá ser levado a efeito, sem que esteja calcado em bases realísticas e dentro de um planejamento metòdicamente estruturado.

Não há mais vez para as improvisações, para as soluções de rotina. As administrações modernas, caracterizam a sua dinâmica, pelos planos de govêrno, no qual são traçadas as linhas mestras de sua ação.

Segundo observação de José Maria Jácome, Assessor Regional de Administração Pública, nas Nações Unidas, a América Latina tem presenciado nas últimas duas décadas, a introdução paulatina de uma das reformas administrativas mais profundas em sua história : o uso do planejamento sócio-econômico para a condução da ação governamental. Os sistemas tradicionais de decisão do Govêrno, usados até o início da década de 1950, quase sempre muito simples e elementares serviam para economias essencialmente liberais, nas quais o papel do Poder Público se limitava a criar condições mínimas para que a emprêsa privada pudesse atuar livremente nas economias de mercado.

Dentro desta concepção da função do Estado na vida moderna, a nossa administração adotou como norma de trabalho que vem seguindo nestes 24 meses, o critério do planejamento, que é definido como um instrumento de política econômica que, a par da limitação de recursos e a imperiosa necessidade de implantação de serviços básicos, permite aos Governos a escôlha de áreas de atuação, de metas prioritárias para onde deverão convergir todos os recursos possíveis, evitando, assim, por meio da ação programada a pulverização tão prejudicial aos sistemas econômicos.

De acôrdo com êste pensamento, foi elaborado o Plano Quinquenal do Govêrno do Estado, sob a coordenação técnica da CODEAMA, tendo como motivação principal a ocupação efetiva

da extensa área que compreende o território amazonense, o aproveitamento de suas potencialidades econômicas e sua integração ao contexto sócio-econômico do restante do país, seguindo as diretrizes da filosofia desenvolvimentista do Govêrno Federal.

É justo ressaltar nesta oportunidade, a participação do Poder Legislativo, traduzida na compreensão e apôio de Vossas Excelências que, identificados com a problemática sócio-econômica do nosso Estado, vêm apoiando integralmente a política de planejamento colocada em prática pelo nosso Govêrno, num alto sentido de discernimento desenvolvimentista.

Desenvolvimento do Interior

Sem descurar dos problemas com vistas ao maior desenvolvimento da capital do Estado, o espírito do Plano Quinquenal tem sido o de concentrar recursos e atividades, para através de uma programação racional, instituir nas várias zonas fisiográficas, focos de desenvolvimento, objetivando criar condições para a formação de uma infraestrutura capaz de gerar efeitos desenvolvimentistas no interior do Estado, e com isto romper as barreiras de uma economia pré-capitalista e de escambo, característica das zonas rurais do Amazonas.

Assim é que, dentro das limitações dos recursos financeiros para a execução das metas fixadas, temos voltado as nossas atenções para o interior, onde estão as reservas maiores do Estado, fonte das matérias-primas que constituem a base e a substância de nossa riqueza.

Portanto, há que serem tomadas medidas objetivando estimular, ampliar e desenvolver a capacidade produtiva da hinterlândia, dando ao homem condições para que possa trabalhar com maior tranquilidade e com isto melhor produzir para si e em benefício do progresso do Estado.

Daí porque, através de Mensagem remetida à consideração de Vossas Excelências, e posteriormente convertida em lei, o produtor de matérias-primas, o homem, que, com o seu suor lavra a terra, muitas vêzes ajudado nesta faina, por seus familiares, ficou desobrigado do pagamento do Impôsto de Circulação de

Mercadorias, sendo esta obrigação transferida ao primeiro comprador ou exportador, iniciativa que vem tendo resultados altamente compensatórios, porquanto com êste estímulo recebido, com esta prova de reconhecimento ao seu trabalho árduo, o homem do interior passou a produzir mais e melhor, advindo em consequência um aumento de produtividade.

Esta Lei atendeu assim a uma realidade sócio-econômica do nosso Estado. E como Vossas Excelências são sabedores não se faz uma lei só pelo prazer ou pelo capricho de fazê-la. Não se legisla para a satisfação íntima de uma vaidade, ou para mostrar aos outros que se faz o que se quer fazer, não o que se deve ou se precisa fazer. Tôda Lei há de corresponder a uma necessidade social.

Nos capítulos que se segue, procuramos dar uma visão geral a Vossas Excelências, das realizações do Govêrno no curso de 1968, bem como do prosseguimento de diversas obras nos vários setores da administração, tendo como preocupação central atender os justos anseios da coletividade amazonense e o de rasgar novos horizontes e perspectivas para o desenvolvimento sócio-econômico do nosso Estado.

Para a concretização dêste desideratum, faz-se necessário que sejam mobilizadas tôdas as energias humanas, capazes de realizarem empreendimentos extraordinários quando motivadas e tocadas pelo sentimento regionalista ou nacionalista.

A inteligência do homem tem dimensões inimagináveis, proporcionando à humanidade conquistas que chegam a superar o mundo da fantasia, como nos mostra o rápido desenvolvimento da ciência espacial.

"O Homem é o criador do seu meio; êle é quem transforma e cria o seu ambiente", afirma o sociólogo Diegues Júnior, no que talvez não tivessem crido, os defensores da hoje superada tese que considerava as regiões tropicais como hostís ao homem e à existência de uma civilização.

A região, diz-nos ainda aquele cientista social, é um produto da ação do homem, da sua inteligência e da sua capacidade criadora.

É necessário, todavia, que ao homem sejam dadas as condições materiais mínimas para melhor desenvolver suas aptidões. É o que reclama o homem amazônico, integrante de um mundo diferente em seus aspectos geográficos, econômicos e etnográficos, como soe ser a Amazônia Brasileira, integrada de áreas com peculiaridades distintas e paisagens culturais, diversificadas.

Dentro desta realidade sócio-geo-econômica, situa-se a Amazônia Ocidental, hoje legalmente reconhecida como a exigir um tratamento específico e especial no encaminhamento das soluções para a ocupação desta área, que devem ser sobretudo soluções realistas e corajosas.

Esta compreensão da realidade amazônica, com suas variantes e desigualdades, encontrou apôio oficial a partir da revolução de Março de 1964, que inclusivè deu-nos leis especialmente elaboradas para a Amazônia Ocidental.

A restruturação e o revigoramento da Zona Franca, foi o grande instrumento que motivou a mobilização de tôdas as energias de uma comunidade, agitando-a e sacudindo-a nos seus alicerces, dinamizando novas riquezas, criando enfim àquela mística que estava faltando para a retomada do desenvolvimento num ritmo mais acelerado.

Urge, portanto, que êste desenvolvimento seja mantido, sem o que a Amazônia Ocidental continuará um imenso vazio geográfico e um deserto de angústias, no que aliás tem sido o propósito do Govêrno revolucionário.

Os instrumentos que estão abrindo novas perspectivas de progresso e desenvolvimento na Amazônia Ocidental, devem portanto ser mantidos, preservados e resguardados, como um patrimônio dos mais caros de um povo que já sofreu muitas decepções e frustrações na sua longa e persistente caminhada, para manter uma civilização construída em plena selva, e que sòmente aspira a integrar-se ao Brasil moderno, progressista e desenvolvido.

Senhores Deputados:

Uma nova etapa foi iniciada na batalha que se vem travando para darmos ao Amazonas um futuro de maior progresso.

A luta tem sido e continuará árdua, difícil e cheia de obstáculos, e por vezes temos sido incompreendidos e mal interpretados em nossos sadios propósitos de proporcionar ao nosso Estado e ao seu povo melhores condições de vida.

Por termos a consciência tranquila de virmos cumprindo com fidelidade o honroso mandato que nos foi outorgado por esta Assembléia, a nossa atitude por isto mesmo reflete serenidade e uma absoluta tranquilidade, mesmo diante de atos provocadores, aos quais sempre responderemos com energia e firmeza, sem perdermos o equilíbrio e a calma, e conservando aquele espírito de tolerância, indispensável, até certo ponto, numa convivência democrática, mas que tal atitude não seja interpretada como passividade, omissão ou covardia.

Não são necessários gestos sensacionalistas para solucionarmos os problemas de maior interêsse da população, de vez que temos equacionado e atendido reivindicações que desafiaram Governos e administradores de nossa terra.

Temos em pleno andamento, as obras do novo sistema de abastecimento de água de Manaus, empreendimento arrojado e que representa uma solução definitiva de um problema que vinha se arrastando há mais de duas décadas.

Homens e máquinas, numa conjugação de esforços, vencem a floresta na implantação da grande rodovia que irá concretizar um sonho secular de integração física do Amazonas, ao restante do Brasil, através da estrada Manaus - Pôrto Velho.

Todavia, em que pese os esforços que temos enviado, para substituir as instituições e instrumentos de trabalho, de nosso Estado, que não mais correspondem à realidade e ao anseio de uma renovação para recuperarmos o tempo perdido, a ação administrativa, todavia tem de ser condicionada às dificuldades inerentes à nossa região, as quais Vossas Excelências conhecem perfeitamente.

É preciso levar em conta o gigantismo da área territorial do nosso Estado, para se ter a exata compreensão da complexidade dos problemas que temos a enfrentar.

Nada menos de 1.558.987 quilômetros quadrados de terras pertencem ao Estado do Amazonas, correspondendo a 18,4% do total do país, com uma população estimada em cêrca de 800 mil habitantes, desordenadamente distribuida pelo espaço geográfico numa ocupação de tipo linear, apresentando a menor densidade demográfica do país. Ressalte-se, por outro lado, o estágio educacional e cultural bastante deficiente em que se encontra essa população. Êstes fatôres tornam ainda mais difícil a execução de uma política de ocupação e de aproveitamento racional dos recursos naturais de nosso Estado.

É preciso que sejamos imbuidos de um espírito audacioso, de agressividade nas ações, dotados de imaginação e poder de decisão firme, sem o que não estaremos a altura de enfrentar a complexidade dos problemas que desafiam a nossa capacidade, diante da dura realidade sócio-econômica e cultural do nosso interior, com lances dramáticos.

Soluções de rotina jamais modificarão o quadro que há longos decênios submete uma população a um estilo de vida incompatível com a dignidade humana. Por isto, precisamos ser audaciosos, e ter a coragem de apresentar soluções que para muitos, poderão parecer estravagantes ou despidas de realidade, simplesmente porque trazem uma mensagem de renovação e um sentido inovador.

O setor primário da economia amazonense que absorve grande parte da população econômicamente ativa, cujo índice em 1960, era da ordem de 84,9% contribui com apenas 29,4% para a formação da renda, o que traduz uma baixa produtividade do setor e um rendimento bastante diminuto por habitante empregado. Por conseguinte, essas populações apresentam um poder aquisitivo reduzido.

Para modificação dêste panorama — que já vem se alterando para melhor — é que se funda a filosofia do nosso Govêrno, através dos melhoramentos que estão sendo realizados nos setores básicos da economia e a implantação de uma infraestrutura adequada à região, completando com a agricultura e a pecuária o quadro necessário à demarragem do desenvolvimento do Amazonas, que possui a sexta renda **per capita** maior do país, uma

No tocante à assistência técnica e ao crédito rural, duas providências terão que ser tomadas relativamente à economia jutícola :

a) redução dos custos de produção através da introdução de melhoria nos processos de cultivo, colheita e beneficiamento.

b) fomento e cultivo de subsistência naquelas áreas de jutais de baixa produtividade e rentabilidade.

É imperativo uma diversificação da economia amazonense e à agropecuária está reservado papel de destaque no processo desenvolvimentista do nosso Estado.

2. EDUCAÇÃO E CULTURA

Aperfeiçoamento do Ensino

Estatuto do Magistério

Reforma dos Instrumentos de Transmissão da Cultura

Fundação Educacional

Rádio e Televisão Educativa

Ensino Primário

Ensino Médio

Cultura

Reputamos a educação como instrumento da maior importância para o desenvolvimento social e econômico. E consoante tivemos oportunidade de ressaltar, em certa ocasião, educação é Democracia. Educação é independência. Educação é, ainda, soberania e afirmação de poder nacional.

A Secretaria da Educação e Cultura, de acôrdo com as diretrizes do Govêrno, vem procurando impulsionar um trabalho que objetive alcançar a pontos fundamentais, aquêles que consideramos essenciais para que se consiga realizar uma tarefa da educação para o desenvolvimento :

1. A reforma dos currículos escolares e dos instrumentos de transmissão da cultura, de modo a adequá-los à realidade regional, sem perder de vista as perspectivas de universidades do homem;

2. A ampliação da rêde escolar quer no interior, quer na capital, oferecendo oportunidade a que um maior número de cidadãos, em idade escolar, exercessem com dignidade, o direito de educar-se.

Êstes dois últimos anos, portanto, foram dedicados à execução do programa traçado, num labor ingente no que se refere à organização e racionalização dos serviços da Secretaria da Educação e Cultura, o aperfeiçoamento do ensino e o cumprimento do plano de investimentos e convênios que visa :

1. A expansão da rêde escolar visando a reduzir o "deficit' de salas de aula em relação à população em idade escolar, através da construção de unidades, aquisição de equipamento e crescimento numérico do pessoal docente;

2. Convênios com os Ministérios do Planeja-

mento e o da Educação e Cultura, para a elaboração de um Plano Integrado de Educação, nos níveis superior, médio e primário, e nas áreas federais e estaduais.

Aperfeiçoamento do Ensino

Para ouvi-lo, a Secretaria da Educação e Cultura convocou o professorado amazonense que, naquilo que se constituiu o I SEMINÁRIO DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS (SEMEP), ofereceu a sua sugestão, fruto da vivência e do conhecimento de nossa realidade, a fim de que a Secretaria da Educação e Cultura pudesse sugerir a filosofia geral a ser seguida com vistas ao aperfeiçoamento do ensino.

O tema do Seminário foi a reforma dos currículos do ensino médio e primário que, além de ter contribuído com um conteúdo mais informado dos nossos problemas, oferecendo soluções, nos possibilitou abrir novas frentes de interêsse para o estudante amazonense, através dos cursos de Técnico em Estatística, Técnico em Administração de Emprêsa e Técnico de Secretariado, todos êles a terem funcionamento no Colégio "Solon de Lucena", possìvelmente, ainda em 1969; a criação do sexto ano, como complemento do curso primário, especialmente destinado àqueles que, por qualquer motivo, não tenham tido possibilidade de ingressar no curso médio e que precisem de ter, por isso, uma formação profissional adequada — objetivo do sexto ano; curso secundário diversificado, para atender à demanda daqueles jovens que, por tendência ou vocação, se destinem a ingressar em curso superior, nos setores específicos das Ciências Biológicas, Ciências Exatas ou Matemáticas, ou Ciências Humanas.

Estatuto do Magistério

Ainda no âmbito da reforma do ensino, porque nela tem implicações, uma outra iniciativa digna de destaque foi a elaboração do Estatuto do Magistério, velha aspiração, que estabeleceu o regime jurídico do professorado de nível médio e primário do Amazonas, assegurando-lhe o direito de defender os

seus interêsses sem que tenha de socorrer-se do expediente de apadrinhamento ou de solicitações de favor. O Estatuto do Magistério, por outro lado, é um instrumento que muito servirá à administração no que concerne ao aprimoramento da mão de obra, à premiação dos esforços e ao justo reconhecimento dos educadores mais capazes.

Reforma dos Instrumentos de Transmissão da Cultura

Em maio de 1968 foi instalada a Fundação Cultural do Amazonas. Era o antigo Departamento de Cultura que, envelhecido e despreparado, não tinha condições de realizar a política adotada pelo Govêrno, no campo da Cultura.

Mas esta decisão, também, não foi objeto de medida arbitrária. Foi o fruto das sugestões oferecidas pelos intelectuais do Amazonas reunidos, por convocação da Secretaria da Educação e Cultura, no Seminário de Revisão Crítica da Cultura.

Aquêle encontro nos cumulou de um acêrvo inestimável de idéias que, em parte, estão sendo postas em prática pela Fundação Cultural que tem, sob sua jurisdição, o comandamento administrativo do Teatro Amazonas, Biblioteca do Estado, Museu de Numismática e Pinacoteca, intensificando suas programações e possibilitando a montagem de bons espetáculos de música e teatro, aquisição de livros para o acêrvo da Biblioteca e de obras de arte para a Pinacoteca; a realização dos Festivais da Cultura, abrangendo as várias fontes de criação artística, tanto as de esfera popular quanto as de natureza erudita, oportunidade em que são concedidos os "Prêmios Estado do Amazonas", em número de dez (10), no valor unitário de NCr$ 1.000,00, majorados para NCr$ 2.000,00, para o exercício de 1969, fato que encerra um substancial subsídio para as reações de otimismo do meio social, fenômeno imprescindível para que se possa decolar um processo de desenvolvimento.

Fundação Educacional

Com as experiências conquistadas pela Fundação Cultural e, ainda, em consequência de sugestões colhidas no I SEMEP, foi

autorizada a criação da Fundação Educacional, órgão também vinculado à Secretaria da Educação e Cultura e com os encargos de administrar as esferas da Educação de nível médio e primário, o que possibilitará um melhor comandamento e aperfeiçoamento da mão de obra dedicada ao ensino, bem como dará maior liberdade de movimentos à Administração na tarefa de, manter os serviços de ensino, sem os entraves da burocracia estatal.

Rádio e Televisão Educativa

Tais providências não esgotaram o elenco de atividades programadas para melhor atender aos imperativos dos princípios adotados por êste Govêrno.

Estudou-se, e, presentemente, está em fase de implantação, o projeto da T. V. Educativa.

Importante instrumento de difusão da cultura e da educação, a T. V. Educativa já possui o espaço físico onde serão instalados os seus serviços, numa área de 60.000m², localizado na Estrada do Aleixo, esquina com a Estrada do Contôrno. Firmou-se contrato com a emprêsa MARUBENI - LIDA DO BRASIL IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA., decorrente de concorrência pública vencida por aquela emprêsa, dentre quatro (4) concorrentes da maior idoneidade, para a montagem da tôrre e construção do prédio. Firmado o contrato, e, em decorrência dêle, estamos tomando as providências inerentes à sua efetivação, tais como :

1. O registro da operação financeira do Banco Central;

2. A obtenção da licença de importação na Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil;

3. O aval do Banco da Amazônia;

4. A aprovação, pelo Conselho Nacional de Telecomunicações e pela Diretoria de Rotas Aéreas, do local onde funcionará a emissôra e das especificações técnicas;

5. A autorização da Assembléia Legislativa e do Senado Federal (agora do Excelentíssimo Senhor Presidente da República) para contrair empréstimo no exterior.

Por outro lado, no que concerne à programação e técnica, realizamos, no Auditório "Alberto Rangel", um Curso Intensivo de Informação sôbre Televisão Educativa, ministrado por três (3) professores da Secretaria da Educação e Cultura do Estado da Guanabara, sob a orientação da Profa. Alfredina de Paiva e Souza, uma das maiores autoridades no assunto.

Ainda sôbre êste assunto, vale pôr em realce o fato de que, quando da visita que fêz a esta cidade o Conselheiro Cultural da Embaixada da França no Brasil, Senhor J. ROSE, mantivemos importante contacto, êsse que se repetiu posteriormente, por duas vezes, com o Assessor Cultural, Senhor André Souvestre, e a Senhorita Annette Bon, esta, professôra do Instituto Pedagógico Nacional, da França e da Rádio e Televisão Francesa. A professôra Bon veio, a Manaus, a convite da Televisão Educativa, já que se achava no Brasil, em São Paulo, ministrando um curso de três (3) semanas para a T. V. Educativa daquele Estado, tendo sido valiosíssima, para nós, a sua visita.

Registramos, aqui, a opinião da Professôra Annette Bon, aliás, externada, na imprensa amazonense, no sentido de que Manaus é uma das poucas cidades brasileiras onde se está trabalhando, sèriamente, em matéria de televisão educativa. De um modo geral, em nosso País, — observou a mestra — vê-se muito entusiasmo, muitos planos, mas pouco trabalho concreto, objetivo, sistemático.

O Govêrno da França ofereceu à Televisão Educativa, duas bôlsas para especialização em Paris, já se encontrando, na Rádio Televisão Francesa, dois estagiários enviados por nós.

Com tais informações queremos expressar o sentido de que a nossa preocupação no momento não é, apenas, a de instalar os serviços e a maquinária da T. V. Educativa, mas, também, a de preparar boa mão de obra, a fim de que possamos tirar o maior

rendimento possível dêsse inestimável instrumento de transformação da sociedade e melhoria dos seus hábitos.

Ao lado disso, estamos implantando, na cidade de Benjamin Constant, uma emissôra de rádio, já tendo obtido, através de convênio, com a Prefeitura daquele município de Fronteira, recursos no montante de NCr$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros novos), estando, as providências relativas à aquisição do equipamento e construção do prédio, dependendo da autorização do CONTEL (o que ainda não foi feito), enquanto realizamos estudos para a implantação de uma possante emissôra de rádio em Manaus.

A implantação desta rádio na fronteira irá beneficiar, não sòmente, o Estado, mas também, e de modo altamente expressivo, os interêsses da nacionalidade, porque, em face das dimensões continentais do nosso território, a infiltração de elementos estranhos ao espírito nacional é um fato caracterizado e que afeta a unidade e a natureza do País.

Os Projetos em execução, pela Rádio e Televisão Educativa são :

1. Estação de televisão de Manaus : Área a ser atingida — 200 km. de ráio em redor de Manaus — 125.600 km^2 (Manaus - Itacoatiara — Careiro - Manacapuru) — 44% da população do Estado; objetivo básico : Alfabetização de adultos.

2. O local das instalações já foi doado pelo Estado;

3. Realizada concorrência pública internacional;

4. Contrato em trâmite no CONTEL para registro;

5. Funcionamento para (1) ano após o registro;

6. Rádio Educativa do Solimões (Benjamin Constant); área a ser atingida : Benjamin Constant, Atalaia do Norte, São Paulo de Olivença e Santo Antonio do Içá; objetivos : suporte do trabalho educacio-

nal; combate à desnacionalização dos brasileiros das fronteiras; concessão do canal está no CONTEL; as obras serão iniciadas em 1969.

Ensino Primário

O plano de investimento prevê a criação de mais cento e dez mil (110.000) vagas no Ensino Primário, até 1972. Atualmente, temos cento e dez mil (110.000) vagas no interior e na capital. O plano prevê a redução do "deficit" de 1967, que era de cinquenta e um por cento (51%), para dezoito por cento (18%), em 1972.

As medidas tomadas, nos exercícios de 1967 e 1968, foram as seguintes:

1. Racionalização e organização das unidades escolares;

2. Redistribuição dos professores segundo as necessidades;

3. Redistribuição de alunos, segundo a reorganização de turmas;

4. Retôrno dos professores que não estavam regendo classes;

5. Criação das Inspetorias Regionais para fiscalização e contrôle do ensino no interior;

6. Aumento de vencimentos, de molde a remunerar, com justiça, o trabalho do magistério.

A situação atual do magistério é a seguinte, com o aumento de quase cem por cento (100%), na sua remuneração, comparativamente à situação do magistério no âmbito nacional, consoante pesquisa realizada pelo Ministério da Educação e Cultura, caracterizado em seis (6) faixas:

1.ª faixa, de NCr$ 230,00 a NCr$ 300,00 — São Paulo, Guanabara, Estado do Rio, Rio Grande do Sul, Distrito Federal e Territórios.

2.ª faixa, de NCr$ 180,00 a NCr$ 175,00 — Bahia, Amazonas, Mato Grosso e a última Piauí NCr$ 68,75 e Paraíba NCr$ 42,50.

7. Formação e aperfeiçoamento da mão de obra.

— criação de (10) dez Ginásios Normais, no interior;

— aperfeiçoamento fora do Estado (didática especial — supervisão);

— treinamento de professores leigos, objetivando a sua qualificação (considerando que cêrca de 1/3 do magistério primário é constituído de leigos);

— cursos de treinamento cobrindo as áreas de Benjamin Constant, Atalaia do Norte, São Paulo de Olivença, Santo Antônio do Içá, Coarí, Manaus, Careiro;

— curso de habilitação para a função de Diretor de Ensino Primário;

- - curso de habilitação para a função de supervisor, ora em realização no Centro de Aperfeiçoamento do Magistério;

— execução de concurso para professores de ensino primário;

— convênio com o Ministério da Educação e Cultura, para a instalação de um Centro Regional de Pesquisas Educacionais a ser construído por intermédio da Secretaria da Educação e Cultura. Está sendo feita a concorrência pública para o início da construção;

— adequação da escola à realidade amazônica;

— I SEMEP, sôbre a reforma dos currículos, reunindo quinhentos (500) professores de todos os níveis, já tendo sido, as suas conclusões, aprovadas pelo Conselho Estadual de Educação. Os novos programas serão testados êste ano e debatidos no II SEMEP, em julho vindouro;

— estudos para a reformulação do ensino primário, para o aumento do número de horas-aula, diárias;

— antecipação de matrículas para melhor planejar o funcionamento em 1969, objetivando colocar em prática a obrigatoriedade escolar para crianças na faixa etária dos 7 aos 14 anos.

Isto posto, a situação atual é a seguinte, de 1967 para 1968: crescimento de nove mil (9.000) matrículas, em Manaus e doze mil (12.000), no interior, (22%), conforme se vê no quadro seguinte:

	1967	1968	Crescimento
Manaus. . . .	40.000	49.000	9.000
Interior. . . .	56.500	68.500	12.000
Totais . . .	96.500	117.500	21.000

A rêde escolar se beneficiou com o crescimento de seis (6) novas unidades, em Manaus, e, vinte e duas (22) no interior (29%), em relação às encontradas no início de 1967.

É o seguinte o índice de crescimento:

		CRESCIMENTO	
CAPITAL:			
1966:	60		
1967:	60		
1968:	66	6	(10%)
INTERIOR:			
1966:	38		
1967:	39		
1968:	60	22	(58%)
		28	(29%)

Ensino Médio

O Plano de Investimentos objetiva atingir, em Manaus, os seguintes pontos:

1. Extinguir o "deficit" de salas de aula, em relação à população em idade escolar;

2. Atender ao crescimento anual dessa população, e

3. No interior, instalar ginásios normais nos catorze (14) municípios prioritários, de forma a atender à demanda de professores qualificados para o magistério primário.

Nestes dois anos (1967/1968), conseguiu-se avançar, em grande parte, as linhas de execução dêste plano, colocando em funcionamento um esquema de aproveitamento integral dos dois (2) ginásios instalados no Govêrno passado ("Márcio Nery" e "Estelita Tapajós"); desafogando através de medidas ordenadoras, as então superlotadas unidades centrais do sistema (Colégio Estadual e Instituto de Educação); construindo um nôvo ginásio, com amplas instalações (Presidente Castello Branco); absorvendo na rêde estatal, e eliminando a capacidade ociosa das antigas unidades particulares, em vias de fechamento (Aparecida e Pio XII); e executando um programa de abertura de novos Ginásios, no interior (Parintins, Nova Olinda, Manicoré, Eirunepé, Manacapuru e Itacoatiara), de transformação em estabelecimentos públicos de antigas unidades antes particulares (Humaitá, Lábrea, Tefé, São Paulo de Olivença e Benjamin Constant) e de colaboração integrada para abertura de unidade como a de Tabatinga.

Do que acima ficou exposto, destacam-se os seguintes tópicos:

1. Zoneamento, em Manaus, para aproveitar, integralmente, o espaço escolar existente;

2. Criação de novos ginásios em São Raimundo, Aparecida e São Jorge (Presidente Castello Branco), que representam trinta e sete (37) novas salas de aula e, aproximadamente, hum mil e duzentas (1200) vagas, por turno, num total de três mil e seiscentas (3.600) vagas;

3. Novos ginásios no interior;

4. Abertura, no próximo mês de março (1969),

do Ginásio Estadual de Borba, antiga aspiração da população daquele município;

5. Abertura do 2.º Ciclo do curso Comercial em Itacoatiara;

6. Aumento de vencimentos para os professores, num percentual de cêrca de noventa e cinco por cento (95%) — de NCr$ 400,00 para NCr$ 770,00;

7. Realização das jornadas pedagógicas que visaram oferecer um treinamento específico, atualizando o professorado amazonense sôbre os novos métodos de ensino, aglutinando-os nas cidades de:

TABATINGA (Benjamin Constant, São Paulo de Olivença);

COARI (Tefé, São Paulo de Olivença, Lábrea, Codajás e Manacapuru);

PARINTINS (Itacoatiara, Maués);
HUMAITÁ (Eirunepé, Manicoré, Borba e Nova Olinda do Norte);

MANAUS (120 professores da Capital).

8. Adequação da escola à realidade amazônica (I SEMEP), cujas indicações já foram encaminhadas e aprovadas pelo Conselho Estadual de Educação, estando os programas sendo testados neste primeiro semestre para, em julho, ser objeto de estudos no II SEMEP.

CRESCIMENTO DE MATRÍCULAS

	1967	1968	Crescimento
Manaus	11.500	14.000	2.500 (20%)
Interior	500	1.300	1.300 (255%)
Totais	12.000	15.300	3.800 (23,5%)

Unidades Escolares Existentes

	1966	1967	1968	Crescimento	
Manaus	8	8	10	2	(25%)
Interior	1	2	11	10	(1.000%)
	9	10	21	12	(133%)

Do que acima ficou exposto se verifica que o Plano de Investimentos, na parte do Ensino Médio, já foi realizado em mais da metade.

Cultura

O planejamento para cultura estabeleceu atingir três (3) objetivos :

1. Proteção do patrimônio cultural;
2. Estímulo à criação artística;
3. Promoção cultural.

Tal planejamento se originou do Seminário de Revisão Crítica da Cultura, realizado em agôsto de 1967, do qual se originou, também, a criação dos "Prêmios Estado do Amazonas", destinados a contemplar, anualmente, os trabalhadores intelectuais nos setores da Literatura (prosa de ficção, poesia, ensaios e teatro), folclore, música erudita e popular, cinema, montagem de peça de teatro e artes plásticas, e a Fundação Cultural que, em síntese, desenvolveu as seguintes atividades :

1. "Dimensões Brasileiras da Música", apresentando concêrtos de Yara Bernette, Nelson Freire, Luís de Moura Castro (pianistas), Maria Lúcia Godoy (soprano) e Oscar Borghts (violinista).

2. "Música em Processo", série destinada a estimular os jovens artistas, tendo apresentado cinco (5) concêrtos, entre os quais o Trio de Cordas do Conservatório de Música "Alberto Nepomuceno" do Ceará.

3. doze (12) exposições de pintura na Pinacoteca (em 1968).

4. Aquisição de dez (10) novas penas para o acêrvo da Pinacoteca;

5. Cursos de Desenho e Pintura na Pinacoteca;

6. Cursos de Dança no Teatro Amazonas;

7. Realização dos Festivais da Cultura.

8. Montagem de oitenta (80) espetáculos, no Teatro Amazonas (em 1968), dentre os quais se destacam : O Corpo de Baile do Teatro Municipal; o Grupo "Folclore" de Portugal; Paulo Autran ("O Burguês Fidalgo" a Molière); Glauce Rocha; Mini-Teatro da Guanabara; Teatro Jovem da Guanabara; Escola de Teatro da Universidade do Pará; Teatro Universitário do Amazonas; Teatro Dulcina da Guanabara; Márcia de Windsor.

9. Aquisição de cinco mil (5.000) livros (em 1968), para o acêrvo da Biblioteca.

10. Realização de seis (6) cursos no Auditório "Alberto Rangel".

11. Instalação de aparelhagem de defesa contra incêndio no edifício da Biblioteca.

12. Revisão das instalações elétricas no Teatro Amazonas e Biblioteca do Estado, que recebeu em 1968, a consulta de 30.393 leitores.

A Secretaria da Educação e Cultura, teve como titular, o Doutor Antônio Vinícius Rapôso da Câmara, que em seus impedimentos eventuais, teve como substituto, o professor Elson José Bentes Farias, continuará no corrente exercício a perseguir os objetivos do plano educacional e cultural do Estado, que graças ao trabalho já realizado, vem apresentando resultados satisfatórios.

3. SAÚDE PÚBLICA

Uma nova política de saúde pública

Programa para o Interior

Objetivos da SUSEMI

Departamento de Medicina Hospitalar

Departamento de Medicina Preventiva

As condições de saúde do interior do Estado, onde uma população estimada em cêrca de 700.000 habitantes vive quase que completamente desassistida, acentuando-se as deficiências quanto mais distantes os municípios, estava a exigir a adoção de um plano realista e corajoso, sem o que jamais mudar-se-ia o sombrio panorama que ao longo dos anos vem se agravando, pela falta de um planejamento que indicasse ao Govêrno a tomada de uma posição para enfrentar com objetividade êste gravíssimo problema.

De imediato, as soluções de rotina, as medidas puramente de ordem paliativa, teriam de ser abandonadas, porquanto a complexidade do problema a enfrentar, exige a mobilização de consideráveis recursos financeiros, técnicos e humanos, sem o que não se conseguirá mudar o atual quadro, que nos aponta uma gritante deficiência de leitos, numa proporção de 4.300 leitos por habitante e uma relação de 51.661 habitantes por médico, considerada das mais baixas verificadas no mundo, dando-nos, assim, a idéia da carência de recursos em que vive há muitos decênios uma população dispersa na imensa extensão territorial do nosso Estado.

Considerando êstes fatores, foi elaborado com apôio dos técnicos da Secretaria de Saúde, pelo Consórcio Sortec — Serviços Técnicos de Organização, e Studia — Companhia de Estudos e Participações Industriais e Comerciais S/A, um projeto objetivando construir, instalar ou equipar, no interior do Estado, no prazo de dois anos, e mediante financiamento externo de 10 anos, pelo menos 43 unidades médicas terrestres de 4 diferentes tipos e 12 unidades móveis de 2 tipos, montando-se assim uma vasta rêde hospitalar que cobrirá todo o território amazonense.

Para a execução dêste projeto, calcado na dura realidade do nosso interior, já foi firmado o contrato de empréstimo no

valor de sete milhões de dólares a ser concedido pelo "International Professional Consortium For Health Services" da Inglaterra.

Vale ressaltar na oportunidade, a presteza com que o Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Marechal Arthur da Costa e Silva, autorizou o Govêrno do Estado a contrair aquêle empréstimo, numa reafirmação do seu interêsse pelo bem estar das populações da região amazônica e de modo particular das do Amazonas, porquanto Sua Excelência baixou o competente Decreto-Lei, num espaço de apenas sete dias.

Como passo inicial para a execução de um plano dirigido para o interior, foi criada, através da Lei 645, de 30 de setembro de 1967, a Superintendência dos Serviços Médicos do Interior do Estado do Amazonas (SUSEMI - Am), tendo sido também realizada a reforma do antigo Regimento da Secretaria de Saúde, objetivando corrigir as anomalias crônicas oriundas da velha estrutura, já debilitada com o avanço da moderna administração pública, e que impedia a execução de um programa de trabalho de maior amplitude.

Ao iniciar-se a atual administração estadual, a Secretaria de Saúde encontrou o interior do Estado, com uma dispersão de esforços, no sentido de prestação de serviços médico-assistenciais e profiláticos, de todo prejudicial para o alcance dos objetivos visados, tal seriam, por ordem de prioridades, a diminuição dos coeficientes de mortalidade infantil, mortalidade materna, mortalidade geral e dos índices incidenciais de doenças transmissíveis.

Por outro lado, segundo informa em seu relatório, o Secretário de Saúde, dr. José Leite Saraiva, esta Pasta encontrava-se com uma estrutura da mais deficiente na região interiorana, mantendo precàriamente e em convênios com Prelazias e Prefeituras a Maternidade "Cunha Melo", em Itacoatiara e "Elisa Souto", em Manacapuru, e em outros municípios, ambulâncias farmacêuticas confiadas a um quadro de guardas-medicadores, os quais não sofriam nenhuma supervisão e, se bem desempenhavam suas missões, o faziam por conta de uma auto-disciplina;

de outro lado, íamos encontrar as Prelazias em que, em um esfôrço próprio, aliás digno de louvores, procuravam prestar assistência curativa, porém por vêzes precária, por falta de médicos, obtendo recursos medicamentosos do exterior através de suas comunidades religiosas, algumas subvencionadas pelo Govêrno do Estado, mas desobrigadas da apresentação de dados estatísticos que pudessem servir a uma avaliação, pelo Estado, entre aquêles recursos financeiros dispendidos e os resultados alcançados. Por sua vez, a Fundação Especial de Saúde Pública, em meio às dificuldades financeiras, vinha procurando manter as suas unidades assistenciais, das quais sòmente funcionam regularmente cinco ou seis das onze que restavam do seu programa de trabalho. Por último, em um trabalho quase que exclusivamente de profilaxia das endemias, achava-se o Departamento Nacional de Endemias Rurais e, em um trabalho mais especializado, a Campanha de Erradicação da Malária.

Todos êstes órgãos e instituições, em trabalho que deveriam convergir para um mesmo fim, se encontravam dispersos, sem um elo que os interligasse, proporcionando-lhes um somatório de recursos financeiros e humanos, com melhor racionalização de trabalho, capaz de proporcionar ao Estado maiores resultados em menor tempo, no que tange aos objetivos que se colimavam.

Ante tal situação, o Govêrno pela sua Secretaria de Saúde, se propôs a assumir o contrôle da política de saúde no Estado através de um plano que entrosasse todos os esforços dos órgãos de saúde que operam no Estado, coordenando-os para a criação de um rêde assistencial e profilática composta de Unidades Mistas, Unidades Sanitárias, Sub-Unidades e Unidades Móveis, capaz de levar aos mais longínquos municípios do Amazonas aquela assistência de que tanto carecem, possibilitando, em ação conjunta com as demais Secretarias de Estado, o desenvolvimento do Plano Quinquenal do Govêrno estadual e indo ao encontro dos interêsses do Govêrno Federal, alerta ao problema da anulação do vazio populacional da Amazônia.

Constituía a solução encontrada para o problema de saúde, no interior do Estado, uma antecipação daquilo que viria propor o Govêrno da União, através da elaboração pelo Ministério da

Na recente epidemia de sarampo e gastroenterite ocorrida em Fonte Boa, um médico da SUSEMI - Am, para lá se transferiu, munido de farta ambulância farmacêutica, sòmente retornando após a debelação do surto. Esta assistência não se limitou à cidade, tendo se estendido às linhas fronteiriças e povoados mais próximos.

Em outros municípios também se fêz presente a ação da SUSEMI, neste seu primeiro ano de funcionamento, embora ainda em fase de implantação.

Visando atender à "necessidade de programas equilibrados de Saúde Pública, a fim de obter a maior rentabilidade dos recursos aplicados, em têrmos de rendimento social, tendo em vista o desenvolvimento sócio-econômico da comunidade", é que a Secretaria de Saúde se propôs a realizar a "Operação Capital". Em primeiro lugar, adotou como correta a afirmativa de que a "prevenção das doenças e seu agravamento, a promoção da saúde e da eficiência física e mental, através de medidas relacionadas com a comunidade", para enfatizar a importância da medicina preventiva, ao mesmo tempo que reconhecer as vantagens de sua articulação com a medicina curativa.

Dentro dessa ordem de idéias, foi promovida a reestruturação técnico-administrativa da Secretaria, que passou a contar com dois departamentos, cujas esferas de ação, perfeitamente definidas — Departamento de Assistência Médico-Hospitalar e Departamento de Medicina Preventiva — são articulados entre si.

Departamento de Assistência Médico-Hospitalar

Encarregado de prestar assistência aos que necessitam de internamento ou de diagnosticar os males dos que procuram os ambulatórios, êste Departamento desenvolveu suas atividades, durante o ano de 1968, através dos serviços prestados pelos hospitais mantidos pela Secretaria de Saúde.

Hospital Getúlio Vargas — Contando com um total de 206 leitos, êste hospital apresentou o seguinte movimento em 1968:

Serviço de Cirurgia e Medicina de Urgência (Adultos) 17.582; o mesmo serviço (Infantil) 12.826; Ambulatório 35.275,

totalizando 65.683. Exames realizados pelo laboratório: 38.778. Cirurgias executadas para Institutos (IPASEA e INPS), 776; para pacientes e indigentes: 1.314. Radiografias executadas pelo Setor de Raio X, 3.342. Internamento nas Clínicas: 2.418.

Em 1968 foi providenciada a aquisição do aparelho de Raio X, e efetuados diversos melhoramentos nas instalações do hospital, serviços que prosseguiram êste ano. Em face de convênio firmado com a Universidade do Amazonas, os alunos da Faculdade de Medicina passaram a dispôr de uma enfermaria, onde lhes são ministradas aulas práticas.

Maternidade "Ana Nery"

Tendo como principal atribuição o atendimento de parturientes e recém-nascidos, a Maternidade "Ana Nery" recebeu sensíveis melhoramentos, visando proporcionar serviços mais eficientes aos que a procuram, dentre os quais: aquisição de uma lavanderia, recuperação do Centro Cirúrgico, com instalação de aparelhos de refrigeração, instalação de sistema de aspiradores a vácuo e um central de oxigênio. Os berçários receberam sensíveis melhoramentos, bem como as salas de partos.

De janeiro a dezembro de 1968, o movimento da Maternidade "Ana Nery", apresentou os seguintes dados:

Admissões — 5.268; parturientes — 4.635; altas — 5.278; puérperas — 5.222; óbitos — 50; cesarianas — 50; episiotomia + episiorrafia — 217. Movimento do berçário: partos — 4.990; partos normais — 4.316; gemelar — 26; pélvico — 39; fórceps — 20 e cesarianos — 263, total: 4.664. Altas: 4.850; óbitos — 28 e nati-morto — 108.

Contribuintes do Montepio dos Servidores Públicos do Município, admitidos: 28, do IPASEA: 224 e do INPS: 279.

Estatística da parte que funciona o Estado, em 1968, na Maternidade "Ana Nery": admissões — 4.339; parturientes — 4.173; altas — 4.392; puérperas — 4.336, além de outros atendimentos.

Movimento do berçário: 4.190, partos; 3.871 partos normais; eutróficos — 4.024; prematuros — 166; altas — 4.228; óbitos — 28.

Hospital Infantil "Dr. Fajardo"

Prestando assistência à infância amazonense, êste hospital pôde, no decorrer de 1968, executar algumas das providências preconizadas no Plano Quinquenal de Saúde.

A atual situação do Hospital Infantil "Dr. Fajardo", não é das melhores, todavia conseguiu-se equipará-lo com um verdadeiro Hospital Infantil.

A 1.º de abril do ano passado, foi inaugurado o Laboratório, já quase totalmente equipado, faltando apenas uma estufa para esterilização, cuja aquisição está sendo providenciada. Naquele mesmo dia, foi inaugurado o Centro de Estudos "Albert Sabin", que já proporcionou 3 importantes cursos. O 1.º de Semiologia, para estudantes de medicina; o 2º de Atendente, para funcionários do Hospital e o 3.º de Logopedia, para o pessoal externo.

Nos primeiros dias de setembro, a sala de curativos completa passou a atender as crianças internas ou as que procuram o Ambulatório do Hospital necessitando de curativos. O Centro de Rehidratação e Recreação foi totalmente remodelado.

Outro ponto importante foi o funcionamento do Centro de Radiologia, onde foram instalados dois aparelhos de Raio X, sendo um fixo e outro semi-portátil. Êste último atenderá os casos de Pronto Socorro Infantil, cujas obras prosseguem com a ajuda da Diretoria da "Casa Dr. Fajardo", que pretendemos colocar em funcionamento com um Centro Cirúrgico, para cirurgias de urgência, no decorrer do primeiro trimestre dêste ano. Com a ajuda do Lions Clube de Manaus, foi adquirido um auto-clave para esterilização do material. Uma unidade laboratorial foi instalada e está em pleno funcionamento, assim como ampliada a Farmácia.

Foram hospitalizadas 239 crianças do sexo masculino e 193 do feminino. Altas curadas : 56 (mas.), 53 (fem.). Altas a pedido : 30 (masc.), 38 (fem.). Altas melhoradas : 48 (masc.), 32 (fem.). Óbitos : 30 (masc.) e 20 (fem.). Continuam hospitalizados 55 (masc.) e 32 (fem.).O Laboratório realizou 6.498 exames de diferentes tipos.

Crianças atendidas no Ambulatório: 21.119; extrações realizadas — 3.328; vacina anti-pólio — 1.036; vacina tritoxóide — 474; vacina anatox — 107 e anti-variólica — 7.

Serviço de Profilaxia de Lepra

O Hospital Colônia "Antônio Aleixo", que dista de Manaus 21 quilômetros e fica localizado à margem esquerda do Rio Negro, está sob a supervisão do Serviço de Lepra do Estado, atuando neste leprocômio, no atendimento de seus 1.380 internos com os serviços de odontologia, de enfermagem e assistência médica. Êste hospital conta com laboratório, usina de fôrça e luz e duas escolas primárias, uma para internados e outra para filhos de funcionários, mantidas pela Secretaria da Educação e Cultura.

Com substancial ajuda financeira do povo holandês, representado entre nós pelo padre João De Vries, foram construídas 48 casas. Com material fornecido pelo Lions Clube, foram recuperados dois pavilhões. Com ajuda também financeira proveniente dos Estados Unidos, está sendo construído um centro social para os internados. Na recuperação de quase todos os pavilhões, foi valiosa a participação da Secretaria de Viação e Obras. Pela Secretaria de Saúde, vem sendo mantido com regularidade o fornecimento de gêneros alimentícios.

Hospital Colônia "Eduardo Ribeiro"

Com a finalidade de tratar de doentes mentais, esta unidade hospitalar opera em estreita ligação com o Serviço Estadual de Doenças Mentais. Estão em andamento as obras de construção, remodelação e aquisição de equipamentos. Serão acrescidos mais 70 leitos nos dois pavilhões que aumentarão as dependências dêste nosocômio, que com os serviços ali executados, terá outro aspecto, sendo que também o prédio da administração sofrerá ampliação e melhorias. A direção do hospital já providenciou a aquisição do material para o Centro de Praxiterapia. Está sendo aguardada a doação de um encefalógrafo, de acôrdo com os entendimentos já mantidos com o Serviço Nacional de Doenças Mentais do Ministério da Saúde.

Foi firmado convênio com o Govêrno do Acre, para custeio das despesas com doentes vindos daquele Estado. O mesmo foi tentado junto aos Territórios Federais de Roraima e Rondônia e com o Instituto Nacional de Previdência Social. A renda proveniente dêstes convênios, será aplicada em benefício dos próprios doentes.

Resumo do movimento referente a 1968, relativo a internamento, existiam : 111 (homens), 130 (mulheres) e 12 (crianças). Entraram : 235 (homens), 165 (mulheres) e 6 crianças). Saíram : 204 (homens), 137 (mulheres) e 4 (crianças). Falecidos : 24. Ficam em tratamento : 127 (homens), 149 (mulheres) e 14 crianças.

Hospital Isolamento "Chapot Prevost"

Destina-se ao internamento de pacientes portadores de doenças infecto-contagiosas, que não tenham mais possibilidade de cura. Foram feitas melhorias no prédio do Hospital, inclusive instalação de rêde elétrica.

Movimento estatístico relativo a 1968 : doentes vindos do interior, 8; doentes internados durante o ano, 36. Obtiveram alta por : cura, 4; melhora, 1; transferência, 1; a pedido, 5; indisciplina, 2; evasão, 4 e óbitos, 11.

Distribuição de internados por doenças : tuberculose pulmonar, 24; hepatite não infecciosa, 1; varíola, raiva humana, úlcera angiodérmica, úlcera varicosa, desinteria inespecífica, C A de Pálpebra, penfigo foliáceo, acrodermatite enteropática eritrodérmica e leshmaniose, 1 e tétano, 2, totalizando 36.

Departamento de Medicina Preventiva

Tem por finalidade tratar dos problemas epidemiológicos, controlar as doenças transmissíveis, desenvolver a política de saneamento e higienização — numa palavra — executar as medidas específicas necessárias à melhoria das condições sanitárias da capital.

Embora uma divisão autônoma, a Divisão Técnica exerce considerável influência na ação preventiva da Secretaria de

Saúde. Colhendo dados bio-estatísticos, exercendo a fiscalização dos profissionais médicos e para-médicos ou tratando do aperfeiçoamento e treinamento de especialistas, cabe à Divisão Técnica importante papel como coadjuvante do Departamento de Medicina Preventiva. Através do Serviço de bio-estatística, são controlados os índices de nascimento e óbitos, bem como a mortalidade por doenças transmissíveis.

Movimento bio-estatístico de óbitos por doenças transmissíveis: nascidos vivos, 11.122; mortes fetais, 335. Óbitos de menores de 1 ano, 727; e de mais de um ano, 1.755. Concedendo licenças, controlando plantões, visando receitas de entorpecentes e registrando diplomas, o Serviço de Fiscalização do Exercício Profissional, desenvolveu com regularidade suas atividades.

Serviço de Profilaxia da Tuberculose

O Dispensário "Cardoso Fontes", que vinha funcionando com instalações precárias, inclusive falta de pessoal burocrático e técnico, recebeu alguns melhoramentos objetivando um melhor atendimento. No decorrer dêste ano, será levado a efeito um plano de trabalho visando a total recuperação do prédio, compra de equipamentos e contratação de pessoal competente.

Movimento dêste Dispesário em 1968: vacinações, 1.166. Submetidos à prova tuberculínica: 2.587; submetidos à Abreugrafia, 14.137.

Serviço de Profilaxia da Lepra

O Dispensário "Alfredo da Matta", cujas características de trabalho têm sofrido modificações sensíveis na sua infraestrutura, em face da nova filosofia de trabalho, que se põe em prática, nas Campanhas de Profilaxia da endemia leprótica, deixando de ser estabelecimento específico, para tornar-se uma unidade polivalente, aproximando-se de Centro de Saúde.

Êsse fato deu nova ênfase às suas atividades, bastando salientar que em 1968, foram atendidas 25.582 pessoas, nos exames de coletividades, sendo Carteira Sanitária, consultas clínicas médi-

cas e incluindo-se pacientes para fins de diagnóstico e de inspeção de Junta Médica.

Quanto aos doentes de lepra foram descobertos 208 casos novos, com um percentual elevado de tipo indeterminado, formas incipientes e que valoriza o trabalho pela possível recuperação dos casos com a terapêutica usada, que é a base de sulfônica.

É digno de registro o número de enfêrmos antigos da hanseniase, que compareceram ao tratamento, bem assim o registro de novos contatos.

Foram expedidas 15.966 carteiras sanitárias; pessoas para fins de diagnósticos, 1.221; Junta Médica, 8.395. Doentes novos fichados: (L) 91; (I) 88; (T) 29. Doentes em tratamento: (L) 1.118; (I) 580; (T) 535.

A distribuição de medicamentos atingiu a um total de 172.773, sendo que sulfona alcançou 150.206.

Serviço de Câncer

Êste serviço subordinado à Divisão de Epidemiologia, destina-se ao atendimento da população do Estado, na especialidade, procedendo a exames, biopsia, cirurgias, etc. O atendimento atingiu um total de 777 pessoas, com registro de 64 cancerosos e não cancerosos 96, tendo sido realizadas 59 cirurgias, além de outros serviços.

Serviço de Doenças Transmissíveis

Outro serviço de relevante importância dentro da Divisão de Epidemiologia do Departamento de Medicina Preventiva, é o Serviço de Doenças Transmissíveis, setor encarregado de receber notificações, registrar e controlar as doenças transmissíveis para o seu combate.

Movimento do Serviço de Doenças Transmissíveis, em 1968: Doses de vacinas aplicadas: anti-variólicas 67.200; anti-tíficas 32.948 e anti-rábicas 7.746. Além de Manaus, outros 30 municípios foram atingidos pelas Campanhas de vacinações. Vacina tríplice, 7.743 e anti-diftérica, 2.789.

Exames pedidos ao laboratório para diagnóstico, 447; exames para libertação, 216; casos investigados, 627; visitas, 428. Casos confirmados, 643, destacando-se de maior número as seguintes doenças: difteria, 146; tuberculose pulmonar, 146; sarampo, 56; varicela, 27; disenteria não especificada, 42; coqueluche, 24 e hepatite infecciosa, 25.

Imunizações praticadas: 52.739; a) contra varíola, 25.644; b) contra difteria, 524; c) contra difteria — coqueluche — tétano, 1.111; d) contra febre tifóide, 16.982; e) contra poliomielite, 815 e f) contra raiva humana, 7.663.

Maternidade "Senador Cunha Melo" (Hospital Geral)

Destina-se esta unidade hospitalar ao atendimento da população da cidade de Itacoatiara. Até julho do ano passado estêve sob a responsabilidade da Secretaria de Saúde, passando a seguir para a administração da SUSEMI - Am.

Em 1968, registrou-se um total de 475 internamentos; 53 operações realizadas. No Ambulatório foram feitas 5.644 consultas, 2.477 injeções aplicadas e 3.317 curativos.

No setor da Maternidade: internamentos, 496; parto prematuro, 383. Total de nascimentos, 381, sendo 206 homens e 175 mulheres. Nascidos vivos, 365 e mortos, 23. Altas puérperas, 506.

Maternidade "Elisa Souto"

Esta Maternidade até julho do ano passado, era mantida pela Secretaria de Saúde e destinava-se ao atendimento de parturientes do Município de Manacapuru. A partir daquela data foi entregue a SUSEMI e transformada em Unidade mista, ou seja Hospital Geral, fazendo além dos simples atendimentos a parturientes todos os demais serviços de assistência médica daquele município, e estendendo as suas atividades aos municípios de Anori e Codajás.

Setor de Maternidade: internamentos, 235; parto a têrmo, 218. Nascimentos: 108 homens e 111 mulheres. Ambulatório: 395 curativos e 701 injeções aplicadas.

Divisão de Contrôle Sanitário

Esta Divisão complementa o .Departamento de Medicina Preventiva. A estratégia que esta Divisão adotou fundamenta-se na execução de campanhas sanitárias e periódicas, específicas, no sentido de diminuir preconceitos e mudar hábitos arraigados. Executa ainda, Serviços de Engenharia Sanitária, Higiene do Trabalho e Enfermagem em Saúde Pública. Êsses Serviços são executados pelos centros de saúde, através de um trabalho coordenado com o objetivo de promover uma efetiva política sanitária na capital.

Através dos Postos Médicos dos bairros de Santa Luzia, Adrianópolis, Glória e São Raimundo, foram feitas 28.495 consultas, 28.432 injeções aplicadas, 14.083 curativos, 1.281 gestantes atendidas e 72.291 comprimidos distribuidos.

Foram realizadas visitas periódicas a estabelecimentos comerciais, industriais, restaurantes, feiras e mercados, resultando destas inspeções a condenação de diversos gêneros alimentícios considerados nocivos à saúde da população.

O movimento do Serviço de Laboratório de Saúde Pública atingiu a 54.809, compreendendo exames de diferentes tipos.

Outras atividades

A Secretaria de Saúde entende que não apenas a prestação de assistência médico-hospitalar e a prevenção de doenças constituem sua área de ação. Mais que isso, é necessário manter a classe médica nos seus conhecimentos especializados, ao mesmo tempo proporcionar aos estudantes de Medicina, Farmácia, Enfermagem, Odontologia e demais universitários uma soma de informações capazes de orientá-los profissionalmente. Assim entendendo, o titular desta Pasta, dr. José Leite Saraiva, fêz executar um programa de palestras e conferências, trazendo a Manaus personalidades de realce dos círculos científicos nacionais e também do exterior, que em nossa Capital proferiram aulas sôbre diversas especialidades.

Graças à sua eficiente equipe técnica, a Secretaria de Saúde tem conseguido desenvolver suas atividades dentro dos princípios que se propôs seguir. Enfatizando a ação preventiva das doenças e não descurando, sob nenhuma hipótese, da assistência médico-hospitalar, os diversos setores sanitários do Estado comportaram-se satisfatòriamente, executando-se os programas traçados, em que pese a carência de maiores recursos financeiros e pessoal técnico qualificado.

A prevenção das doenças e o contrôle das que apresentam alto grau de transmissibilidade — razão maior da existência do Departamento de Medicina Preventiva —, têm encontrado nos postos médicos a célula-máter de sua ação. É naquelas pequenas unidades, em geral carentes de alguns recursos essenciais, que a população de Manaus encontra médico, dentista, atendentes e visitadoras, unidos no afã de diminuir os males próprios às áreas mais afastadas do centro da cidade.

Através dos postos médicos é que se procede à vacinação e ao contrôle dos que portam as mais diversas doenças possíveis de transmissão. A cada dia aumenta a ênfase com que o DMP atua, descobrindo novos casos, acompanhando sua cura, imunizando áreas ameaçadas. São bastante significativos os dados que se relacionam com êste Departamento, tanto mais se cotejarmos a eficiência obtida, com os entraves naturais à ação de tal natureza.

Mesmo reconhecendo as vantagens de se evitar a ocorrência das doenças, pela sua prevenção, seria ilógico e irracional desconhecer-se a importância da prestação de assistência ambulatorial e hospitalar. Por isso, ao invés de suprimir-se alguns dos setores dedicados a êste tipo de serviço, como o incauto poderia suspeitar, o que fêz a Secretaria de Saúde, foi dotar algumas unidades de equipamento necessário às suas tarefas, antecipando-se, em alguns casos, em um ano ao que foi previsto pelo Plano Quinquenal de Saúde. Assim, a Maternidade "Ana Nery" erradicou deficiências até então verificadas, graças à melhoria geral que recebeu em suas instalações e à aquisição de aparelhos cuja falta significava constante preocupação da Secretaria. Prova dêsse cuidado foi o sensível aumento do número de leitos

nas diversas unidades, notadamente nos Hospitais Getúlio Vargas e Infantil Dr. Fajardo e Maternidade Ana Nery, passando do total de 270 para 343 leitos, correspondente a 30,8%.

A dinamização dos serviços administrativos da Secretaria de Saúde proporcionou maior rapidez na ação dos demais departamentos e unidades subordinadas. A introdução de algumas medidas racionalizadoras permitiu mais eficiência e o descongestionamento dos escalões mais altos.

4. OBRAS PÚBLICAS

Execução de Obras de Reparos e Recuperações.

Execução de Construções Novas:

Capital

Interior

Serviço de Transporte Coletivo

Olaria do Estado

EXECUÇÃO DE OBRAS DE REPAROS E RECUPERAÇÕES

A Secretaria de Viação e Obras Públicas, dirigida pelo engenheiro João Augusto Souto Loureiro, executa um grande volume de trabalho, tanto na capital como no interior, no cumprimento das metas estabelecidas no Plano Quinquenal.

Por fôrça de convênio firmado com a Companhia Amazonense de Telecomunicações, tôdas obras civis das treze novas estações radiotelefônicas a serem instaladas êste ano no interior, estarão a cargo desta Secretaria.

Hospital Getúlio Vargas — Revisão das rêdes externas de esgotos e sanitários; reparos no telhado compreendendo retelhamento, substituição de calhas e rufos; assentamento de pisos cerâmicos e tacos em várias dependências; construção de dependência destinada a abrigar a caldeira da lavanderia; construção de pátio de acesso à fachada principal.

Sede do Tribunal de Contas — Revisão na instalação elétrica; revisão no telhado compreendendo retelhamento e substituição de calhas; substituição do assoalho que se apresentava deteriorado; reparos na instalação hidráulica; pintura e construção de uma dependência destinada ao arquivo.

Sede da Imprensa Oficial — Recuperação do bloco da administração e reparo no bloco das oficinas com adaptação para o Almoxarifado geral; construção de um bloco novo já em fase de conclusão; calçamento externo e outros.

Nova Sede da Secretaria de Saúde — Recuperação total do prédio com a execução dos serviços de piso, fôrros, telhado e es-

quadrias; instalação de água, luz e esgotos. Foi construído um anexo com dois pavimentos.

Sede da Secretaria de Fazenda — Prosseguimento dos reparos gerais na estrutura dos novos blocos, com adaptação de esquadrias e construção de novos sanitários; reparos e revisão da instalação elétrica, hidráulica e sanitária; colocação de vidros em esquadrias.

Palácio Rio Branco — Recuperação total do prédio dentro de suas linhas tradicionais, incluindo-se revisão geral nas instalações elétricas, hidráulicas e sanitárias, com a recuperação dos sanitários; substituição total das esquadrias externas do pavimento superior e parcial do pavimento térreo.

Penitenciária Central do Estado — Revisão do telhado com substituição de calhas e fôrros, cobertura do telhado e confecção de novos sanitários; revisão geral das instalações elétricas, hidráulicas e sanitárias. Esta obra encontra-se em fase de conclusão.

Nova Sede da SUSEMI — Serviços de reparos, adaptação e recuperação total do prédio, através de convênio firmado entre êste órgão e a Secretaria.

Palácio Rio Negro — Reparo e recuperação total do prédio com pintura interna e externa; substituição, em sua maior parte, da rêde de instalação elétrica; revisão na instalação elétrica e sanitária; recuperação e substituição de algumas esquadrias que se achavam danificadas; reparos nos pisos, calçamento externo e outros pequenos serviços.

Tribunal Eleitoral — Foram iniciados os serviços de andaimes e adquiridos vários materiais para obra, tais como tintas, materiais para instalação hidráulica e de telhado.

Secretaria de Viação e Obras Públicas — Executados serviços de reparos na instalação elétrica, pintura interna total do prédio e outros serviços.

Mesa de Rendas de Parintins — Recuperação total do prédio com adaptação de residência para o Coletor.

Grupo Escolar Araújo Filho — Reparos e recuperação do piso, fôrro, telhado, instalação elétrica e sanitária. Localizado na cidade de Parintins.

Grupo Escolar Eduardo Ribeiro — em Tefé — recuperação total e ampliação de nova dependência.

Grupo Escolar Lopes Braga — em Coari — recuperação geral do prédio, incluindo piso, fôrro, telhado, instalações de água, luz e esgotos; pintura interna e externa e outros serviços.

Além destas obras, a Secretaria de Viação e Obras Públicas, realizou na Capital, pequenos reparos em outros prédios públicos, dentre os quais o Instituto Maria Madalena, Teatro Amazonas, sede da CODEAMA, do DASPA, da ESPEA, da Polícia Civil, Maternidade Ana Nery e outros.

EXECUÇÃO DE CONSTRUÇÕES NOVAS

Na Capital :

Grupo Escolar Hermenegildo de Campos — Situado no bairro Presidente Vargas, dispondo o prédio de cinco salas de aulas, Secretaria e Diretoria, Sala de Professores, sanitários de professores e alunos, recreio e merenda escolar, cantina, despensa e biblioteca. Obra inaugurada em janeiro de 1968.

Sede da Secretaria de Produção — Localizada na estrada do Aleixo, compõe-se a obra de quatro blocos, tendo sido o último inaugurado em janeiro do ano em curso.

Novo Quartel da Polícia Militar — No bairro de Petrópolis, atualmente executam-se obras de concretagem no primeiro Bloco de Alojamento do prédio, estando prevista, para êste mês a conclusão da laje de piso do segundo pavimento.

Ginásio Estadual Presidente Castello Branco — Localizado no bairro de São Jorge, abrange uma área construída de aproximadamente 2.000 m^2, totalmente estruturado em concreto armado e compõe-se de um bloco principal em dois pavimentos, dois blocos de sanitários em dois pavimentos cada, bloco de Grêmio, cantina e campo de esportes com quadra em concreto armado. Esta obra foi inaugurada em agôsto do ano passado.

Grupo Escolar Princesa Isabel — Situado na rua Monsenhor Coutinho, esquina da Avenida Epaminondas, as obras de construção prosseguem normalmente. O prédio dispõe de dois blocos de dois pavimentos cada um, interligados por passarela coberta. Está, totalmente estruturado em concreto armado e possui a seguinte distribuição: "hall" de entrada, Secretaria, Diretoria, Sala de Professores, onze salas de aulas, museu escolar, biblioteca, auditório, recreio coberto, cantina, depósito para material didático, sanitários e vestiários.

A obra apresenta o primeiro bloco coberto e forrado, com piso concluído e parte das esquadrias assentadas. O segundo bloco acha-se com a estrutura tôda pronta.

No Interior:

Forum de Justiça do Município de Tefé — Dispondo de sala para Juiz e Promotor, Cartório, Arquivos, Salão de Juri, Sala de Jurados, Sala do Réu, cantina, sanitários e sala da guarda.

Residências para Juiz e Promotor — Na sede do município de Tefé, encontra-se em pleno andamento as obras de construção de duas residências, respectivamente, para Juiz e Promotor.

Exatoria de Rendas — Também na sede do município de Tefé executa-se a construção de uma Exatoria, com anexo para a residência do Exator.

Quartel e Delegacia de Polícia — Ainda na sede do município de Tefé, encontra-se em adiantada fase de andamento. O imóvel contém as seguintes divisões: alojamento do comando da guarda, refeitório, cozinha, depósito, área de serviço, celas com chuveiros e WC, Delegacia, casa da guarda e varanda.

Forum de Justiça da Sede do Município de Coari — Dotado de tôdas as dependências necessárias ao serviço da Justiça, encontra-se em fase final de conclusão.

Residências para Juiz e Promotor — Também em Coari, estas residências foram projetadas para oferecerem moradia confortável. As obras estão em fase final.

Exatoria de Rendas de Coari — O prédio encontra-se em fase de acabamento, contendo duas residências anexas, sendo uma para Exator e outra para os funcionários.

Agência do Banco do Estado — em Coari — em fase de conclusão, constando o prédio de tôdas as instalações próprias às atividades dêste estabelecimento bancário.

Quartel e Delegacia de Polícia — de Coari — encontra-se em fase de andamento a construção. O imóvel contém as seguintes divisões: alojamentos do comandante da guarda e da guarda, refeitório, cozinha, depósito, área de serviço, etc.

SERVIÇO DE TRANSPORTE COLETIVO

OLARIA DO ESTADO

A despeito de ingentes esforços realizados no sentido de proporcionar-lhe o equilíbrio financeiro-administrativo, indispensável a sua existência, o Serviço de Transporte Coletivo e Olaria do Estado, subordinados à Secretaria de Viação e Obras Públicas, estiveram sujeitos a constantes crises que impediram, de forma insofismável, um rendimento à altura daquilo que delas podíamos esperar.

Assim, premidos por circunstâncias imperiosas, fomos forçados a adoção de medidas extremas, a fim de impedir um colapso total com grandes prejuízos para o erário público.

Após os resultados dos estudos procedidos por uma Comissão, sôbre a situação daquelas duas emprêsas, foi recomendado ao Poder Executivo a extinção do Serviços de Transporte Coletivo e a alienação, mediante concorrência pública, da Olaria do Estado, na conformidade das Leis 747 e 748, ambas de 2 de julho de 1968.

5. SANEAMENTO

Novo abastecimento de água

Esgôtos

A primeiro de fevereiro do ano passado, ocorreu o lançamento da pedra fundamental para a construção do novo sistema de abastecimento de água de Manaus, dimensionado para atender a uma população de até 500 mil habitantes, iniciando-se a seguir, as obras civis da Tomada D'Agua, cujos trabalhos prosseguem em ritmo normal, devendo os mesmos serem concluídos no decorrer do primeiro trimestre do ano em curso.

Foram cravados 477 metros de estacas, de seção variando entre 30 x 30 a 40 x 40 centímetros, tôdas de concreto armado, com comprimento entre 10 e 15 metros. Estão sendo concretados seis tubulões, com 2,20 metros de diâmetro e 37 metros de comprimento, constituindo-se nos mais extensos tubulões até hoje executados no Brasil.

Quando se decidiu pela implantação de um novo sistema de abastecimento d'agua, ficou comprovado que, antes de tudo, seria necessário a construção de uma nova tomada d'agua, pois a existente já não mais atende a demanda, devido a, principalmente, dois motivos: a) ao insuficiente volume de água captado e recalcado pelas bombas existentes; b) ao problema decorrente do extraordinário desnível do Rio Negro, durante o ano que chega a ser de 15 metros, fazendo com que as bombas tenham rendimento diminuido, verticalmente, por ocasião das vazantes mínimas daquele rio.

A nova tomada d'agua em construção, foi concebida de tal modo que êste desnível não prejudicará o funcionamento das novas bombas. Estas, terão uma vazão total de 1.740 litros por segundo, quintuplicando o atual volume de captação. As baixo-recalque (seis bombas que captarão a água do rio e a conduzirão à estação de tratamento) já foram adquiridas.

Já foram publicados os Editais de Concorrência Pública para o fornecimento das adutoras de baixo e alto-recalque, sub-adu-

tora, bombas de alto-recalque e sub-estações transformadoras de alto e baixo-recalque.

Está previsto para ser iniciada ainda êste ano, a construção da estação de tratamento de água, com capacidade para tratar 106.000.000 de litros d'agua por dia, com grande influência benéfica na saúde da população, principalmente na diminuição da incidência da cárie dentária, bem como a dos reservatórios, em número de seis, com capacidade para cinco milhões de litros, cada um, distribuídos em pontos diferentes da cidade, o que assegurará um fornecimento eficiente e plenamente satisfatório a tôda população de Manaus.

A rêde distribuidora será remanejada e ampliada num total de 200 quilômetros, estando presentemente com 125 kms. em péssimo estado e em diâmetro insuficiente. Para 1970, está programado o início da colocação de hidrômetros nas ligações domiciliares.

O custo total dêste empreendimento, está avaliado em NCr$ 18.000.000,00 (dezoito milhões de cruzeiros novos), contando-se com financiamento do Banco Nacional de Habitação, para o que já foi firmado contrato, recursos da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), que no ano passado liberou NCr$ 500.000,00 (quinhentos mil cruzeiros novos) e recursos próprios do Estado, que destinou em 1968, NCr$720.000,00 (setecentos e vinte mil cruzeiros novos) para estas obras.

Apesar dos obstáculos inúmeros que tiveram de ser vencidos, felizmente tudo vai caminhando no sentido de chegarmos à meta final, a fim de proporcionar à população de Manaus, um serviço de abastecimento de água moderno e eficiente, resolvendo-se, assim, definitivamente, um dos mais graves problemas de infraestrutura de nossa Capital.

Vale ressaltar que não obstante contar com população que se aproxima da casa dos 300 mil habitantes, Manaus ainda é abastecida por um sistema cuja infraestrutura data de 1864, ano em que foi construído o reservatório da Castelhana, um dos dois únicos reservatórios que servem atualmente a cidade. Em 1896, foi construído o segundo reservatório, quando Manaus não contava com mais de 30.000 habitantes.

Durante todos êstes anos, muito pouco foi feito, afora a substituição das antigas bombas a vapor por outras centrífugas, e a extensão de alguns quilômetros de rêde distribuidora feitas pelo antigo SESP. E nada mais foi realizado, de grande envergadura.

Enquanto isto, a cidade foi expandindo-se, com o surgimento de novos bairros aumentando substancialmente a população que durante estas duas últimas décadas vem sendo precàriamente atendida neste setor.

Ao em vez de soluções paliativas e de obras de emergência de execução mais rápida mas que não resolveriam plenamente êste grave problema, preferimos partir para a execução de um programa realista, muito embora sabendo que para tanto, teríamos que envidar uma soma de esforços e energias muito grandes, além da mobilização de consideráveis recursos financeiros. Porém, era o único caminho a seguir para enfrentar um problema que vinha desafiando gerações sucessivas, administrações uma após outra, sempre protelado, sempre transferido e sempre adiado, num desprêzo ao sofrimento de um povo que pacientemente aguardava uma solução para êste problema.

Esgôtos

Equacionado o problema do abastecimento de água, com as providências tomadas em pleno andamento, o Govêrno volta suas vistas para a implantação da rêde de esgotos da cidade e também o saneamento dos igarapés que cortam a cidade de Manaus, completando desta forma o programa geral de saneamento.

Junto ao Departamento Nacional de Obras e Saneamento, conseguiu o Govêrno do Estado a instalação em nossa Capital, de um Distrito dêste órgão, primeiro passo para a execução de um plano de trabalho que irá modificar o panorama de Manaus, com as obras que se pretende realizar, juntamente com o DNOS.

Outras atividades do DAE :

Do relatório do titular do Departamento de Águas e Esgotos, engenheiro Marcos Luis Massena, está registrado que o Conselho

Estadual de Águas e Esgotos, realizou em 1968, 50 sessões ordinárias e 5 extraordinárias, estas sem ônus para o DAE, tendo tido atuação decisiva, assim como a Delegação de Contrôle, regularizando e fiscalizando os pagamentos da Autarquia.

A Divisão Técnica dentre suas atividades, efetuou 1.232 novas ligações prediais, tendo também ampliado a rêde distribuidora num total de 5.140 metros.

O DAE implantou o sistema de abastecimento d'agua do conjunto residencial "Castello Branco", no bairro do Parque 10 de Novembro, cujo projeto elaborado pela COHAB-Am, prevê o abastecimento de 1.303 unidades residenciais. O investimento foi da ordem de aproximadamente NCr$ 400.000,00 (quatrocentos mil cruzeiros novos).

Está estimada em 14 bilhões e 200 milhões de litros de água fornecidos à população em 1968, e em que pese o sistema atual já ser completamente obsoleto, insuficiente e perigoso, o DAE atendeu a grande número de novas ligações, face à demanda originada pelo advento da Zona Franca. Êstes pedidos foram aceitos, levando-se em consideração que neste ano, a nova tomada d'agua estará operando.

A Divisão Financeira deu prosseguimento ao planejamento e execução de um cadastramento geral da cidade, em convênio com a Prefeitura de Manaus, devendo ser concluído em meados do ano em curso.

Apesar de não contar com um quadro de engenheiros em número suficiente para atender ao volume de seus serviços, o DAE levou avante a programação estabelecida para 1968, graças à dedicação de sua equipe técnica, estando em estudos todavia, a alteração na estrutura administrativa desta Autarquia a fim de proporcionar melhores condições ao pessoal, mormente de nível técnico.

Por designação da Chefia do Executivo, o Dr. Alberto Rocha, Secretário Sem Pasta para a Coordenação e o Planejamento, vem atuando desde os entendimentos iniciais, para a implantação do nôvo sistema de abastecimento de água, bem como os assuntos referentes ao programa de saneamento de Manaus.

6. TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

Programa Rodoviário

Telecomunicações

PROGRAMA RODOVIÁRIO

O Plano Rodoviário do Estado teve continuidade no decorrer do ano de 1968, através da programação executada pelo Departamento de Estradas de Rodagem, de acôrdo com os objetivos estabelecidos no Plano Quinquenal do Govêrno do Estado, visando a implantação, no quinquênio, de 1.518 km. de novas rodovias, figurando como prioridades absolutas a ligação Manaus-Careiro — Humaitá-Porto Velho e Manaus-Alalau — Caracarai-Rio Branco (trêcho Manaus-Alalau).

A construção dessas rodovias tem como ponto fundamental a vinculação rodo-administrativa a Brasília, que dentro do Plano Rodoviário Nacional é representada pelas estradas radiais convergentes para o centro das decisões políticas do Brasil, e permitirão que o Amazonas realize efetivamente a sua verdadeira integração física ao restante do país. Para tanto, todos os esforços estão sendo envidados, contando-se com o apôio do Govêrno Federal, que considera também de ordem prioritária a construção destas rodovias.

Destarte, os recursos financeiros do DER-Am, assim como o pessoal mais especializado de sua equipe, ficaram ligados aos projetos da BR - 319 (Manaus-Porto Velho) e BR - 174 (Manaus-Caracarai), pois sua construção assumiu imediatamente prioridade UM, levando o DER - Am, a uma concentração de esfôrço bastante significativo.

Os estudos de viabilidade econômica e técnica da BR - 319, foi realizado pelo Consórcio Transcon - Berger, fazendo o Amazonas ingressar numa fase de trabalho racionalizado, livre da improvisação e do disperdício.

Os serviços básicos de implantação da rodovia BR - 319 (Manaus-Porto Velho), mediante Concorrência Pública, realizada sob os mais severos rigores da lei e seletividade econômica e profissional, foram contratados com a firma Andrade Gutierrez S/A,

de Belo Horizonte, cujos trabalhos vêm sendo realizados dentro da maior aproximação do cronograma fixado.

Com a finalidade precípua de orientar, dirigir e fiscalizar a realização das tarefas atinentes ao planejamento e aos contratos firmados para a execução de serviços na rodovia BR - 319, trêcho Porto Velho-Manaus, estendendo-se ainda à BR - 174, trecho Manaus-Alalau, foi instituida a Comissão Especial de Rodovias, cabendo-lhe ainda a fiscalização da elaboração dos Projetos Final de Engenharia e de desmatamento.

Dentro dos objetivos da programação da SER, foram atingidas em 1968 as seguintes metas :

I — **Rodovia BR - 319, trêcho Manaus-Porto Velho :**

extensão : 864 km.

a) situação existente em julho/68 :
construído : 64 km.
desmatado : 166 km.
destocado : 81 km.

b) realizado no período :
construído : 15 km.
desmatado : 463 km.
destocado : 155 km.
projetado : 166,535 (projeto final de engenharia do subtrecho Humaitá-Porto Velho).

Nos primeiros 5 km, a partir do Careiro, o desmatamento e destocamento foram executados numa faixa de 120 metros, o restante têve no desmatamento 60 metros e no destocamento 20 metros.

II — **Rodovia BR - 174, trêcho Manaus-Alalau :**

extensão : 284 km.

a) situação anterior em janeiro/68.
construído : 47 km.

b) realizado no período :

desmatado : 162 km.

destocado : 126,16 km.

projetado : 185 km. (projeto final de engenharia do subtrecho do km. 47 ao km. 232).

O desmatamento foi executado numa faixa de 60 metros e o destocamento em 20 metros.

Divisão de Construção

Dentre outras tarefas, executou : BR - 319 (Manaus-Encontro das Águas); desmatamento, destocamento e limpeza — 352.800 m^2; terraplanagem : da estaca "0" (Manaus) à 252 (Encontro das Águas); volume escavado — 623.202 m^3.

Construção no exercício : 3 km; em construção 1,4 km; a construir 1,4 km. Pela Divisão de Pesquisas Rodoviárias, foi procedida a classificação de solos desta rodovia.

Via de acesso ao Terminal de Asfalto :

Desmatamento, destocamento e limpeza — 9.570 m^2 (da estaca "0", estrada do Paredão à "110", Rio Negro). Volume escavado : 16.691 m^3. Construído no exercício — 2,2 km.

Pavimentação

A Divisão de Pavimentação no ano de 1968, teve sob sua responsabilidade as seguintes tarefas :

Terminal de Asfalto : — foram efetuados serviços gerais de conservação e limpeza de tôda a área, iniciada na construção da Casa de Oficina, prédio todo em alvenaria.

Usina de Asfalto : — localizada no km. 15 da rodovia Torquato Tapajós, esteve durante o período de 1968 arrendada à firma Constran, que executou obras de pavimentação para o DER - Am, apresentando uma produção de 6.434 tons. de massa asfáltica.

Serviços Contratados

Serviço de recapeamento asfáltico (teve início em 1967) a tran, do trêcho de acesso à rodovia AM - 010, Ponte Eduardo Ribeiro-Flôres, concluído com as seguintes características:

Extensão: 3.060 metros; largura 7 metros; espessura 5 cm., massa asfáltica 2.625 tons.

Serviço de recapeamento arfáltico (teve início em 1967) a cargo da firma Constran, do trêcho Ponte Mindu — Ponte da Bolívia na rodovia AM - 010, concluído com as seguintes características:

Extensão 15.340 metros, largura 7 metros e espessura 5 cm.

Serviço de pavimentação do trecho km. 65 ao km. 105 da rodovia AM - 010, a cargo da firma Amenco:

Movimento de terra: 25.000 m³, sarjetas 1.460 metros lineares, imprimação 24.000 metros lineares, regularização asfáltica 14.730 metros lineares e capeamento asfáltico 7.700 metros (uma faixa).

Serviços de Conservação

As atividades do DER - Am, na parte relativa aos serviços de conservação comportaram-se da seguinte forma:

AM - 010 — "Torquato Tapajós" — desobstrução do igarapé (km. 54), limpeza de valetas e sarjetas, recuperação de sarjetas, canaletas, pista de acostamento, pista de rolamento, drenagem superficial da lateral das pistas, etc.

AM - 070 — "Manacapuru-Cacau Pirêra" — limpeza de laterais e recuperação da pista de rolamento. Está sendo construído, já em fase final, o imóvel que servirá de residência para os servidores acampados no km. 39 desta rodovia (Paraná do Ariaú).

AM - 450 — Circuito "Tarumã - Ponta Negra - São Jorge" — limpeza de laterais, de sarjetas e recuperação da pista de rolamento.

AM - 452 — AM - 070 — "Caldeirão" — terraplanagem para nivelamento da estrada, revestimento de piçarra.

Acesso da AM - 010 — Avenida João Coelho — desobstrução na lateral direita e imprimação na pista de rolamento.

Serviços de Melhoramentos

AM - 010 — Torquato Tapajós — construções de bueiros, de galerias, de sarjetas e de muros de arrimo.

AM - 450 — Tarumã-Ponta Negra — construção de alicerces para galerias e de sarjetas.

BR - 174 — trecho Manaus-Alalau — terraplanagem, compactação, abertura de valetas, serviços de raspagem, remoção de atêrro e regularização de pista.

Divisão de Trânsito

Além da orientação e supervisão de tôdas as atividades dos Serviços de Transportes e Polícia Rodoviária, esta Divisão teve como preocupação principal, regulamentar através de leis e decretos, baixados pelo Govêrno do Estado, as atribuições conferidas à Divisão inseridas no Regimento Interno do DER - Am., e tantas outras que necessitavam o contrôle da mesma, até então sem uma definição exata de competência.

Com a extinção da Guarda Rodoviária, foi criada para substituí-la a Polícia Rodoviária do Amazonas, através da Lei 713, de 10 de maio de 1968. Decretos do Executivo Estadual, deram competência ao DER - Am., para recolher em sua Tesouraria as multas por infrações cometidas nas rodovias estaduais, bem como para regulamentar o transporte de carga e coletivo de passageiro nas rodovias sob sua jurisdição.

A DT elaborou ainda as minutas de Instruções sôbre o uso de viaturas do DER - Am. e o Manual dos Motoristas.

Foi procedida a recuperação total da barcaça "Ariramba", bem como providenciado o seu registro nos órgãos competentes, para poder navegar.

A Divisão realizou também vários cursos aos Polícias Rodoviários.

No setor de Polícia Rodoviária foi construído e inaugurado o quartel da PR, Guaritas para os postos de serviços na AM - 010 e AM - 450, quadra de esportes, e pavilhão onde funciona o escritório da Chefia de Polícia Rodoviária e Garagem das viaturas da Corporação.

Foram implantados 168 marcos quilométricos na AM - 010. Na rodovia AM - 450 (Ponta Negra), foi corrigida a sinalização defeituosa e mais 19 marcos quilométricos serão ali implantados.

A Divisão de Planejamento e Coordenação, desempenhando a sua função básica, de oferecer estudos de cunho econômico, técnico-administrativo, orçamentário, de custos e estatísticos, realizou, dentre outras tarefas as seguintes: coleta e fornecimento de dados ao Consórcio Transcon/Berger, relação dos principais materiais, tais como máquinas, equipamentos e implementos rodoviários, materiais e equipamentos de oficinas, etc., fornecidos pelo Decreto-lei 356, de 15/8/68, que estendeu os benefícios da Zona Franca de Manaus aos municípios do interior.

Esta Divisão realizou ainda diversos trabalhos de cunho estatístico e orçamentário.

Dentro da programação de estudos e projetos prevista para o ano de 1968, foram executados os seguintes trabalhos:

Apôio aos estudos integrados de transportes, Estudo de Viabilidade e Projeto de Engenharia Final da BR - 319, compreendendo o trêcho Humaitá-Careiro e subtrechos; do km 0 ao 626, cujos trabalhos foram executados pelo Consócio Transcon / Berger.

Apôio ao projeto de Engenharia Final da BR-319, compreendendo o trêcho Porto Velho-Humaitá, tendo como firma executora a Sondotécnica Engenharia de Solos.

Acompanhamento do projeto de Engenharia Final da BR-174, trêcho Manaus-Alalau, cujos serviços estiveram a cargo do Consórcio Astep / Transcon.

Elaboração do projeto do Terminal de Embarque à margem esquerda do Rio Negro, nas proximidades do Encontro das Águas.

Projeto dos dois Terminais de Embarque da Rodovia AM-070 — Manacapuru-Cacau Pirêra.

Em outubro foi efetuado o levantamento e posteriormente o desenho do terreno situado à Avenida Sete de Setembro, onde funcionava o Frigorífico do Estado, cujo prédio encontrava-se em condições precárias, já existindo a Lei de n.º 816, de 29/11/68, que dispõe sôbre a doação ao DER-Am. do mencionado terreno para a construção do Terminal de Embarque da Rodovia AM-070.

Projeto de Engenharia Final da BR-319, trêcho Encontro das Águas-Manaus.

Em maio foi feita a locação do projeto planimétrico e estudo do greide. Tal projeto foi executado pelo D. E. P. Feito o levantamento com auxílio de fotografias aéreas e viagens aos pontos inicial (Av. Silves) e final (Terminal de Embarque), culminando com a escolha da diretriz em primeira aproximação. Foram comparados três traçados e eleito um como possìvelmente, mais favorável. Logo após foi feita uma viagem pela turma de topografia, que abriu uma picada ao longo do trecho a estudar, confirmando a direção geral do diretriz.

Foi ordenada em seguida a exploração da diretriz do reconhecimento, que foi executada. O projeto já foi concluído, estando em fase de aprovação.

Além do Programa de Obras estabelecido para o ano passado, a Divisão de Estudos e Projetos executou outros serviços dando integral apôio às demais Divisões.

Pesquisas Rodoviárias

A Divisão de Pesquisas Rodoviárias executou serviços compreendidos no setor de Geologia, representados por estudos de solos, sondagens e fundações.

Assistência aos Municípios

A Divisão de Cooperação e Assistência aos Municípios, tem por finalidade precípua apoiar, sob a forma de assessoria, as atividades municipais no campo rodoviário. Essa assistência compreende a organização dos serviços administrativos, elaboração de planos rodoviários e implantação de sistema contábil. Sempre com estreita colaboração do 1.º Distrito Rodoviário Federal, esta Divisão atuou em diversos municípios amazonenses, estudando e aprovando programas e inspecionando as obras rodoviárias.

Finanças

O DER - Am., teve alguns de seus trabalhos prejudicados, em face da insuficiência de recursos financeiros com que contou durante o exercício de 1968. Além da exiguidade de ingresso orçamentário, que atingiu a outros órgãos governamentais, o DER - Am. sofreu drenagens profundas de seus recursos financeiros, em razão da falta de entrega de parcelas de somas financeiras, provenientes da SUDAM, em razão do convênio DER - Am e DNER / SUDAM, vinculado às obras das Rodovias BR - 174, trecho Manaus-Alalau e BR - 319, trecho Manaus-Porto Velho.

Da receita prevista, de NCr$ 35.206.552,00, apenas foram recebidos NCr$ 19.824.397,33. Assim, do orçamento previsto foi realizado, na verdade, apenas 65%, tendo a direção geral do DER - Am. envidado todos os esforços para que esta situação não obstasse os planos de trabalho pré-fixados.

Convênios

No exercício de 1968, foram firmados pelo DER - Am. os seguintes convênios :

Com a Comissão de Aeroportos da Região Amazônica - COMARA —, com o objetivo de realizar as obras de construção da pista de pouso do Município de Lábrea;

Com o Município de Manaus, com a finalidade de realizar obras pertinentes ao Plano Rodoviário Municipal, na cidade de Manaus;

Com o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem e Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia, para efetivação das obras iniciais da Rodovia BR - 319 (Manaus Porto Velho);

Ainda com o DNER firmando Delegação de Encargos ao DER - Am, para a implantação do trêcho Manaus - Rio Alalau (Divisa AM/PR, da Rodovia BR - 174).

Todos êstes convênios foram fielmente cumpridos pelo DER - Am.

Assim, a filosofia rodoviária do Govêrno do Estado, consubstanciada na concretização das estradas BR - 319 e BR - 174, levará o Amazonas a romper os grilhões do insulamento em que viveu durante vários séculos, integrando-se física e econômicamente no processo de desenvolvimento do Brasil.

7. BEM-ESTAR SOCIAL

Habitação

Previdência

Serviço Social

Problema de primeiro plano que o Govêrno do Estado está enfrentando resolutamente, e resolvendo em ritmo satisfatório, é o problema das comunicações, gravíssimo em nosso interior, onde as distâncias enormes, afastam, separam, dividem os núcleos populacionais, quase proibindo as trocas mercantis, o intercâmbio econômico, as relações sociais, culturais e políticas, quer da Capital com a hinterlândia, quer dos municípios interioranos entre si, de vale de rio para vale de rio, de terra firme para terra firme, de várzea para várzea.

A simples visualização da área do Estado do Amazonas, com mais de hum milhão e meio de quilômetros quadrados, evidencia que a própria manutenção dessa fronteira, só poderá subsistir com a implantação de um sistema de transportes e comunicações perfeitamente entrosados.

A Companhia Amazonense de Telecomunicações — CAMTEL —, emprêsa criada pelo Govêrno do Estado, vem executando um amplo programa neste setor, atuando em dois setores: Capital e Interior do Estado.

Desde 1967, vem funcionando o nôvo Serviço Urbano de Manaus, a cargo da CAMTEL, cuja Central tem equipamento montado — considerado pelos especialistas como o que há de mais moderno e eficiente neste campo com capacidade total de 10.200 linhas.

No início dêste ano, a CAMTEL colocou à venda, para atender à demanda ocorrida, mais quatro mil linhas, dentro do plano de expansão do Serviço Urbano.

Programação para o Interior

Encontram-se funcionando regularmente, as Estações Radiotelefônicas de Itacoatiara, Parintins, Manacapuru e Coari.

No decorrer do ano em curso, a CAMTEL levará a efeito um amplo programa de instalação de novas Estações Radiotelefônicas nos municípios de : Benjamin Constant, Fonte Boa, Tefé, Codajás, Manicoré, Borba, Humaitá, Maués, Bôca do Acre, Lábrea, Eirunepé, Barcelos e São Gabriel da Cachoeira.

As obras civis estarão a cargo da Secretaria de Viação e Obras Públicas.

O contrato para o fornecimento do equipamento e montagem destas Estações, já foi firmado com a firma vencedora da Concorrência Pública, estando previsto para o mês de dezembro, a conclusão final de todos os trabalhos, sendo que já em junho vindouro, algumas destas novas Estações já estarão funcionando.

HABITAÇÃO

Um dos requisitos para a existência com dignidade, é dar ao homem moradia decente, com as condições de higiene e confôrto. Como em todo o país, em decorrência do crescimento demográfico, o Amazonas também registra um elevado deficit de habitação, com um apreciável contingente populacional residindo em casebres, à margem do confôrto e do bem-estar da civilização. Na própria Capital, ainda deparamos com milhares de pessoas ocupando residências desprovidas dos mínimos requisitos de segurança e de saneamento.

Para enfrentar êste problema o Govêrno do Estado, através da Companhia Amazonense de Habitação — COHAB - Am — está executando um amplo programa de construção de casas, sendo que na Capital, a meta a atingir será a da construção de 15.000 unidades, podendo ser ultrapassada.

"Operação - Capital"

No decorrer do exercício de 1968, a COHAB-Am, levou a efeito um programa de intensas realizações. No conjunto do Bairro da Raiz, foram construídas mais 362 unidades, já totalmente ocupadas e cuja inauguração ocorreu a 31 de março.

Foram executadas neste Conjunto Residencial obras de infraestrutura, destacando-se abastecimento de água, com captação, adução, bombeamento, reservação e distribuição, e implantação do sistema elétrico de baixa e alta tensão. Realizou ainda a COHAB - Am neste núcleo, obras complementares e comunitárias, com construção de lojas, arruamento, ajardinamento, etc.

No Conjunto do Bairro de Flôres, coube à atual administração realizar as obras de infraestrutura que não havia no mesmo, tais como serviço de água, esgôto, energia elétrica, sem o que o mesmo não poderia oferecer condições de moradia. Concluídos

êstes trabalhos e também outros, como arruamento, construção de escolas e mercado, as casas dêste conjunto foram entregues em julho aos seus adquirentes.

A 31 de janeiro do ano em curso, foi inaugurado o Conjunto Residencial "Presidente Castello Branco", localizado no Bairro do Parque 10, com um total de 1.303 residências, de três tipos diferentes.

As obras comunitárias dêste Conjunto compreendem: 60 lojas comerciais, escolas, ginásio, centro social e centro de saúde, além dos serviços de infraestrutura: abastecimento de água e sistema elétrico.

Na mesma data, foi lançada a pedra fundamental do Conjunto do Japiim, compreendendo dez mil unidades residenciais e que uma vez concluído, será no gênero, o maior da América Latina.

Inicialmente serão construídas duas mil casas, para o que foram iniciados a 20 de novembro de 1968, os serviços de urbanização.

A segunda etapa, será a construção das oito mil unidades.

A Companhia Amazonense de Habitação, já deu início à programação objetivando atingir a chamada classe média, com a construção do conjunto "Parque Tropical", a ser erguido nas imediações do Parque 10. Outro conjunto destinado a esta mesma classe social, será construído na Estrada da Ponta Negra, já tendo sido realizados levantamentos topográficos, da poligonal e processamentos jurídicos.

"Operação - Interior"

A ação da COHAB - Am também vem se fazendo sentir no interior do Estado, que pela primeira vez está recebendo os benefícios de um programa habitacional.

Na cidade de Itacoatiara, está em fase final de conclusão, um Conjunto Residencial de 252 unidades, cuja inauguração deverá ocorrer nestes próximos meses.

Em Parintins, será entregue brevemente à população daquela cidade necessitada de melhores moradias, um Conjunto Residencial de cento e noventa unidades.

Em Benjamin Constant, em junho vindouro, a COHAB - Am, concluirá a construção do conjunto residencial de 80 unidades.

Já foram aprovados pelo Banco Nacional de Habitação, os projetos elaborados pela COHAB - Am, referentes aos Conjuntos Residenciais de Coari, 152 casas e Manacapuru, 80 unidades.

Atendendo à uma solicitação do Govêrno do Território Federal de Roraima, a COHAB - Am preparou o projeto de um Conjunto Residencial de 816 casas, já aprovado para efeito de concessão do financiamento pelo BNH.

Executa, desta forma, a Companhia Amazonense de Habitação, sob a presidência do Major José Ribamar Nunes Moreira, as metas estabelecidas no Plano Quinquenal do Govêrno do Estado, objetivando diminuir o deficit de habitação em nosso Estado e com isto proporcionar moradias mais condignas a milhares de famílias amazonenses.

ASSISTÊNCIA SOCIAL

A política do bem estar social vem constituindo-se preocupação relevante da administração estadual. O Serviço Social do Palácio Rio Negro, vem atuando no sentido de assegurar melhores condições de existência às camadas mais necessitadas da população. Êste órgão vem prestando às classes menos afortunadas diversos tipos de auxílios, tais como : internamentos, ajuda para compra de material para construção ou recuperação de casas, requisição para aquisição de medicamentos, alimentos, passagens marítimas, destacando-se o atendimento às populações ribeirinhas atingidas pela última enchente.

Não obstante o esfôrço que vem sendo dispendido, todavia é fácil verificar que os serviços de Assistência Social do Estado estão muito aquém dos objetivos desejados, mormente pela falta de recursos financeiros e uma melhor estrutura administrativa para o órgão responsável por êste setor.

Após levantamento das necessidades dêste setor e visando a sua maior dinamização, está previsto no Plano Quinquenal, dentre outras metas, as seguintes :

Manter os atendimentos no campo específico de auxílio a necessitados. Ação conjunta com outros órgãos governamentais e particulares, com a finalidade de atenuar o problema do menor abandonado, objetivando de imediato uma solução em caráter preventivo. Execução de um Plano de ação calcado nas diretrizes da Fundação Nacional do Bem Estar do Menor.

Criação de uma Fundação de Assistência e Educação de Infantes, com o objetivo precípuo de tomar a seus cuidados menores do sexo masculino na faixa etária de 8 a 12 anos, proporcionando-lhes assistência intelectual, material e moral, procurando integrá-los nos padrões da vida normal.

Será dada atenção especial à criação de Centros Comunitários nos bairros de Manaus, procurando concorrer para a solução dos problemas comuns, assim como o estudo das condições sócio-econômicas, assistenciais, etc. dos bairros onde se instalarem os Centros. A fim de atender aos objetivos da política assistencial do Govêrno, está previsto no Plano Quinquenal a construção de um prédio com instalações adequadas e que permita o perfeito funcionamento do Serviço Social do Estado.

O Instituto Maria Madalena e a Colônia Agro-Escolar Melo Matos, vinculados ao Serviço Social do Palácio Rio Negro, funcionaram regularmente durante todo o exercício de 1968, nos quais estão internados mais de duas centenas de crianças oriundas de famílias de parcos recursos financeiros.

A ampliação dos serviços destas duas instituições, também está previsto na programação geral estabelecida para o setor de assistência social.

P R E V I D Ê N C I A

O Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado do Amazonas, durante o exercício de 1968, executou as seguintes atividades, no cumprimento de suas funções específicas :

I — Serviços Assistenciais

A) Serviço Médico :

Foram feitos 85.077 atendimentos, assim distribuidos :

Clínica médica	8.794
Pediatria	7.844
Obstetrícia	2.796
Clínica cirúrgica	1.147
Ginecologia	1.825
Oto-rino	1.702
Cardiologia	606
Pneumatologia	894
Dermatologia	848
Ortopedia	1.342
Urologia	462
Operações cirúrgicas	497

B) Hospitalização :

Nos diversos hospitais foram feitos internamentos de 1.227 segurados.

C) **Exames de Laboratório :** Foram realizados : 20.179
D) **Serviço de Raio X :** exames efetuados : 3.621
E) **Eletrocardiograma :** eletros realizados : 152
F) **Fisioterapia :** aplicações : 1.247
G) **Oftalmologia :** atendimentos : 1.863

Governo do Estado
Biblioteca da
CODEAMA

H) **Neurologia :** atendimentos : 467

I) **Serviço Dentário :** 17.054 atendimentos

J) **Serviço Social :** atendimentos : 9.824 associados.

II — Serviço de Benefício

Foram pagos 858 auxílios-natalidade, no valor total de NCr$ 114.926,40.

31 Auxílios para funeral : NCr$ 4.627,92.
Pagas 872 pensões, totalizando : NCr$ 680.230,56.

III — Serviço de Aplicação de Capital

A) **Empréstimos simples :** concedidos 2.745, totalizando NCr$ 1.391.147,58.

B) **Empréstimos imobiliários :** deferidos 10, no valor total de NCr$ 56.500,00.

Agências no Interior

O IPASEA vem também estendendo suas atividades ao interior do Estado, inicialmente fazendo instalar Representações em Parintins e Itacoatiara, onde maior é o número de servidores estaduais, devendo posteriormente, na medida das necessidades observadas, abrir novas Representações em outros municípios.

O Serviço Médico da Representação de Parintins, atendeu durante o exercício passado, um total de 1.185 pessoas.
Em Itacoatiara, pelo Serviço Médico foram atendidas 1.223 e os atendimentos dentários atingiram a 714.

Objetivando proporcionar melhor assistência hospitalar aos seus associados, está em estudos pelo IPASEA a assinatura de um convênio com importantes instituições hospitalares do sul do país, quando então os contribuintes dêste Instituto poderão contar com internamentos fora do Estado, comprovada a insuficiência dos recursos técnicos locais.

8. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Produção Agropecuária

Eletrificação

Banco do Estado

Codeama

Turismo

PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA

Desenvolvimento agropecuário

A Secretaria de Produção, através de um planejamento técnico e racional, vem empreendendo importantes tarefas objetivando implantar a infraestrutura para realmente impulsionar as atividades agrícolas e pecuárias em nosso Estado, através de soluções exequíveis e realistas, em cuja programação a pesquisa ocupa lugar de relêvo.

Com a participação de todos os organismos de atividades agrícolas sediados no Amazonas, a Secretaria de Produção, dirigida pelo competente engenheiro-agrônomo Hugo Bezerra Brandt, no comando de uma equipe dedicada e capaz, elaborou o Programa Setorial de Desenvolvimento Agropecuário do Amazonas (PRODAPAM), dentro das normas da Política Agrícola do Govêrno da União ("Carta de Brasília"), das "Diretrizes para o Desenvolvimento de Uma Política Rural", da presidência do Banco do Brasil e, especialmente, no que diz respeito a crédito rural, aos dispositivos da Lei 4.829.

Como bem salienta o titular da Pasta da Produção, a implantação de um programa agrícola como o PRODAPAM, cujo bôjo emerge uma gama ponderável de dificuldades que crescem à medida de sua execução, demandará necessàriamente longo prazo de ação e, reconhecemos, os benefícios sociais, técnicos e econômicos, sòmente poderão advir da persistência e da obstinação.

Essas dificuldades tornam-se muito mais ponderáveis, muito mais sentidas, quando as atividades agrícolas, que se planejam e executam, enfrentam condições hostis, desde o tipo de solo a agricultar, ao primitivismo da estrutura agrária dominante e ao primarismo da comercialização dos artigos produzidos.

Enfrentando com realismo todos êsses óbices, e na luta por superá-los, a Secretaria de Produção vai estruturando-se administrativa e tècnicamente, apoiada, sobretudo, em profissionais de Agronomia, Veterinária e Química, com a participação também de técnicos de nível médio. Foram executados os seguintes projetos :

1. Sede da Secretaria de Produção

Dividida em duas etapas : a primeira, de construção dos pavilhões de administração em número de quatro, já concluídos, e a segunda de aproveitamento agrícola da área da propriedade, também em execução, com a instalação dos setôres de silvicultura, em colaboração com o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, produção de mudas e sementes, pomicultura, zootécnica e construção de uma barragem formadora de lago para a instalação de um Pôsto de psicultura experimental.

O ajardinamento da área, como os demais trabalhos relacionados com a montagem e organização da Secretaria, no Catuoca, estão a cargo do GEMOC (Grupo de Montagem e Organização do Catuoca).

Além dos pavilhões de administração, foram construídos barracões provisórios para o funcionamento da oficina mecânica, garagem, serviço de revenda de material e almoxarifado.

Com as suas atividades iniciadas em junho, o Serviço de Mecanização recuperou cinco tratores, existindo seis em operação; possui o setor, dez implementos, oito veículos; dezesseis utilitários; uma prancha; uma lancha em serviço e duas em construção. Foi montada, também, em definitivo, uma bomba para o suprimento de óleo e gasolina aos veículos em serviço e outra para o abastecimento de água a todo o sistema.

2. Moinho de Calcáreo

Predominam no Estado os tipos de solos com elevada acidez, exigindo correções enérgicas e incorporação de doses maciças de matéria orgânica, a fim de que se torne possível o alcance de

rendimentos culturais compensadores. Essa indústria se baseia na exploração de jazidas de calcáreo calcítico do município de Maués, até que outras de exploração, acaso mais fácil, sejam prospectadas e dimensionadas.

O Moinho, recentemente instalado em Manaus, pelo Govêrno do Estado, face à inexistência de emprêsas privadas que se tenham decidido a executá-lo, é considerado investimento de base para o desenvolvimento agropecuário da região.

Sua maquinária, abandonada há mais de 10 anos, às margens do rio Parauari foi inteiramente recuperada e montada para operação regular. Seu funcionamento será imediato, independente da realização de obras complementares, como cobertura das instalações, muro de arrimo, pôrto de desembarque e estrada de alimentação. O INDA cooperou financeiramente com êste projeto.

3. Usina de Beneficiamento de Cereais

Instalada no antigo depósito de pólvora da Capital, totalmente remodelada e adaptada às exigências técnicas do empreendimento, conta com equipamento de beneficiamento de arroz com capacidade para 120 sacos/dia. Cooperaram na realização dêste projeto, além do INDA, a Prefeitura Municipal de Manaus e a Associação Rural do Estado.

4. Industrialização e Beneficiamento do Pescado

Com o objetivo principal de aproveitar o grande potencial de peixes da bacia amazônica, mormente no período de vazante de rio, quando há excesso de pescado, procurando conservar o produto para os meses de menos fartura, foi instalada na área industrial de Manaus, uma indústria de beneficiamento de peixes, mais como laboratório de pesquisa que como exploração industrial.

Essa indústria experimental tem por objetivo incentivar a iniciativa privada. Visa a obtenção de peixe sêco salgado, peixe sêco cozido, peixe defumado, conservado em vinagre e sal, além

de salsichas, presuntos e croquetes de peixe, produtos que se adaptam perfeitamente bem às exigências do mercado consumidor.

O prédio onde funciona esta indústria foi construído segundo especificações de técnico enviado pelo Govêrno do Japão, e conta com salas de salga e defumação de pescado, além de escritório.

5. Granja de Demonstração

Instalada no km. 14 da Rodovia Manaus - Itacoatiara, com uma área total de 90 Ha., a Granja de Demonstração "Angelino Beviláqua", tem como objetivo a criação de gado leiteiro, suínos tipo carne, aves, além do pôsto de monta e treinamento de pessoal técnico e mão de obra rural especializada e semi-especializada.

Áreas em exploração : 12 ha. e pastagens formadas de 19 ha. em formação; 11 ha. de forrageiras de corte, 12 ha. de culturas temporárias e 12 ha. de fruteiras diversas.

Tôda a área plantada com forrageiras já sofreu o primeiro corte.

Além do pomar já instalado com coqueiros, cupuaçuzeiros, gravioleiras, foi fundado outro de citrus, de um ha. com mudas altamente selecionadas e oriundas de Limeira (Estado de São Paulo), para servirem de futuras matrizes.

Foi instalada uma parcela experimental para a cultura do amendoim, cuja área recebeu adubação completa, resultando uma produção média de 3 mil quilos por ha.

Foi construído o primeiro silo-trincheira do Amazonas, em alvenaria e com capacidade para 45 toneladas, suficiente para alimentar 50 vacas durante 4 meses. Produziu silagem de excelente qualidade com o emprêgo de 80% de capim elefante e 20% de cana de açúcar.

A granja conta também com um "jardim" de forrageiras nativas e exóticas para observação de comportamento.

6. Colônia do "Rio Prêto"

Com a instalação do projeto da Colônia do "Rio Prêto", a Secretaria de Produção estabeleceu de fato uma política de colonização e povoamento, atendidos os requisitos técnicos que devem presidir trabalhos dessa natureza, já que as demais colônias existentes — Cláudio Mesquita, Rio Branco, Efigênio Sales e Nôvo Amazonas — no que diz respeito a sua estruturação e expansão, na verdade não passaram ainda dos atos legais de criação. Essas colônias subsistindo apenas em função de uma ocupação de terras desordenada e até mesmo anárquica, careceu pràticamente de tôda e qualquer assistência organizada em bases econômicas. Sua produção é fundamentalmente de natureza extrativa, vindo em segundo lugar a cultura da mandioca para o fabrico de farinha, o arroz e o abacaxi.

Dentre as obras que constituirão a infraestrutura do núcleo do Rio Prêto — usina de luz, serraria, galpão de máquinas, engenho de cana, usina de cereais, armazém-paiol, alojamento-ambulatório, escola e biblioteca, delegacia de polícia, residência do administrador, restaurante, centro social e igreja, já foram concluídos: usina de fôrça e luz, serraria, casa de farinha e engenho de cana, estando em fase de ultimação a usina de cereais, armazém-paiol, restaurante e igreja.

Foram construídos 40 km de estradas de penetração, dos 120 programados, para permitirem fácil escoamento da produção dos parceleiros, disciplinando inclusivè a comercialização.

Dentro do conjunto da Colônia, já foram loteadas e definidas 200 parcelas, tendo sido também totalmente locada tôda a rêde hidrográfica da área, composta de inúmeros igarapés.

A Colônia vem contando com assistência médico-dentária, Serviço Social e escolas. Com financiamento de 85 ha., através do Banco do Estado, o volume de produção esperado deverá corresponder a 120/130 tons. de arroz e feijão.

7. Entreposto de Pesca

Foi executado parte do terraceamento previsto no local onde deverá ser edificado o frigorífico e a rampa de acesso, às mar-

gens do Rio Negro, bem como o primeiro desvio de águas pluviais. Já foi procedido o exame das máquinas e equipamento por engenheiro da Fábrica Nacional de Compressores. Foi procedido levantamento altimétrico da área para a elaboração de projeto a cargo de firma especializada no Rio de Janeiro.

Atividades Técnicas

Sem qualquer paralelismo com as atividades desenvolvidas pelo Ministério da Agricultura no Estado, ao PRODAPAM foi incorporado o PLANAPAM (Plano de Assistência à Pecuária Bovina do Amazonas), a cargo do mesmo Ministério, a Diretoria de Produção Animal exerce atividade supletiva de defesa dos rebanhos amazonenses.

Para melhor atender ao criador interiorano, a DPA dispõe de lanchas com laboratório, consultório veterinário e Postos de Revenda de medicamentos.

Durante 1968, foram realizados diversos tipos de vacinação, sendo que a de febre aftosa atingiu a 21.820, contra 8.760 em 1967.

Foram expedidos 392 certificados de couros e 170 de pirarucu. Comestíveis, 690.050 kgs., no valor de NCr$ 1.018.526,00. Não comestíveis 1.086.595 kgs. correspondendo a..... NCr$ 3.004.411,16. Total de vendas NCr$ 30.513,21, contra NCr$ 14.775,13 em 1967.

Os Postos de Revenda de Manaus, Itacoatiara, Parintins e Autazes, registraram em 1968 o seguinte movimento financeiro: NCr$ 17.153,19, NCr$ 5.273,04, NCr$ 7.055,83 e..... NCr$ 1.031,15, sendo de salientar que os de Parintins e Autazes sòmente foram instalados no ano passado. Outros municípios contarão, brevemente, com Postos de Revenda, proporcionando facilidades para aquisição, pelo produtor, de material agrícola e veterinário.

O Frigorífico F - 1, teve o seu prédio e máquinas recuperados, com vistas à sua expansão, a fim de atender à demanda de armazenamento, grandemente aumentada com artigos perecíveis importados com os favores da Zona Franca.

Com a finalidade de estudar o comportamento de espécies florestais regionais ou exóticas de valor econômico conhecido ou, ainda, espécies de valor não conhecido mas que, no futuro possam ser empregadas como matéria prima de diversas indústrias, particularmente a papeleira, iniciou a Secretaria de Produção um trabalho de silvicultura em colaboração com o INPA. Êste programa tem como justificativa o fato de que, graças à acentuada heterogeneidade das espécies florestais, por unidade de área na floresta amazônica, é pouco viável a instalação de indústrias de papel e celulose na região, sem que seja estudado o comportamento de espécies regionais e exóticas na formação de povoamentos puros.

No setor administrativo, a Divisão de Alienação de Terras apresentou um movimento bastante expressivo, com maior rapidez no processamento de requerimentos, relativos principalmente a aquisição de terras. São em número de 1.963, os processos com parecer jurídico, estando em andamento 1.330 processos.

Em convênio com o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário, a Divisão de Cooperativismo promoveu 8 Cursos de Treinamento e realizou 29 visitas às cooperativas em funcionamento, num total de 12, estando em execução um programa visando ampliar e melhor assistir o cooperativismo em nosso Estado.

A Assessoria de Relações Públicas, teve uma atividade intensa, tendo publicado 8 títulos, com total de 40 mil volumes. Promoveu duas exposições fotográficas, tendo distribuido com regularidade noticiário para a Imprensa. Visando maior congregar os funcionários, a ARP organiza um Clube recreativo.

A Secretaria de Produção, com a participação da Diretoria Estadual do Ministério da Agricultura, promoveu o 1.º Encontro de Técnicos Norte-Nordeste, visando a intercambiar experiências e criar, para a Amazônia, um roteiro técnico sôbre alimentação e manejo de gado, tendo em vista o desenvolvimento de uma pecuária dinâmica.

Ainda em colaboração com aquela Diretoria Estadual, a

Secretaria de Produção participou, com seus técnicos, dos seguintes cursos: Pastagens, Cooperativismo, Estatística, Relações Humanas e Julgamento de Animais.

Ainda dentro de sua atuação cultural, a Secretaria de Produção, desejosa do aprimoramento técnico dos seus servidores, vem proporcionando aos mesmos, dentro de uma rígida programação, treinamento de capacitação técnica em estabelecimentos fora do Estado.

Em colaboração com a equipe de Informação Agrícola do Ministério da Agricultura e Secretaria da Educação e Cultura, foi realizado curso intensivo de treinamento para professôras primárias em exercício nas Colônias.

Uma nova imagem

Já existe e é fato inegável, uma nova imagem da Secretaria de Produção, graças à atuação que ali vem desenvolvendo uma equipe que se dedica com afinco às suas tarefas.

O trabalho tem sido árduo, porém já com resultados satisfatórios. Vale ressaltar que o quadro de pessoal técnico de nível superior e médio do conjunto dos órgãos de assistência técnica à agropecuária do Amazonas, no terreno da pesquisa, fomento, extensão, colonização e povoamento, até o final de 1967, era de apenas 26 agrônomos, 4 veterinários, 3 engenheiros florestais, 3 naturalistas e 35 técnicos e mestres agrícolas, o que dá bem a medida da dificuldade com vistas à execução de um programa de maior amplitude, dentro das reais necessidades do Estado.

Todavia, em que pese esta carência de pessoal técnico, a Secretaria de Produção através de uma política administrativa baseada em programação técnica, esforça-se para equacionar e enfrentar, com objetividade os problemas da agropecuária do nosso Estado.

E L E T R I F I C A Ç Ã O

Com recursos oriundos de dotações orçamentárias e verbas do Fundo Federal de Eletrificação, Ministério das Minas e Energia, Fundo Estadual de Eletrificação e Superintendência do Desenvolvimento Econômico da Amazônia, as Centrais Elétricas do Amazonas S/A, responsável pela execução do plano de eletrificação do interior, traçado pelo Govêrno do Estado e inserido no seu Plano Quinquenal, vem dando continuidade a esta programação.

No decorrer de 1968, foram inauguradas as seguintes usinas:

Central Elétrica de Humaitá: Potência instalada de 290 KVA e um sistema de geração constante de 2 grupos geradores Diesel elétrico marca "GM", de 145 KVA cada. Inauguração ocorrida em 22 de julho.

Central Elétrica de Urucará: Com potência instalada de 90 KVA, com um sistema de geração constituído de 2 grupos geradores Diesel elétricos marca "MAN", de 45 KVA cada um, inaugurada a 17 de agôsto.

Central Elétrica de Benjamin Constant: Potência instalada de 375 KVA e um sistema de geração constante de 3 locomóveis estacionárias "Mernak", de fabricação nacional, de 125 KVA cada uma, inaugurada a 25 de agôsto.

Central Elétrica de Tefé: Inaugurada a 29 de agôsto, possui uma potência instalada de 375 KVA e um sistema de geração constante de 3 locomóveis estacionárias "Mernak", de 125 KVA cada uma.

Com funcionamento previsto para o primeiro semestre dêste ano, a CELETRAMAZON iniciou em 1968, as obras de construção das Centrais Elétricas dos municípios abaixo relacionados, com

potência instalada suficiente para atender a demanda energética dos referidos municípios :

Manicoré : Potência instalada, 250 KVA. Sistema de geração: duas máquinas locomóveis estacionárias "Mernak", de 125 KVA cada uma.

Eirunepé : Potência instalada, 250 KVA. Sistema de geração : duas locomóveis estacionárias "Mernak" de 125 KVA cada uma.

Codajás : Potência instalada, 250 KVA. Sistema de geração : duas locomóveis estacionárias "Mernak", de 125 KVA cada uma.

Atalaia do Norte : Potência instalada, 90 KVA. Sistema de geração constante de 2 grupos geradores Diesel elétrico "Man", de 45 KVA cada um.

Para dar cumprimento ao seu programa de trabalho, a CELETRAMAZON adquiriu no exercício de 1968, os seguintes equipamentos :

Seis Grupos Geradores Diesel Elétricos, da marca "Man", de fabricação alemã, de 45 KVA cada um;

Dois Grupos Geradores Diesel Elétricos, da marca MWM, de fabricação alemã, de 180 KVA cada um;

Três caminhões marca Ford-F-600;

Dois caminhões marca Ford-F-350;

Cinco camionetas "Pick-up", marca Ford-F-100;

Um trator marca "Valmet";

Quatro reboques sôbre pneus destinados ao transporte de combustível.

Adquiriu, também, uma moderna máquina de contabilidade marca NCR, para atender aos serviços contábeis na sua administração central, tendo em vista a elevada expansão da emprêsa que culminou com o aumento de seu capital social de..... NCr$ 5.500.000,00 (cinco milhões e quinhentos mil cruzeiros novos) para NCr$ 10.814.392,00 (dez milhões, oitocentos e quatorze mil, trezentos e noventa e dois cruzeiros novos).

Para a consecução de seus trabalhos e cumprimento de seu cronograma de obras, a CELETRAMAZON contou com recursos num total de NCr$ 5.500.000,00 oriundos das seguintes fontes:

Fundo Federal de Eletrificação	NCr$ 2.871.000,00
Fundo Estadual de Eletrificação	672.000,00
Ministério das Minas e Energia	357.000,00
Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM)	1.200.000,00
Recursos próprios	400.000,00

Novas Usinas

Para êste ano, está prevista a instalação de Centrais Elétricas nos municípios de: Santo Antônio do Içá, Lábrea, Bôca do Acre, Fonte Boa, São Paulo de Olivença, Barcelos e Autazes, além das já mencionadas em fase de conclusão nas cidades de Manicoré, Eirunepé, Codajás e Atalaia do Norte.

Através desta política de eletrificação, procura-se implantar no interior do Estado, uma infraestrutura imprescindível à instalação da pequena e média indústria, que irá aproveitar a mão de obra ociosa, além de criar melhores condições de vida, capaz de fixar o homem neste imenso espaço vazio.

A equipe desta emprêsa, presidida pelo Dr. José Lopes da Silva, e tendo como Diretores Ernani Villar Câmara e Naziano Pantoja Filizolla, executou com acêrto a programação traçada para 1968.

C O D E A M A

Credencia-se o trabalho da Comissão de Desenvolvimento Econômico do Amazonas, pelo seu caráter eminentemente técnico, o que é retratado, em última análise, pela caracterização de sua ação inteiramente voltada para as tarefas desenvolvimentistas com que o Govêrno do Estado vem enfatizando o progresso econômico do Amazonas.

Por essas razões, a CODEAMA no ano de 1968, deu plena continuação aos seus encargos de órgão de suporte técnico do Govêrno, posto que dando consecução aos seus trabalhos, continuou a formular ações visando o desenvolvimento econômico e social do Estado.

Com a já significativa experiência da elaboração do Plano Quinquenal do Govêrno do Estado, a CODEAMA no ano recém findo, além do contrôle do PLANAL, procurou enfatizar outras frentes de trabalho com a realização da Segunda Pesquisa da Cidade de Manaus, realizada pelo órgão e já em fase de interpretação dos informes coligados. Ressalte-se, também, a publicação oportuna, sob todos os aspectos, da Pesquisa Sócio-Econômica do interior amazonense que abrange cêrca de 11 municípios daqueles que se constituem "pontos de apôio e irradiação" do PLANAL.

Trabalhando, também, em constante integração com a Secretaria de Planejamento, a CODEAMA desenvolveu ações no que respeita à colaboração prestada à elaboração das Recomendações do Govêrno do Estado do Amazonas, quando da visita do Presidente da República, Marechal Arthur da Costa e Silva, em agôsto do ano passado.

Destaca-se ainda, a coordenação da CODEAMA, na apreciação e discussão em Manaus, do Programa Estratégico do Govêrno Federal com os órgãos da administração estadual.

O Setor de Programas, que lhe compete realizar a análise de conjuntura econômica e social do Amazonas, para conhecer as direções em que evoluem os fatos econômicos e sociais da comunidade amazonense, as causas e transtornos econômicos conhecidos, e os meios adequados de corrigí-los com vista à realização de planos e metas, promoveu o Sistema de Contrôle do Plano Quinquenal e o Estudo Preliminar da Zona Franca de Manaus.

Encontrando-se em fase de elaboração: Contrôle e Análise da Receita e Despesa do Estado, Revisão e atualização do Diagnóstico do Pescado, Contrôle do PLANAL e Diagnóstico sôbre a industrialização da juta do Amazonas.

Procedeu ao levantamento de dados das exportações e importações do Amazonas, no período de 1961/67. Emitiu parece a diversos processos.

O Setor de Pesquisas, competindo-lhe a compilação dos dados necessários aos estudos e à elaboração dos projetos da CODEAMA, tanto de natureza econômica como social, realizou diversas tarefas atinentes às suas atribuições, no campo da pesquisa e levantamento de informações, dentre os quais: levantamento da exportação dos principais produtos da economia amazonense; levantamento da exportação de juta em bruto e industrializada por portos de destino, inclusivè, mercado exterior, no período de janeiro a junho de 1968; Revisão dos resultados da Pesquisa Sócio-Econômica do interior do Estado; levantamento de dados estatísticos sôbre a castanha do Brasil, para a elaboração de um estudo específico; elaboração da Segunda Pesquisa Sócio-Econômica da Cidade de Manaus; estudo comparativo e analítico dos fretes, com relação aos portos Manaus/Belém.

Além da edição regular mensal de um Boletim Informativo, o Setor de Publicações editou trabalhos do maior interêsse sôbre aspectos sociais e econômicos do nosso Estado.

O Setor de Documentação desempenhou, no decorrer de 1968, as suas funções, como responsável pela reunião de documentário, coleção de fontes bibliográficas, compilação de legislação fiscal e tributária, relacionamento das fontes de ajuda

financeira, que contribuam para a elucidação dos fenômenos e desenvolvimento do Amazonas.

Além da preocupação eminentemente desenvolvimentista que orienta a filosofia de sua ação, a CODEAMA preocupa-se igualmente, com o aprimoramento do seu quadro técnico, posto que dêle resulta, em grande parte, a eficiência e a segurança dos trabalhos do órgão.

Assim, no ano passado, técnicos dos seus quadros, participaram de cursos de especialização realizados não sòmente no Brasil, como também no exterior. Desta maneira, a CODEAMA dentro dessa perspectiva procura continuadamente, forjar em sua equipe uma mentalidade de constante aprimoramento que o momento amazônico está a exigir para que o Estado formule suas grandes decisões que o levarão, certamente, a definitiva integração no desenvolvimento e progresso amazônico.

Vale ressaltar a atuação do Conselho Consultivo, integrado de Secretários de Estado, dirigentes de autarquias e sociedades de economia mista das quais o Govêrno estadual é acionista majoritário, além de representantes das classes empresariais e dos trabalhadores, como órgão opinativo e de assessoramento à CODEAMA, que tem como Secretário-Executivo, o economista Ozias Monteiro Rodrigues.

T U R I S M O

O turismo, quando bem orientado e dirigido, mediante uma programação planejada, atua sem dúvida como fonte apreciável de receita. É hoje considerado uma indústria, tal a influência que exerce na vida econômica daqueles países que têm sabido bem explorar as suas potencialidades.

A natureza dotou a região amazônica de condições excepcionais para o desenvolvimento do turismo, cabendo-nos apenas saber aproveitar com inteligência esta dádiva que nos foi conferida. Ao Poder Público, entendemos que cabe proporcionar facilidades no sentido de que a iniciativa particular possa realizar empreendimentos objetivando a criação e consolidação de uma corrente turística para o nosso Estado, mòrmente na implantação da infraestrutura indispensável à esta indústria, não obstante o problema do desenvolvimento do turismo interno residir, acima de tudo, numa questão de ordem sócio-econômica.

Através do seu Departamento de Turismo e Promoção, o Govêrno do Estado vem mantendo uma política mais realista no trato dos problemas relacionados com o turismo no Amazonas, hoje considerado um dos cinco Estados do Brasil de maior importância para o desenvolvimento do turismo nacional.

O DEPRO procurou dar em 1968, o necessário impulso para a criação de uma infraestrutura para o turismo na região. A criação dos serviços essenciais era o mais urgente passo para o início dêste trabalho.

A obrigação de cursos especializados para garçons e funcionários de hotéis e restaurantes, a especialização de guias turísticos para as agências de turismo, a normalização dos preços da diária de hotéis, o serviço de transportes do aeroporto e pôrto da cidade, foram alguns dos pontos estudados.

Lei estadual sôbre turismo, cuja vigência ocorrerá ainda êste ano, irá dar condições de maior desenvolvimento às atividade-

des turísticas locais, porquanto permitirá, dentre outras cousas: criação de pontos específicos para o turismo internacional, criação do Conselho Estadual de Turismo e o estabelecimento de convênios com entidades do turismo nacional.

O Amazonas fêz-se presente ao I Congresso Interestadual do Turismo, realizado em São Paulo, oportunidade em que foi assinado um convênio entre o DEPRO e a Secretaria de Turismo daquele Estado, para ajuda mútua e divulgação.

Dêsse convênio, já foram lançados cartazes turísticos do Amazonas, um folhêto em côres com 28 páginas e 48 fotografias para distribuição internacional e uma série de cartões postais em forma "sanfona". Tudo isto sem qualquer ônus para o Govêrno do Amazonas.

Foi firmado também um convênio com a Emprêsa Brasileira de Turismo, através do qual êste órgão é representado no Amazonas, pelo DEPRO.

Serão editados cinco novos folhêtos em inglês, francês e português, com tiragem aproximada de 50.000 exemplares cada.

Graças ao trabalho que se vem desenvolvendo nestes últimos anos, já existe no Amazonas uma mentalidade turística, necessária ao êxito dos programas visando aumentar o fluxo de turismo.

Com os novos hotéis que serão construídos em Manaus, dentro de padrões internacionais, e considerando a transferência de recursos financeiros oriundos dos incentivos fiscais beneficiando projetos para fins turísticos, novos horizontes sem dúvida se abrirão para incentivar e consolidar em bases firmes, uma autêntica indústria turística em nosso Estado, que já no ano passado, registrou um aumento considerável de turistas, em percentagem superior a 500% em relação a 1966 e 1967.

Ao Departamento de Turismo e Promoção, dirigido pelo Bacharel José Joaquim Marques Marinho, cabe portanto prosseguir na intensificação de um plano que objetive ampliar a indústria turística em nosso Estado.

BANCO DO ESTADO

Conforme se depreende da leitura do amplo relatório apresentado pela Diretoria do Banco do Estado do Amazonas, presidida pelo sr. Stepheson Vieira Medeiros, foram obtidos resultados inegàvelmente positivos, registrando o crescimento expressivo dos diversos setores do Banco, tanto de seus depósitos como de suas aplicações, continuando assim a dar cumprimento aos seus objetivos de estimular o processo do desenvolvimento econômico do Amazonas, distribuindo permanente assistência financeira ao comércio, à indústria e à agricultura.

Não obstante as medidas adotadas pelo Banco Central do Brasil, resultando em certas limitações à atuação dos estabelecimentos bancários, verificou-se substancial crescimento de negócios do BEA graças ao aumento de arrecadação da receita estadual no exercício passado, da ordem de 117% em confronto com igual período de 1967. Êsses recursos, enquanto depositados no Banco do Estado, não estão sujeitos ao recolhimento ao Banco Central. Contou-se, além disso, com importâncias depositadas no Banco, por fôrça de convênios assinados entre autarquias e a SUDAM.

No desempenho da função de agente financeiro do Estado, procurou o Banco dar tôda colaboração ao Govêrno, procedendo à arrecadação dos impostos e taxas estaduais, encarregando-se do pagamento dos proventos do funcionalismo de algumas de suas repartições e assessorando-o em assuntos bancários e / ou econômicos.

Em têrmos de conduta administrativa interna, a Diretoria do Banco empenhou-se no exame da melhor racionalização dos serviços, com vistas à minimização dos custos operacionais, sem desprezar a coerência devida à dimensão do estabelecimento e

o seu meio de atuação. Cuidadosa observação evidenciou a precariedade da mecanização existente, dos serviços da Matriz.

O equipamento utilizado não se adaptava à programação visada. Como solução, cuidou-se de sua substituição para outro mais adequado, com excelentes resultados.

Objetivando oferecer serviço mais rápido e eficiente nas Carteiras de Depósitos e Ordens de Pagamento, foi implantado o sistema de "Caixas Executivos", do qual o BEA foi pioneiro na praça de Manaus, tendo sido colhidos resultados altamente positivos.

Sempre no intuito de oferecer melhor padrão de serviços aos seus clientes, outros setores sofreram a ação da racionalização de suas tarefas e já as Seções de Empréstimo, Descontos e Cobranças Simples, do Escritório Central demonstram a ação benéfica da medida, com evidentes vantagens para a elevação do índice de produtividade por funcionário.

O Setor Jurídico foi igualmente reestruturado com a formação de um corpo de advogados constituído de funcionários do quadro do Banco; e o de Ações foi implantado em moldes modernos, para permitir o contrôle seguro e atendimento eficiente ao elevado número de acionistas.

O preparo técnico dos funcionários foi outra preocupação da Diretoria do Banco, tendo alguns dêles participado de cursos da CETRED e CEPAL, de Crédito Rural e estágios no Banco do Ceará e Banco Nordeste do Brasil.

Foram abertas novas agências no Rio (GB) e em Coari e Manicoré. O sucesso tem sido uma constante na filial Rio (GB) pelo volume crescente de suas operações, situando-se, muito embora o seu pouco tempo de funcionamento, como a 2.ª em montante de Depósitos, só superada pelo Escritório Central.

As aplicações registraram um crescimento superior aos dos anos anteriores, significando que o Banco procurou, em 1968, por meio de maior estímulo financeiro, fortalecer os setores econômicos do Estado, em perfeita consonância com a orientação governamental.

APLICAÇÕES GLOBAIS — POR SETORES

Em NCr$ 1.000,00

Crédito Geral

	1966	1967	1968
Ao comércio	6.244	6.089	8.231
À indústria	1.679	3.944	6.326
À lavoura	440	272	123
À pecuária	55	66	133
Outros	404	378	2.193

Crédito Especial

	1966	1967	1968
À indústria	2.383	1.839	1.476
À agricultura	280	203	270
À pecuária	355	264	468
Total	11.840	13.055	19.220

Muito embora a firme intenção de conceder maiores créditos às atividades rurais, êsse propósito não pôde ser alcançado, em 1968, à medida do nível desejado, em virtude de os recursos serem sobretudo disponíveis à curto prazo, enquanto que o financiamento à lavoura e à pecuária exige têrmos mais longos.

Espera-se, contudo, obter brevemente recursos de "fundos especiais" para dar curso a um programa assistencial mais vigoroso.

No decorrer de 1968, a AGRINPEC financiou os seguintes itens :

Agricultura

Saldos em 31.12.68

Pimenta - do - reino	NCr$	73.808,26
Guaraná		73.977,54
Arroz		38.122,13
Juta (fibra)		15.008,48
Melhoramentos (adubos, inseticidas)		28.531,22
Total	NCr$	229.447,63

Pecuária

Saldos em 31.12.68

Bovinocultura (compra de gado)	NCr$ 169.390,07
Melhoramentos das exp. e equip.	199.422,46
Comercialização	91.000,00
Outras	8.423,00
Total	NCr$ 468.235,53

Na safra do ano agrícola 1967 / 8, foi iniciado o programa de Crédito Rural Orientado, na forma de convênio BEA - ACAR - Amazonas. Inicialmente, em se tratando da primeira experiência dessa modalidade neste Estado, foi financiado, no Município de Itacoatiara, o plantio de 112 hectares de arroz. Considerando os resultados positivos obtidos, já para a safra de 1968/9, êste programa foi estendido, em conjunto com a ACAR - Am., aos seguintes municípios, financiando as culturas especificadas :

Agricultura

Municípios	Cultura	Valor — NCr$
Itacoatiara	arroz	22.580
Parintins	arroz	13.450
Manacapuru	juta	19.286
Tabatinga	arroz	961

Pecuária

Careiro	—	34.763
Autazes	—	37.611

Indústria — BEA - FIPEME

Em convênio com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (FIPEME), o Banco do Estado do Amazonas, concedeu, até 31.12.68, os seguintes financiamentos, discriminados por setores :

BEA/FIPEME — APLICAÇÕES

Operações Contratadas até 31.12.68

NCr$ 1,00

	SETOR	VALORES	%
1.	Alimentação	670.484	55,8
2.	Beneficiamento de Látex	14.734	1,2
3.	Lixívias	7.590	0,6
4.	Madeira serrada	75.494	6,3
5.	Móveis	87.884	7,3
6.	Olaria	18.500	1,6
7.	Prensagem de juta	63.256	5,3
8.	Fiação / Tecelagem	263.086	21,9
	T O T A L	1.201.028	100,0

BEA — FINAME

Em 31.12.68 as aplicações com recursos oriundos do convênio BEA — FINAME estavam assim distribuídas:

BEA / FINAME — APLICAÇÕES

Operações Contratadas até 31.12.68

NCr$ 1,00

	SETOR	VALORES	%
1.	Tratores Agrícolas	40.811	18
2.	Motores Marítimos	57.978	26
3.	Conservação de Veículos	7.606	3
4.	Madeira Serrada	10.845	5
5.	Serviço de Engenharia	2.550	1
6.	Cerâmica	7.350	3
7.	Indústria de Energia Elétrica	39.077	18
8.	Metalurgia	19.369	9
9.	Panificação	27.075	12
10.	Indústria de Refrigerante	10.553	5
	T O T A L	223.214	100

Outros Créditos Especiais

Sempre empenhado em angariar novas fontes de recursos, o Banco do Estado do Amazonas, obteve em 1968, credenciamento junto ao Banco Nacional de Habitação para atuar como seu Agente Financeiro e em 1969 deverá iniciar as operações com base nos Fundos REINVEST (Financiamento para expansão e implantação de indústrias de material de construção) e RECON (Refinanciamento ou Financiamento ao consumidor de materiais de construção). Alcançou, da mesma forma, para maior incremento de suas operações de Crédito Rural, uma linha de crédito de NCr$ 500.000,00, junto ao Banco Central do Brasil (FUNAGRI).

Depósitos

Resultado dos mais animadores foi o conseguido pelo BEA, no crescimento do montante de seus depósitos em 1968.

A respeito, é oportuno mencionar o testemunho da Revista Bancária Brasileira (número 428, de 30.8.68) que classificou o Banco do Estado do Amazonas, em 5.º lugar dentre os Bancos, cujos depósitos, no período de janeiro a junho de 1968, mais cresceram.

Por todos os modos vem o Banco do Estado do Amazonas empenhando-se, para apresentar ao público uma imagem positiva vigorante naquele estabelecimento, fruto de uma preocupação constante e real de oferecer ao depositante um serviço cada vez mais rápido e eficiente, mediante a adoção de novos sistemas de trabalho, como por exemplo o da implantação de "Caixas Executivos".

Felizmente o público tem atendido a êsse apêlo, crescendo assim, dia a dia, a sua participação no volume de depósitos.

Destacada também, foi a colocação dêste Govêrno na composição dos depósitos.

O quadro abaixo retrata a evolução do setor:

Ano	Depósitos	Índice
1965	10.298.690	100

1966	11.217.825	108
1967	8.152.204	79
1968	13.992.396	135

Ano	Depósitos	%

Depósitos do Público

1965	2.355.543	100
1966	3.316.776	140
1967	3.354.752	142
1968	4.921.510	208

Depósitos Governamentais

1965	8.340.390	100
1966	7.725.783	92
1967	4.205.890	50
1968	9.070.886	108

Capital

Indo ao encontro do crescimento do Banco e do desenvolvimento de suas atividades operacionais, a Diretoria submeteu à Assembléia Geral, proposta de elevação do capital social, de NCr$ 3.000.000,00 para NCr$ 10.000.000,00, ficando assegurado ao Govêrno do Estado, a posição de maior acionista, com a participação de 51% do capital, e a todos acionistas será distribuida a bonificação de uma ação para cada duas.

Arrecadação de Impostos e Taxas

Foi considerável o volume das arrecadações de impostos, taxas, tributos e contas, quer do Govêrno Federal, quer do Estadual, feitas pelo Banco, durante o ano de 1968:

Federais

F. G. T. S.	NCr$	2.371.085
Fundo de Assist. Trabalhador Rural....		41.222
I. N. P. S.		1.330.503

I. B. R. A.	25.620
Impôsto de Renda	1.083.892
Impôsto s/ Prod. Industrializados	1.158.545

Estaduais

Impôsto de Circulação de Mercadorias.	NCr$ 26.080.261
Cia. Amazonense de Telecomunicações.	318:948

Agências — Reestruturação Administrativa

Três novas agências foram inauguradas no ano de 1968 : Rio (GB), Manicoré (AM) e Coari (AM), tôdas funcionando em prédio próprio.

Mais um Setor foi criado para auxiliar a Diretoria nos trabalhos administrativos, o SECGE — Setor de Crédito Geral - perfazendo agora quatro, assim discriminados :

SEDAM — Setor de Administração

SECGE — Setor de Crédito Geral

SECON — Setor de Contabilidade

SEJUR — Setor Jurídico.

Foi ampliado para quatro o número de Inspetores, com vistas a conceder maior assistência e orientação dos serviços a tôdas as Agências.

Ampliando suas atividades e pluralizando suas áreas de atuação — inclusivé através do agenciamento de novos fundos destinados a financiamentos específicos — o Banco passou a ressentir-se, fortemente, da necessidade de uma pessoa que, em cargo de alto gabarito e como representante da Diretoria, pudesse tratar dos mais variados assuntos de órbita superior, especialmente os que dizem respeito ao Banco Central do Brasil, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, Banco do Brasil, Banco Nacional de Habitação e outros, enfim, cujas relações constantes são indispensáveis. Em face disso, criou-se o cargo de Superintendente - Sul, com sede no Rio de Janeiro.

9. POLÍTICA ECONÔMICO - FINANCEIRA DO ESTADO

Execução do Orçamento de 1968

Orçamento para 1969

Divisão de Orçamento

Receita da Capital e do Interior

Divisão de Fiscalização

O ano de 1968, foi o de verdadeira implantação da nova sistemática tributária que transformou o Impôsto de Vendas e Consignações (IVC) no Impôsto Sôbre Circulação de Mercadorias (ICM). Mesmo assim, duas reuniões de Secretários de Fazenda foram realizadas para dirimir dúvidas e acertar diretrizes quanto à aplicação da nova legislação : uma em Pôrto Alegre no Estado do Rio Grande do Sul, em fevereiro, e outra em Brasília, no mês de março.

Uma outra reunião, esta dos Secretários de Fazenda do Amazonas, Pará, Acre e Rondônia, foi realizada em Manaus, nos dias 13 e 14 do mês de março, na qual foram debatidos assuntos tributários peculiares à região norte, resultando na assinatura do Convênio Geo-Econômico de 16.05.68, publicado no Diário Oficial de 29 de maio do mesmo ano.

Estas reuniões de Secretários de Estado, realizadas aqui ou ali, onde são discutidos com a mais ampla liberdade todos os problemas fiscais de cada Estado, são proveitosíssimas. A soma de conhecimentos que se adquire é inestimável, especialmente para os Estados de menor receita e que por isso não podem manter uma equipe de técnicos e juristas de alto nível, hoje necessária para interpretar a avalanche de leis fiscais.

Execução do Orçamento de 1968

No quadro abaixo, comparamos a receita realizada com a prevista no Orçamento para 1968 :

CLASSIFICAÇÃO	Rec. Arrecadada	Prev. Orçam.
Impôsto s/ Transmissão de Bens Imóveis	270.377,49	1.130.000,00
Impôsto s/ Circulação de Mercadorias	29.166.310,12	30.400.000,00

Impôsto s/ Combustíveis e Lubrificantes	—	1.870.000,00
Taxa Judiciária	3.689,86	5.000,00
Custas Judiciais	177,05	3.000,00
Taxa de Segurança Pública	10.661,83	224.000,00
Taxa de Expediente	1.569.473,11	1.330.000,00
Taxa de Estatística	1.423.000,83	600.000,00
Taxa de Emolumentos	102.731,21	620.000,00
Taxa de Serviços de Trânsito	251.172,19	280.000,00
Taxa de Bebidas Alcoólicas e Fumo	37.615,99	3.000,00
Dividendos (1)	1.922.920,43	292.870,22
Imprensa Oficial	33.352,71	40.000,00
Frigorífico da Secretaria de Produção	—	36.000,00
Cota-Parte Fundo de Part. dos Estados	27.041.258,45	15.000.000,00
Multas	737.991,61	1.200.000,00
Indenizações e Restituições	132.094,87	100.000,00
Cobrança da Dívida Ativa	239.490,29	1.010.000,00
Receitas Eventuais	253.552,83	80.000,00
Correção Monetária	8.801,59	10.000,00
Cota-parte do Impôsto Único sôbre Combustíveis e Lubrificantes, recebida pelo Depto. de Estradas de Rodagem — DER - Am	18.532.905,78	20.400.000,00
Cota-Parte do Impôsto Único s/ Energia Elétrica, recebida diretamente pelas Centrais Elétricas do Amazonas — CELETRAMAZON	4.001.935,20	600.000,00
Contribuição da União para as metas previstas pelo Plano Nacional de Educação, recebida diretamente pela Secretaria de Educação	402.000,00	1.355.481,00
Cota-Parte do Impôsto Único s/ Minerais do País (nada recebido)	—	1.419.000,00
NCr$	86.141.513,44	78.008.351,22

Analisando o quadro acima, vale ressaltar :

1) — **A Receita do Estado** — Foi a seguinte a receita do Estado:

Arrecadação pela Capital	NCr$ 31.194.827,63
Arrecadação pelo Interior	4.968.586,38
Arrecadação do Estado	NCr$ 36.163.414,01
Fundo de Participação dos Estados	27.041.258,45
S o m a.....	NCr$ 63.204.672,46
Cotas s/ Impostos Federais recebidas por órgãos da administração descentralizada	NCr$ 22.936.840,98
Receita total	NCr$ 86.141.513,44

2) — **Impôsto sôbre Circulação de Mercadorias** — Arrecadamos 95% do valor previsto, que foi deveras satisfatório, considerando ser esta a maior rubrica do nosso orçamento;

3) — **Impôsto sôbre Combustíveis e Lubrificantes** — A cobrança dêste impôsto, dependia de autorização do Govêrno Federal, que não foi dada. Assim, esta rubrica constou dos orçamentos de todos os Estados e nenhum pôde cobrar aquêle tributo;

4) — **Dividendos** — Nesta rubrica tivemos um apreciável acréscimo de NCr$ 1.630.050,21, porque recebemos do Banco do Estado do Amazonas S/A, dividendos de 1967 e 1968, no total de NCr$ 646.266,93, que continuam naquele Banco, em conta vinculada, para subscrição nos futuros aumentos de Capital e NCr$ 1.264.153,50, de dividendos da Petrobrás S/A, também de 1967 e 1968;

5) — **Cota-Parte do Fundo de Participação dos Estados** — O acréscimo de NCr$ 12.041.258,45, nesta verba, foi o que nos possibilitou manter o equilíbrio financeiro do Estado. Em 1967, recebemos pela Cota do Fundo de Participação, NCr$ 7.342.617,10. Para 1968, estimamos aquela receita em NCr$ 15.000.000,00, e recebemos, efetivamente, NCr$ 27.041.258,45.

Não obstante os números acima, mister salientar que o Amazonas continua em situação de inferioridade após a reforma tributária, em consequência de ser um Estado tìpicamente importador. Importa tudo o que consome. O valor das importações corresponde a 60% do produto interno.

Com a nova sistemática tributária, a base de incidência do impôsto estadual (ICM) recai sôbre o valor adicionado à mercadoria. Em vista de pràticamente nada produzir para o seu próprio consumo, a alíquota do ICM alcança apenas os custos de comercialização dos artigos comprados de outros Estados.

Os números comprovam essas assertivas. Em 1965 o Estado do Amazonas arrecadou, proveniente do IVC, a preços de 1968, NCr$ 77.869.457,00. Em 1967, também em valor de 1968, quando se implantou a nova sistemática de tributação, a arrecadação do ICM rendeu apenas 35% do valor de 1965, acrescentando-se a contribuição do Fundo de Participação dos Estados, essa percentagem elevou-se para 46%.

Finalmente, em 1968, com a Zona Franca de Manaus consolidada, os negócios virtualmente explodiram. Ainda assim, com os negócios em verdadeiro "boom" incomparàvelmente maiores do que em 1965, a arrecadação do ICM, que é a principal fonte de receita do Estado, equivaleu a apenas 46% do valor do IVC do ano de 1965, êste a preços de 1968.

O quadro anexo, sôbre a Receita Estadual, bem demonstra o que acima foi exposto.

Orçamento para 1969

Receita Tributária	NCr$ 40.541.261,00
Receita Patrimonial	2.821.000,00
Receita Industrial	76.000,00
Receitas Diversas	1.910.000,00
Fundo de Participação dos Estados	29.800.000,00
Outras Participações em Tributos Federais	20.905.000,00
	NCr$ 96.053.261,00

Com a promulgação do Ato Complementar N.º 40, que reduziu o Fundo de Participação dos Estados de 10% para 5% da receita da União proveniente dos Impostos de Renda e sôbre Produtos Industrializados, o Estado foi compelido a criar um Fundo de Contenção, reduzindo as suas despesas em diversas rubricas orçamentárias num total de NCr$ 12.472.484,80 (doze milhões, quatrocentos e setenta e dois mil, quatrocentos e oitenta e quatro cruzeiros novos e oitenta centavos), única maneira de se poder manter o equilíbrio financeiro do Estado.

Divisão de Orçamento

Esta Divisão tem por finalidade supervisionar, coordenar, orientar, analisar e apreciar todos os fatos relacionados com o Orçamento do Estado, objetivando a eficiência da Administração através a perfeita execução orçamentária do plano ou programa de trabalho traçado pelo Govêrno.

Nesta Divisão foram elaborados todos os projetos de leis e decretos relacionados com a Receita e Despesa do Estado, assim como os de natureza fiscal. Realizou ainda esta Divisão as demais tarefas atinentes às suas atribuições, entre elas a elaboração do projeto do Orçamento Geral do Estado, para o corrente exercício.

Divisão da Receita da Capital

Cabe a esta Divisão o contrôle da arrecadação da Capital que no exercício de 1968 alcançou a cifra de NCr$ 31.194.827,63.

Divisão da Receita do Interior

Órgão que superintende a arrecadação do Interior do Estado, manteve-se sempre vigilante na intransigente defesa do Erário Público, orientando administradores e funcionários do Interior, no sentido de fazerem cumprir a legislação vigente.

Os resultados apresentados pelo setor, foram muito bons, pois a despeito das providências adotadas pela Lei n.º 691, de 30 de novembro de 1967, que modificou o sistema de cobrança do

impôsto incidente sôbre o produto "in natura", permitindo-lhe a circulação dentro do Estado sem despesas para o produtor, a arrecadação de impostos e taxas pelas Exatorias, no ano de 1968, foi maior do que a de 1967, como se vê abaixo:

Arrecadação de 1967	NCr$ 4.271.805,45
Arrecadação de 1968	NCr$ 4.968.586,38
Diferença para MAIOR	NCr$ 696.780,93

Existem funcionando no Interior, cêrca de 50 Exatorias, compreendidas em duas Mesas de Rendas, vinte e quatro Coletorias e igual número de Postos Fiscais que funcionam em estado precário, motivado pela carência de prédios próprios e em condição de funcionamento na maioria das Estações Fiscais. O Govêrno do Estado através da Secretaria de Viação e Obras Públicas já iniciou o programa de obras objetivando a recuperação dêsses prédios e a construção de outros, salientando-se que se acham em construção as sedes das Exatorias de Parintins, Coari e Tefé.

Divisão de Fiscalização

Êste órgão no ano recém-findo desincumbiu-se a contento de suas funções. O quadro de Inspetores foi ampliado de um para quatro, e os resultados dessa ampliação foram os melhores possíveis. As revisões procedidas em 1.623 firmas pelos Inspetores e Fiscais de Rendas, resultaram no seguinte:

Impôsto apurado	NCr$	924.366,61
Multa		1.049.575,77
	NCr$	1.973.942,38

Devemos salientar que não houve nenhuma pressão fiscal por parte da Fazenda Estadual. Tanto assim que, das 1.623 firmas visitadas, sòmente 90 foram autuadas por infração à Lei n.º 550/66.

No decorrer de 1968, foram solicitadas 1.016 inscrições de firmas comerciais e negociantes arbitrados, da mesma forma canceladas 140.

O Cadastro de Contribuintes desta Secretaria registra 4.583 firmas.

Foram distribuídos, para os sorteios do "Seu Talão vale NCr$ 5.000,00", realizados em 30 de junho e 31 de dezembro de 1968, 1.826.530 certificados, ou sejam 338.599 mais do que em 1967.

A Seção da Dívida Ativa, como órgão da Divisão de Fiscalização, apresentou os melhores resultados. Enquanto em 1967 a cobrança de débitos através da Seção da Dívida Ativa foi de apenas NCr$ 18.000,00, em 1968 vinte vêzes maior, ou seja ..... NCr$ 358.127,99.

Os débitos encaminhados àquela Seção para cobrança ou inscrição, estão hoje sob absoluto contrôle, o que não ocorria anteriormente. Assim pois podemos prestar informações imediatas sôbre cada um dos processos incluídos nos grupos abaixo:

Débitos inscritos até 31.12.68 ..	NCr$	822.051,57
Saldos de débitos que vêm sendo pagos parceladamente		370.008,57
Débitos em estágio de cálculo...		503.676,18
	NCr$	1.695.736,32

Consoante as informações contidas no relatório do senhor Francisco Monteiro de Paula, Secretário de Estado de Fazenda o Estado iniciou o ano com uma circulação econômica e financeira como há muito não desfrutava, porquanto os compromissos transferidos para o corrente exercício atingiram ..... NCr$ 3.941.726,78, e as disponibilidades em 31 de dezembro de 1968 eram da ordem de NCr$ 4.445.016,69, ressaltando-se que encontra-se o Estado com seus compromissos pràticamente saldados, apenas alguns aguardando processamento normal.

R E C E I T A E S T A D U A L

ANOS	Receita Arrecadada NCr$ (preços correntes) (A)	Receita Arrecadada NCr$ (preços de 1968)	Fundo de Participação NCr$ (preços correntes) (B)	Receita Total NCr$ (preços correntes) (A + B)	Receita Total NCr$ (preços de 1968)
1965	37.080.694	77.869.457	—	37.080.694	77.869.457
1966	45.649.487	70.300.209	—	45.649.487	70.300.209
1967	22.143.710	27.143.710	7.342.617	29.486.327	35.973.384
1968	36.163.414	36.163.414	27.041.258	63.204.672	63.204.672

10. JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

Ministério Público

Polícia Militar

Aparelhamento Policial

A Secretaria do Interior e Justiça, é o órgão da administração estadual que orienta e coordena as relações do Govêrno concomitantemente com o Poder Judiciário e o Ministério Público.

São subordinados a esta Pasta, além do Departamento Estadual de Segurança Pública, Polícia Militar, Arquivo Público e o Departamento de Imprensa Oficial.

O edifício sede desta Secretaria, antes em condições deploráveis, encontra-se atualmente em fase final de recuperação total, já deixando antever que voltará a seus tempos áureos, de esplendor, como patrimônio de rara beleza.

No capítulo das garantias públicas e individuais, tem sido rigorosamente observado pelo Govêrno, o critério de igualdade na distribuição da justiça e da equidade, na garantia do direito de cada um.

Assim sendo, um clima de liberdade tem sido mantido em todo o Estado, sem apêlos à violência ou arbitrariedades. Ninguém em parte alguma do território do Estado, foi violentado, foi coagido ou constrangido. E ninguém recorreu em vão à autoridade para postular contra excesso ou arbítrio.

Vale ressaltar que as eleições municipais realizadas em novembro do ano passado, na quase totalidade dos municípios amazonenses, inclusive na Capital, transcorreram-se num ambiente de ordem e tranquilidade, o mesmo acontecendo durante todo o desenrolar da campanha eleitoral.

Ao povo, como igualmente às agremiações partidárias, o Estado garantiu-lhes o direito assegurado pela Lei.

O Govêrno já tem concluído o ante-projeto criando a Secretaria de Segurança, que terá uma estrutura administrativa calcada dentro da moderna técnica observada neste setor, por outras unidades da Federação.

Atenção especial dispensar-se-á à formação dos quadros, dotando-os de servidores à altura das funções que irão desempenhar, principalmente aquelas de ordem técnica.

Já a partir do corrente ano, serão ministrados cursos de especialização a diversos funcionários do DESP, que exercem atividades em setores que exigem conhecimento técnico.

A criação da Secretaria de Segurança Pública, imprimirá, sem dúvida, uma nova dinâmica e diretrizes neste importante setor da administração estadual.

MINISTÉRIO PÚBLICO

Os diversos órgãos integrantes do Ministério Público do Amazonas, estiveram a altura do seu papel de colaboradores eficientes para que se executem os preceitos da Lei, na punição do crime, na defesa da sociedade e no resguardo dos direitos individuais, conforme se depreende do relatório firmado pelo dr. Mário Jorge Couto Lopes, Procurador Geral de Justiça, ao enfocar as atividades da Procuradoria Geral de Justiça e as dos diversos órgãos ministeriais.

Pela Lei número 702, de 31 de dezembro de 1967, o Código do Ministério Público foi ajustado às novas normas constitucionais e através da Lei 728, de 3 de junho de 1968, foram fixados os vencimentos dos seus titulares, nas diversas entrâncias em valôres iguais aos atribuídos à magistratura.

O Decreto Executivo 1.194, de 31 de julho de 1968, baixou normas à promoção por merecimento, como estabelecido no Código ministerial, e vasados os seus princípios nas normas adotadas pelo regime federal.

Como resultante das alterações da Lei Judiciária, foi baixada a Lei número 827, de 6 de dezembro do ano passado, que alterou o Código do Ministério Público, em seu artigo 15.º, para criar mais dois cargos de Promotor de Segunda Entrância, para funcionarem junto à Décima Segunda Vara Criminal, e um de Primeira, para a recém-criada Comarca do Careiro.

Foi essa a legislação que o Govêrno baixou no curso do ano de 1968, com referência ao Ministério Público, e como se verifica, tôda ela em consonância aos preceitos constitucionais e ao atendimento do que se contém nos Códigos do próprio organismo e à Lei Judiciária.

O Govêrno envidará esforços no curso dêste ano, objetivando dotar a Procuradoria Geral da Justiça, de instalações mais amplas para o seu funcionamento, porquanto o local em que vem funcionando já não mais atende satisfatòriamente às necessidades do serviço.

Objetivando oferecer melhores condições de trabalho aos órgãos do Ministério Público no interior do Estado, e aos seus funcionários, o Govêrno prosseguirá êste ano, na construção de novos Foruns, bem como de residências destinadas a Juízes e Promotores, em diversos municípios.

POLÍCIA MILITAR

A Polícia Militar do Estado, sob o comando do Coronel do Exército José Maury de Araújo Silva, desde abril do ano passado, com um efetivo de 1.000 homens fixado pela Lei 360, de 18 de dezembro de 1965, com grande esfôrço tem mantido o policiamento e a ordem tanto na Capital como no Interior do Estado.

Conforme exposição do Comandante da Polícia Militar, o edifício-sede desta Milícia necessita de reformas, encontrando-se em precárias condições de habitabilidade com suas instalações já deficientes.

Conforme está inserido no Plano Quinquenal de Govêrno, um novo Quartel será erguido no bairro de Petrópolis, cujas obras já foram iniciadas, e será dotado de tôdas as condições para o perfeito funcionamento desta Corporação, que terá assim área suficiente para suas atividades.

O fardamento da tropa foi totalmente renovado no ano passado. O processo de suprimento satisfez às necessidades da Unidade e atualmente todos os elementos da Corporação se encontram fardados, existindo ainda no Almoxarifado fazenda em estoque.

Para um melhor contrôle do pessoal destacado para servir no Interior do Estado, o atual Comando criou a Inspetoria de Destacamento do Interior, o que tem aprovado plenamente.

Merece realce a dedicação e o espírito de todos os elementos da Polícia Militar do Estado que em detrimento das precárias condições do Quartel desta corporação, tem procurado corresponder a confiança do Govêrno, na missão que lhes é confiada.

Aparelhamento Policial

Tem sido uma das preocupações do Govêrno, o aperfeiçoamento dos órgãos responsáveis pelo policiamento do Estado na

esfera civil. O Departamento Estadual de Segurança Pública, apesar de algumas das providências já levadas a efeito, carece ainda, todavia, de uma reforma de maior profundidade, o que está em cogitações pelo Govêrno.

A atual estrutura administrativa dêste Departamento está muito a desejar, porquanto em diversos aspectos está obsoleta, não tendo acompanhado a evolução do progresso já bem acentuado em outras Unidades da Federação.

A reforma do aparelhamento policial, deverá orientar-se em dois sentidos principais: aperfeiçoamento e especialização do material humano, proporcionando-lhe melhores condições de trabalho, compatíveis com as funções exercidas e aquisição de equipamento imprescindível às tarefas que exigem a intervenção de aparelhos científicos.

Enquanto não se processa a grande reforma exigida, o Govêrno tem tomado medidas para a melhoria dos setores policiais, tendo destinado novas viaturas para as atividades do DESP.

Todavia, em que pese as deficiências conhecidas, é justo ressaltar que o Departamento Estadual de Segurança Pública, graças à dedicação e espírito público de seus integrantes, vem desincumbindo-se de suas múltiplas tarefas, do que dá conta o relatório do seu atual titular, Bacharel João Valente de Azevêdo, informando as atividades desenvolvidas pelas Delegacias de Segurança Política e Social, de Roubos e Falsificações e a de Segurança Pessoal, na proteção à integridade e segurança das pessoas, assim como a Delegacia Especializada de Trânsito, na árdua tarefa de fiscalizar o tráfego e discipliná-lo.

Penitenciária Central do Estado

No tocante à Penitenciária Central do Estado, as deficiências não são menores. O Plano Quinquenal do Govêrno, prevê a construção da Penitenciária Agro-Industrial, em área da rodovia Torquato Tapajós, capaz de oferecer novas condições de trabalho, abrangendo o agrícola e o artesanato, para a recuperação e

reeducação dos presidiários, de acôrdo com a moderna técnica, que sugere a reeducação dos presidiários através de um trabalho dirigido e compensado, tanto material quanto espiritual.

No presídio da avenida Sete de Setembro, vem funcionando normalmente uma Escola sob a responsabilidade de dois professores, com aproveitamento satisfatório pelos alunos adultos que frequentam as aulas.

Na orientação psicológica dos reclusos, desenvolve bom trabalho a Divisão de Recuperação Social, assim como a Seção de Serviço Social que, num trabalho altamente humanitário e reeducativo, tem prestado inestimável serviço às famílias dos reclusos reconhecidamente necessitados, contando com a colaboração da Campanha Nacional de Alimentação Escolar e da Legião Brasileira de Assistência.

11. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Administração de Pessoal

Representações do Govêrno

Imprensa Oficial

Arquivo Público

ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL

Órgão centralizador dos sistemas de pessoal, material e de organização do serviço público estadual o Departamento de Administração e Serviço Público do Amazonas — DASPA —, desenvolveu no exercício passado apreciável volume de atividades, do que nos dá conta, o amplo relatório do seu diretor, tendo em vista sempre os altos interêsses da Administração, no seu desiderato de servir o povo, bem assim a valorização do elemento humano no serviço público, pelo fortalecimento do sistema do mérito, através de seleção por concurso público e do treinamento.

Assim, êste Departamento, através da Seção de Recrutamento e Seleção, tem obedecido ao princípio do mérito na realização de concursos públicos, como ocorreu para o Magistério Público, para Fiscal de Rendas (o primeiro realizado no Estado, para êste cargo), Oficial de Exatoria e Motorista. Dentro dessa competição, fiel aos princípios de neutralidade e imparcialidade, observou-se o valor pessoal dos candidatos em relação às exigências dos respectivos cargos. Aliás convém relevar que os concursos públicos são o único processo válido para o provimento de cargos públicos, princípio que vem sendo rigorosamente observado pela atual Administração estadual.

No que concerne ao aperfeiçoamento, a Escola de Serviço Público do Estado (ESPEA), da estrutura do DASPA, realizou cursos intensivos e palestras sôbre as matérias básicas administrativas, treinando não só os funcionários estaduais, como também federais e municipais, pois o treinamento é um dos objetivos finais da própria gerência de pessoal — a eficiência do fator humano.

O DASPA, como órgão de assessoramento do Govêrno do Estado, em matéria de administração, tem procurado tanto quanto possível adotar o princípio da uniformidade no solucionamento de questões idênticas de pessoal, de sorte a assentar

uma política justa e equânime, com base na legislação pertinente e na jurisprudência administrativa.

Sem embargo disso, êste Departamento ainda se vem ressentindo de pessoal, a fim de que os seus órgãos funcionem a contento, no cumprimento integral de suas importantes atribuições, no sentido de planificar tècnicamente o serviço público, de sorte que cada funcionário seja um servidor plenamente integrado no papel que lhe cabe na dinâmica do bem-estar social. Na linha dêsse comportamento, é que a Comissão de Reforma Administrativa do Estado elaborou o projeto de lei, transformando êste Departamento em Secretaria de Administração, hierarquia organizacional mais consentânea com as altas finalidades, como já sucede com a grande maioria dos Estados brasileiros.

Apesar das dificuldades decorrentes à carência de pessoal técnico, a direção geral do DASPA envidou esforços no sentido da dinamização dos serviços da Comissão Estadual de Licitação e os da Divisão de Material.

Quanto ao sistema de pessoal, o DASPA procurou tanto quanto possível controlar, dentro do princípio da imparcialidade e instantaneidade, todos os processos que transitaram pelos seus setores à luz do Estatuto dos Funcionários Civis do Estado, assentando uniformidade em suas decisões, diante dos pronunciamentos da Divisão de Pessoal e da Assessoria Administrativa, órgão técnico-jurídico de assessoramento da Direção Geral.

No que tange ao sistema de organização, o DASPA procurou orientar a dinâmica organizacional, decorrente da estrutura administrativa do Estado, estabelecida pela Lei n.º 223, de 18 de junho de 1965. No decorrer do exercício em curso, a Divisão de Organização e Métodos terá suas atividades dinamizadas, no referente à estrutura dos órgãos da Administração, dentro de uma reforma racional e realista.

Convém acentuar que a Comissão de Reforma Administrativa do Estado, instituída pelo Decreto n.º 917, de 10 de junho de 1967, desenvolveu em 1968 uma série de estudos e projetos de lei, apesar das dificuldades inerentes ao trabalho de tal natureza, que se vem processando por etapas.

Esta Comissão elaborou os projetos de lei da Secretaria de Administração, da Secretaria de Segurança Pública, de Decretos sôbre a Regulamentação do Tempo Integral, Criação da Comissão do Tempo Integral e seu Regimento Interno, a Regulamentação da Gratificação da Função Policial, Gratificação do Risco de Vida e Saúde, Regulamentação do Instituto da Delegação de Competência no serviço público estadual e outros trabalhos.

Representando o Govêrno do Estado, o Diretor Geral do DASPA participou da I Semana de Estudos da Reforma Administrativa, promovida pelo Govêrno Federal na Guanabara, oportunidade em que se deu valioso intercâmbio de opiniões e normas sôbre tão momentoso e importante assunto, bem como colheita de experiência da Administração federal e dos Estados mais avançados em organização administrativa.

O Amazonas também estêve presente ao I Encontro Nacional de Secretários de Administração, no qual foram expostos os esforços do Govêrno do Estado em ajustar a respectiva estrutura administrativa à realidade do nosso meio, objetivando produzir mais e servir melhor, à luz de uma racional e objetiva política de pessoal.

ESPEA

Além do funcionamento normal do Curso de Assistente Técnico de Administração, foi dado relêvo aos cursos intensivos de treinamento de pessoal, com a realização dos seguintes: Oficial Administrativo, Redação Oficial e Preparação de Orçamento, todos êles objetivando aprimorar o servidor, capacitando-o a melhor desempenhar suas atividades com os conhecimentos adquiridos nestes cursos. O DASPA promoveu ainda um curso que preparou candidatos para o Concurso de Fiscal de Rendas do Estado.

Em convênio com o Ministério da Agricultura, a ESPEA realizou também os cursos: Expurgo e Armazenamento, Estatística Agropecuária e Recepcionista.

O Curso de Formação, ou seja, o de Assistente de Administração, realizando-se atualmente com duas séries, contou com 119 alunos inscritos, assim distribuidos: primeira série — 94 e a

segunda série — 25, sendo que se registrou desistência de 53 no primeiro ano e 3 no segundo, até o fim do ano letivo.

Objetivando evitar estrangulamento em suas atividades sempre crescentes, por falta de espaço, porquanto a atual sede já de muito tornou-se inadequada, o Govêrno do Estado iniciará êste ano a construção da nova sede própria da ESPEA, em terreno já doado para êste fim.

Enfim, nada obstante a deficiência de pessoal e bem assim a escassez e inadequação do espaço do seu prédio-sede, causas capitais de perturbação de suas atividades, o DASPA levou a efeito no exercício de 1968, um apreciável volume de trabalho, através de seus diversos setores, dando cumprimento fiel às diretrizes emanadas do Executivo estadual.

REPRESENTAÇÕES DO GOVÊRNO

As Representações do Govêrno do Estado na Guanabara, em São Paulo e Brasília, deram continuidade no exercício passado, as suas atribuições, executando as tarefas que lhes são atinentes.

Vale ressaltar que as mesmas ocupam instalações condignas para a desincumbência de suas atividades.

Têm funcionado como setores de ligação permanente entre o Govêrno do Estado e os órgãos públicos e entidades particulares sediados naquelas cidades, quer no acompanhamento de assuntos de interêsse da administração, quer prestando informações solicitadas por órgãos ou pessoas interessadas em visitar o nosso Estado ou aqui realizar investimentos.

IMPRENSA OFICIAL

Objetivando a recuperação e o reaparelhamento da Imprensa Oficial, com vistas a torná-lo num órgão mais eficiente e dinâmico, o Govêrno do Estado já tomou as providências necessárias, para a realização dos estudos necessários à reestruturação dêsse serviço, que no momento enfrenta dois problemas: reduzido número de pessoal e deficiência das máquinas.

Sendo o órgão oficial do Govêrno e responsável por tôdas as publicações oficiais do Estado e ainda de matérias oriundas de firmas comerciais, conforme dispositivos legais, o maquinário da Imprensa Oficial e seu equipamento são precários, carecendo de uma recuperação.

As suas máquinas utilizadas para composição datam de mais de 30 anos, com várias peças inutilizadas não atendendo mais às necessidades do serviço.

Diante desta situação, o Govêrno apressa-se em concluir os estudos, os quais indicarão as providências a serem tomadas.

Não obstante estas precariedades, a Imprensa Oficial conseguiu dar conta de suas tarefas, na impressão das publicações oficiais e circulação do Diário Oficial, no decorrer do ano passado.

ARQUIVO PÚBLICO

O Arquivo Público, dentro do possível, vem envidando esforços para guardar devidamente a documentação preciosa, necessária, e sem o qual o passado de nossa terra ficaria ignorado, como a vida dos servidores e serviços públicos.

De modo geral, os documentos estão bem guardados, embora havendo pouco espaço para melhor acomodar a farta documentação ali existente.

O Govêrno pretende ainda no decorrer dêste exercício, dotar o Arquivo Público com novas instalações, em outro prédio, que ofereça espaço suficiente, porquanto o atual já não dispõe de dependências que possam atender satisfatòriamente às atividades dêste setor e estando inclusive já necessitando de reparos.

12. GABINETE DO EXECUTIVO

Casa Civil

Casa Militar

Secretaria de Imprensa e Divulgação

Como órgãos de assessoramento do Gabinete do Chefe do Poder Executivo, funcionam a êle diretamente ligados a Casa Civil, a Casa Militar e a Secretaria de Imprensa e Divulgação.

Casa Civil

Tendo o dr. João Martins da Silva, como titular desde o início da atual administração, a Casa Civil desincumbe-se plenamente de suas tarefas, como órgão de representação civil e de auxílio burocrático do Governador, cabendo-lhe ainda, dentre outras atribuições, o estudo dos assuntos de ordem administrativa ou política, sendo-lhe subordinado o Serviço Social do Palácio Rio Negro.

Atuação destacada teve a Casa Civil nos preparativos para a instalação do Govêrno Federal em Manaus e durante a permanência do Chefe da Nação, acompanhado de todo o seu "staff" superior.

Saliente-se ainda, a atuação da Casa Civil na assistência prestada aos visitantes ilustres que estiveram em nosso Estado no decorrer do ano passado.

Além dos Ministros de Estado, que acompanharam o Excelentíssimo Senhor Presidente da República, em sua viagem a Manaus, o Govêrno recebeu ainda a visita dos Embaixadores da Áustria, da Suécia, da Iugoslávia, do Chile, da Checolosváquia, da África do Sul e Romênia, além dos Presidentes da Comissão de Marinha Mercante, do Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário, do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, de parlamentares do Congresso Nacional, representantes de diversos Estados, industriais de várias Unidades da Federação e jornalistas nacionais e estrangeiros, oficiais superiores das Fôrças Armadas e um Grupo de Estagiários da Escola Superior de Guerra.

Casa Militar

Órgão de representação do Governador do Estado, para assuntos militares, a Casa Militar, tendo como titular o Coronel Themístocles Henriques Trigueiro, vem cumprindo com suas fi-

nalidades, cabendo-lhe também a supervisão do Serviço de Rádio-Comunicação do Palácio Rio Negro. Teve participação destacada, quando da instalação da sede do Govêrno Federal, em Manaus.

Secretaria de Imprensa e Divulgação

É o órgão de assessoramento do Governador do Estado em suas relações com a Imprensa, competindo-lhe especialmente, coordenar todos os assuntos do Govêrno do Estado no que se relaciona com os meios de comunicação social.

A tôdas estas tarefas, a Secretaria de Imprensa e Divulgação, tendo como titular o Jornalista e Bacharel em Direito Sínval Andrade Gonçalves, vem dando cabal cumprimento à distribuição diária de Boletins Informativos à Imprensa e mantendo nos dias úteis o programa radiofônico "A Voz do Amazonas".

Coube à SID coordenar a cobertura jornalística das atividades do Govêrno Federal em Manaus, para o que montou um "Bureau de Informações" para atendimento dos jornalistas de todo o país que vieram a Manaus, distribuindo farto material de interêsse jornalístico. Esta missão desempenhada pela SID, recebeu referências elogiosas da Assessoria Especial de Relações Públicas da Presidência da República e dos próprios representantes da Imprensa nacional que acompanharam o Chefe da Nação em sua viagem ao Amazonas.

A participação do Amazonas na Feira Nacional da Amazônia, realizada em Belém, de cujo "stand" também integraram a Prefeitura de Manaus, a Universidade do Amazonas e a SUFRAMA, contou com a coordenação geral da Secretaria de Imprensa e Divulgação, salientando-se que o Pavilhão do Amazonas foi ressaltado como um dos melhores pela imprensa paraense.

Consoante salienta o titular da SID, em seu relatório, assume transcendental importância no processo de desenvolvimento, o papel da informação, ao ponto de hoje ser considerado como investimento os recursos aplicados na divulgação feita junto aos órgãos de comunicação de massa.

No caso particular do Amazonas, integrante de uma região

geográfica ainda não de todo conhecida até mesmo pelos próprios nacionais, ganha fundamental importância na dinâmica administrativa, o setor responsável pela difusão das informações. O país inteiro hoje tem suas vistas voltadas para a Amazônia. Há uma ânsia de conhecimentos e de informações sôbre esta área. E devemos estar preparados para atender a esta procura e responder as indagações que nos chegam de vários pontos do país.

Consciente desta realidade, a SID tem norteado a sua ação, através de um trabalho objetivo, divulgando o Amazonas não sòmente no país, como também no exterior, quer diretamente, como também fornecendo elementos aos inúmeros jornalistas nacionais e estrangeiros que visitaram Manaus.

O Govêrno reconhece a importância dêste setor da administração e dentro das possibilidades financeiras do Estado, procurará ampliar a ação da SID que inclusive necessita de uma reformulação na sua estrutura administrativa, conforme observa o seu titular.

Além do contato diário com os órgãos de Imprensa de Manaus, a Secretaria de Imprensa e Divulgação colaborou intensamente com a realização de diversos programas de outras Secretarias de Estado, participando de tôdas as campanhas de vacinação promovidas pela Secretaria de Saúde.

Através da ação permanente da SID, o povo toma conhecimento de tôdas as atividades do Govêrno, que faz questão de dar ciência de tudo à coletividade, pois entende que o diálogo com o povo, é imprescindível numa Democracia.

13. GOVÊRNO FEDERAL NO AMAZONAS

Pleitos do Govêrno do Estado

Constituindo-se em acontecimento inédito na vida político-administrativa do Amazonas, instalou-se, provisòriamente, em Manaus, a 7 de agôsto de 1968, a sede do Govêrno Federal, em sessão solene presidida pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Marechal Arthur da Costa e Silva, que durante quatro dias, acompanhado de todo o seu Ministério, permaneceu na Amazônia Ocidental, daqui governando o país, numa demonstração viva e eloquente da prática de uma Democracia de ação, atuante e dinâmica.

A presença do Chefe da Nação em nosso Estado, além de ter se constituido numa reafirmação categórica dos propósitos do Govêrno da República para com o desenvolvimento desta região, deu-nos uma excelente oportunidade para um diálogo franco e sincero com os dirigentes dos órgãos de cúpula da administração federal.

O Presidente Arthur da Costa e Silva, que além de visitar a nossa Capital, também se deslocou aos Territórios de Roraima e Rondônia e Estado do Acre, praticou uma série de atos de transcendental importância para o desenvolvimento e ocupação desta área, revelando de maneira sobeja, os objetivos do seu Govêrno em levar avante a "Operação Amazônia", dinamizada e ampliada nas suas bases, pela ação firme e patriótica do atual Govêrno da República.

O Govêrno do Estado do Amazonas, buscando soluções para os diferentes problemas que enfrenta o Estado, elaborou um documento reunindo as recomendações que foram submetidas à consideração do Excelentíssimo Senhor Presidente da República.

Além de mostrar ao Senhor Presidente da República, os nossos problemas mais prementes, necessitados de soluções num prazo bem curto, o documento não se descurou dos da Amazônia

Ocidental e dos da Região como um todo, destacando-se dentre as recomendações de imprescindível importância para o desenvolvimento e a integração regional, o das telecomunicações e dos transportes, incluindo o frete marítimo único e as rodovias de integração nacional, o setor de energia e o de saneamento.

Algumas das recomendações foram atendidas de imediato pelo Govêrno Federal, destacando-se a ampliação dos favores fiscais da Zona Franca de Manaus para outras áreas da Amazônia Ocidental e a desapropriação da faixa necessária à instalação do Distrito Industrial de Manaus.

De um modo geral, os pleitos que o Govêrno do Estado formulou aos diversos Ministérios, foram os seguintes :

> Descentralização administrativa e de crédito dos órgãos da administração federal sediados na Amazônia Ocidental; racionalização da produção, industrialização, financiamento e comercialização de fibra de juta; transformação dos Bancos Estaduais em Bancos de Desenvolvimento; colonização agrícola e povoamento; instalação, em Manaus, de uma Delegacia do Banco Nacional de Habitação — BNH; Fundo para Investimentos Privados no Desenvolvimento da Amazônia — FIDAM; implantação de um sistema de rádio difusão de alta potência na área; implantação do projeto integrado rodovia — colonização da BR-319; implantação da BR-174; ampliação e melhoramento do Porto de Manaus; construção, ampliação e aparelhamento dos portos nos Municípios de Itacoatiara, Parintins e Coari; retificação e desobstrução das vias navegáveis consideradas de interêsse para o desenvolvimento do Estado e, realização de estudos nos principais rios da bacia amazônica; elaboração de nôvo estatuto da navegação fluvial da Amazônia, regulamentando a cobrança dos fretes, as taxas portuárias e o sistema de pessoal e, criação de um fundo geral de fretes para a navegação fluvial na Amazônia; criação de uma legislação específica capaz de permitir a obtenção dos recursos essenciais à execução dos programas de Hidro-

vias e Portos Fluviais e Lacustres; construção de pistas de pouso e estradas de acesso; ampliação do sistema termoelétrico de Manaus; pesquisas de recursos naturais; concessão à COPAM, de licença para utilizar a sua capacidade ociosa e, autorização para o aproveitamento dos resíduos, na fabricação de asfalto; aproveitamento do sal-gema; criação de Zonas Agropecuárias; implantação de um projeto de bovinocultura; instalação de Laboratórios de fertilidade dos solos; financiamento para o programa de rodovias municipais do interior do Amazonas; liberação de recursos referentes ao Impôsto Único sôbre Energia Elétrica, consignados à CELETRAMAZON; financiamento externo para o programa educacional; concessão de crédito à indústria madeireira; inserção no programa do Banco da Amazônia S. A. de medidas referentes à indústria extrativa da borracha; inclusão da castanha do Pará nos acôrdos comerciais a serem celebrados com países socialistas e membros da ALALC; integração dos sistemas educacionais; instalação, em Manaus, de um Centro Regional de Pesquisas Educacionais e, de um Centro de Treinamento de Professôres para Ginásios orientados para o trabalho; liberação de recursos para o setor educação; ampliação da rêde de Oficinas de Artes Industriais; instalação de Laboratórios de Física nos ginásios de ensino médio da Capital e do Interior; aquisição antecipada de horários para a Televisão Educativa do Amazonas; transformação do Ginásio Agrícola do Amazonas em Escola Agrícola; implantação de um Ginásio orientado para técnicos agrícolas, em Codajás; doação de material destinado ao uso de recursos áudio-visuais, nas unidades de ensino médio e primário do Estado; instalação de bibliotecas nos Ginásios Estaduais e Grupos Escolares; ampliação e melhoramento das instalações da Biblioteca do Estado; instalação da Unidade Cultural em Manaus; restauração artística e obras de recuperação das instalações do Teatro Amazonas; coordenação das atividades de

saúde no Estado; consignação no orçamento do Ministério da Saúde, de verbas para efetivar o Programa de Saúde Pública Estadual e obtenção de financiamento externo para o citado programa de Saúde; aquisição de vacinas; concessão de isenção da quota de previdência social sôbre o consumo de água e energia elétrica; construção de um nôvo e moderno aeroporto de características internacionais, em Manaus; construção de aeroportos no interior do Estado e melhoria dos já existentes; e finalmente, doação de terreno situado na faixa de fronteira para construção de casas populares.

14 RELAÇÕES COM ENTIDADES DIVERSAS

SUFRAMA

INDA

SUDAM

INPA

Fôrças Armadas

CEM

Universidade do Amazonas

Administrações Municipais

Tendo em vista a complexidade dos problemas a enfrentar num Estado cujas dimensões territoriais atingem a mais de um milhão e meio de quilômetros quadrados, situado numa região que luta com dificuldades, principalmente de ordem financeira e material humano de nível técnico superior, para a execução dos programas, faz-se necessário, portanto, com vistas a um melhor rendimento, uma conjugação de esforços de todos os órgãos direta ou indiretamente ligados ao processo de desenvolvimento de nossa área. Entendemos que embora com atribuições diferentes, no entretanto todos êstes organismos visam uma meta comum. Assim sendo, deve-se procurar evitar ao máximo a pulverização dos parcos recursos financeiros e como também a dispersão de esforços.

Neste sentido, o Govêrno do Estado tem procurado manter o mais estreito contato com os organismos sediados no Amazonas, dentre os quais saliente-se: Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário (INDA), Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), Grupamento de Elementos de Fronteira (GEF), Companhia de Eletricidade de Manaus (CEM), Universidade do Amazonas, Delegacias de Ministérios e também as administrações municipais.

Zona Franca

No caso da Zona Franca de Manaus, é oportuno algumas referências na luta travada pela sua consolidação. Em nossa recente viagem ao Rio de Janeiro, empreendida nos primeiros dias de fevereiro, o principal tema de nossa agenda, junto ao Chefe da Nação e aos Ministros da Fazenda e do Interior, dizia respeito ao funcionamento dêste organismo, cujo pleno desenvolvimento

vinha sendo prejudicado por interpretações de sua legislação, ao sabor de conveniências particulares.

O Govêrno do Estado entregou àquelas autoridades, dois documentos : um dos quais enfocando os reflexos da Zona Franca no desenvolvimento desta área, quando ficou evidenciado à vista de dados estatísticos os benefícios que êste órgão trouxe à Amazônia Ocidental.

Em pronunciamento que fizemos dias antes da viagem, afirmamos que tínhamos plena confiança na ação do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Marechal Arthur da Costa e Silva e nos seus propósitos para com esta região, acrescentando que coube à Revolução de Março proporcionar os instrumentos válidos para o desenvolvimento regional e a própria Revolução continuará certamente esta obra.

E a nossa convicção confirmou-se totalmente, como esperávamos, diante das afirmativas do eminente Chefe da Nação de que o Govêrno da República continua firmemente empenhado em desenvolver a sua política de valorização e ocupação desta região. O esfôrço continuará e outras medidas ainda poderão surgir, com vistas a maior dinamização do processo de integração e ocupação da Amazônia.

I N D A

Com o Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário, foram firmados doze convênios para a aplicação de recursos financeiros objetivando a execução dos seguintes projetos :

1) Treinamento de Líderes e Trabalhadores Rurais, visando levar ao meio rural, ensinamentos referentes à agricultura, pecuária e economia doméstica, sobretudo através das lideranças, com vistas à implantação dos serviços de extensão rural adaptado às características locais e demais tipos de programas educativos para a área.

2) Cooperativismo : fiscalização, orientação e fomento ao cooperativismo.

3) Refinanciamento a juticultores e pequenos criadores: elevação dos níveis de vida econômica dos juticultores e pequenos criadores, vitimados pela última enchente do Rio Amazonas.

4) Levantamento agro-sócio-econômico: Estudo básico da realidade agro-sócio-econômica do município de Parintins, para programar-se doravante, os projetos de desenvolvimento econômico de suas atividades agrícolas, sociais e econômicas.

5) Silos Familiares: introdução e revenda de Silos Familiares, destinados a difundir o processo de guarda primária da produção como instrumento regulador dos custos de produção e consumo de cereais.

6) Êstes projetos foram assinados em 1967. No ano passado, firmou-se mais os seguintes:

1) Treinamento de Líderes Rurais e Mobilização da Juventude Rural: prosseguimento do programa anterior, levado a efeito no Médio Solimões e agora dirigido ao Médio Amazonas.

2) Levantamento agro-sócio-econômico: município de Manacapuru.

3) Cooperativismo: continuação do programa iniciado em 1967.

4) Centro de Treinamento de Manaus: aparelhamento e instrumentação do Centro de Treinamento "Maromba", pertencente à Arquidiocese de Manaus, tendo em vista o treinamento de Líderes Rurais, nos campos de agricultura, ciências domésticas, educação e saúde, bem assim como a de pessoal técnico e administrativo vinculado a essas atividades.

5) Granja de Demonstração: incremento à produção hortigranjeira.

6) Indústria de calcáreo: implantação da indústria de calcáreo moído, com aproveitamento de reservas existentes no município de Maués, visando seu fornecimento aos agricultores da região, com o que esperam o INDA e o Govêrno do Estado, promover a introdução das práticas de correção de solos na agricultura amazonense.

7) Usina de Beneficiamento de Cereais e Mercado Produtor de Manaus : realização de um trabalho conjunto para a execução de um programa de Beneficiamento e Comercialização de Produtos Agrícolas de Subsistência, como instrumento de suporte à produção dos nossos agricultores.

Vale ressaltar que êstes dois projetos (ítens 6 e 7), foram executados pela Secretaria de Produção, já tendo sido inaugurados no mês de janeiro último.

SUDAM

Como órgão de coordenação e execução da política do Govêrno Federal na área amazônica, a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia tem mantido as melhores relações com o Govêrno do Estado, sendo de destacar, a escolha da capital amazonense, como sede da última reunião de 1968, do Conselho Deliberativo dêste órgão, cuja sessão contou com a presença de Governadores da área e na qual foram aprovados diversos projetos de interêsse para o desenvolvimento econômico da região.

INPA

Considerando a importância de sua atuação na área amazônica, o Govêrno do Estado tem procurado colaborar com os programas do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, tendo doado a esta Instituição, terreno para a construção de sua sede, porquanto a atual, já não atende às necessidades dos serviços dêste Instituto. O INPA exerce um papel da maior importância no processo de desenvolvimento da Amazônia, que ainda reclama a realização de um amplo inventário sôbre as reais possibilidades. Desde que não sejam negados os recursos financeiros exigidos à execução desta grande tarefa, o INPA tem condições de levar avante êste trabalho.

Fôrças Armadas

É digno de realce a atuação das Fôrças Armadas na região amazônica. Com as unidades militares sediadas em nosso Estado, principalmente com o comando do Grupamento de Elementos de

Fronteira, o Govêrno do Estado tem oferecido sua colaboração objetivando mormente proporcionar melhores condições de vida às populações das faixas de fronteiras. Em Tabatinga, através de convênios já firmados, o Govêrno do Estado instalou uma unidade médica, através da SUSEMI - AM., e na mesma localidade funcionará um Ginásio e tendo sido recuperado totalmente o Grupo Escolar que ali funciona.

C E M

Dentre as recomendações que o Govêrno do Estado apresentou ao Govêrno Federal, quando de sua instalação em Manaus, figurou a necessidade da execução de um programa de ampliação da capacidade energética da Companhia de Eletricidade de Manaus, inclusive com a construção de uma nova usina termo-elétrica. As providências neste sentido estão bem encaminhadas, para o que o Govêrno do Estado colaborou decisivamente com a Diretoria desta emprêsa.

Universidade do Amazonas

Com a Fundação Universidade do Amazonas, o Govêrno do Estado tem igualmente prestado sua colaboração, com vistas à efetiva consolidação desta obra, que tem um papel importante no desenvolvimento sócio-econômico do Amazonas. Através de convênio firmado, os alunos da Faculdade de Medicina, realizam as indispensáveis aulas práticas e estágio, no Hospital "Getúlio Vargas".

Administrações Municipais

Com referência às administrações municipais, o Govêrno do Estado tem se feito presente através de obras, em todos os municípios amazonenses, no cumprimento das etapas previstas no Plano Quinquenal.

Destaque especial, todavia, cabe à administração municipal da Capital, cujo Prefeito, como se sabe, é de nomeação do Governador do Estado.

Em perfeita consonância com a administração estadual, o Prefeito Paulo Pinto Nery tem executado um amplo programa de urbanização, bem como de abertura de novas rodovias e recuperação de outras. A capital amazonense tem se beneficiado grandemente com a atuação do seu atual Prefeito, e com isto a população. Graças às obras já executadas e outras que ainda o serão, Manaus, adquire novos contôrnos de beleza e ganha novos padrões de progresso, mercê da administração criteriosa, honesta e eficiente do Prefeito Paulo Pinto Nery.

15. ESPORTES

O setor de esportes também vem merecendo a devida atenção do Govêrno do Estado. Após dois anos de total paralização, a atual administração estadual reiniciou e vem dando prosseguimento normal, às obras de construção do Estádio "Vivaldo Lima", projetado dentro da mais moderna técnica.

Para a conclusão desta monumental praça de esportes, que será uma das maiores do país, envida-se todos os esforços, sendo de justiça salientar o apôio que o Poder Público vem contando, da indústria de refrigerantes de Manaus e também do calor do entusiasmo da própria população, que de há muito anseia por êste empreendimento.

Constituindo-se numa grande festa, que contou com a presença do povo e de autoridades, realizou-se no dia 2 de fevereiro dêste ano, a inauguração do gramado, quando foram realizados os primeiros jogos, vencendo-se assim uma das etapas com vistas à concretização desta obra, quando então já tinham sido concluídos os seguintes serviços :

Concretagem do fôsso de contôrno do gramado, destinado a isolar o público dos jogadores, como também para escoar as águas pluviais procedentes das arquibancadas, das gerais e do próprio gramado.

Serviços de escavações de quatro túneis de acesso dos vestiários ao campo de futebol.

Execução e compactação do atêrro de parte das gerais.

Execução de um túnel de acesso das futuras instalações de concentração de jogadores, para os respectivos vestiários.

O estádio uma vez concluído, comportará cinquenta mil pessoas, assim distribuídas : trinta mil nas arquibancadas, dezessete mil nas gerais e três mil nas cadeiras especiais e tribunas de honra.

Além de recursos fornecidos pela Loteria do Estado, êste ano foi consignada no orçamento do Estado, uma dotação de NCr$ 700.000,00 para o prosseguimento das obras, esperando-se contar também com uma contribuição da Prefeitura Municipal de Manaus, no valor de NCr$ 200.000,00.

As obras de construção vêm sendo orientadas por um Grupo de Trabalho, especialmente criado para êste fim.

16. COLONIZAÇÃO E POVOAMENTO

A Ação do Govêrno do Estado

No estudo procedido quando da elaboração do Plano Quinquenal do Govêrno, ficou comprovado que a rigor não foi levado a efeito, no Amazonas, uma política de colonização ou de povoamento orientada com os requisitos mínimos indispensáveis à ocupação da terra em bases técnicas, exceção feita de alguns agrupamentos de origem nipônica.

No que respeita às colônias estaduais, as providências no sentido de sua estruturação e expansão pouco ultrapassaram os atos legais de criação. A ocupação se processou de maneira espontânea, senão anárquica, tendo em vista, em boa parte, a depredação extrativista.

A afirmação não significa condenação do extrativismo em geral e, muito menos, sua exclusão como uma das bases e motivações da ocupação. O extrativismo é base de todo o povoamento já realizado ou que se vier a fazer no Amazonas ainda por longos anos. O que se condena é a depredação em lugar da extração.

A política de colonização e povoamento que o Govêrno do Estado pretende realizar, por intermédio da Secretaria de Produção, tem por objetivo :

a) montagem, organização e funcionamento, na Secretaria de Produção, de um serviço especial de assistência técnica, financeira e social ao produtor agrupado em colônias agrícolas e núcleos de povoamento orientado já existentes ou a se fundarem no Amazonas;

b) montagem e organização nas 5 colônias estaduais já existentes, de centros comunitários contendo uma infra-estrutura de assistência técnico-financeiro-social, de beneficiamento ou industrialização e de comercialização da produção agropecuária e extrativa;

c) cobertura da produção agrícola complementar (culturas anuais e perenes estimadas nas metas globais).

O esquema proposto pressupõe o afastamento da política tradicional de colonização que vimos seguindo, de conteúdo paternalista e administração ultra-centralizada.

Ainda objetivando a implantação de uma nova política de colonização e povoamento, após demorados estudos levados a efeito por uma equipe técnica do Govêrno, através do DER - Am., foi proposta a criação de uma emprêsa em forma de sociedade de economia mista, denominada "Colonização Rodoviária do Amazonas" S/A, calcada no Relatório de Viabilidade Técnico-Econômica da BR - 319, elaborado por organizações especializadas, tendo como objetivo : implantação de uma infra-estrutura urbana; urbanização, habitação, energia, saneamento, saúde, educação, transporte e colonização dos colonos, orientando, impulsionando as produções setoriais, introduzindo novas técnicas, promovendo a formação de cooperativas, analisando e aprovando a curto prazo os projetos considerados de interêsse para o desenvolvimento da faixa de influência da rodovia nos setores da indústria, da agricultura e da pecuária. Implantação de infra-estrutura agrícola : preparo do solo, sementes, mudas, armazenagem e comercialização.

A emprêsa também se permitirá localizar os pontos de desenvolvimento e amparar a pesquisa, a produção, a armazenagem e a comercialização regional. Seria assim, a maneira mais racional, e dentro dos princípios básicos do pensamento governamental a respeito da Amazônia, de ocupar o seu vazio geográfico.

Na etapa inicial da execução da programação que caberá à Colonização Rodoviária do Amazonas S/A (CRASA), está prevista a localização de 3.500 famílias em sete núcleos agro-industriais ao longo do eixo da rodovia Porto Velho-Manaus, procurando atrair correntes migratórias das áreas problemas brasileiras para a ocupação do interior amazonense e com isto carreando para a região "Know-how" que, por certo, dará uma feição mais diversificada à economia local.

Área física das mais vastas e ainda desconhecida, como inexplorada, a faixa ocidental da Amazônia, onde se enfeixa a totalidade do Estado do Amazonas, ou seja a Amazônia Ocidental, caracteriza-se como um vazio demográfico e como desafio à ação orientada dos Poderes administrativos, partindo daí, a necessidade premente de uma política de colonização que venha a gerar efeitos positivos no sistema econômico da Amazônia Ocidental e justificar econômicamente os investimentos em capital social básico, como estradas.

Assim, a colonização orientada, ao longo das estradas programadas e em construção, apresenta-se como necessidade indubitável para a real consecução dos objetivos finais das vias terrestres de acesso ao interior, que de maneira enfática, viriam concretizar o trinômio transporte — povoamento e desenvolvimento.

Particularizando a estrada BR - 319 que ligará dois polos em desenvolvimento (Manaus-Porto Velho), esta via de acesso poderá se transformar em uma grande faixa de desenvolvimento, com a colonização sistemática das suas terras, através do disciplinamento técnico orientado pela CRASA, tendo em conta as fôrças de atração e irradiação que exercem os dois polos supra mencionados, gerando os fluxos nominal e real, elementos fundamentais para o objetivo primordial que é o desenvolvimento econômico.

17. SERVIÇO LOTÉRICO

Loteria do Estado

O Serviço de Loteria do Estado encerrou o exercício de 1968, com o apreciável superavit de NCr$ 192.326,84 (cento e noventa e dois mil, trezentos e vinte e seis cruzeiros novos e oitenta e quatro centavos), tendo sido vendidos neste ano, um total de 326.575 bilhetes com extrações semanais, produzindo uma renda desta venda alcançando a cifra de NCr$ 2.470.046,21 (dois milhões, quatrocentos e setenta mil, quarenta e seis cruzeiros novos e vinte e um centavos).

Os prêmios pagos, atingiram a um total de NCr$ 1.262.050,80 (hum milhão, duzentos e sessenta e dois mil, cinquenta cruzeiros novos e oitenta centavos).

Do produto da receita auferida com a venda de bilhetes, foram destinados NCr$ 347.332,40 (trezentos e quarenta e sete mil, trezentos e trinta e dois cruzeiros novos e quarenta centavos), para aplicação na construção do Estádio "Vivaldo Lima".

Para a Superintendência dos Serviços Médicos do Interior do Amazonas (SUSEMI - Am.), foi entregue à Secretaria de Saúde, a quantia de NCr$ 70.000,00 (setenta mil cruzeiros novos), na conformidade da distribuição das rendas lotéricas, objeto da lei estadual.

A programação executada no ano passado, teve o seguinte comportamento :

Em janeiro, quatro sorteios, sendo cada plano do valor de NCr$ 10.000,00. Em fevereiro, na 1.ª extração, foi realizado um lançamento experimental com o plano N - A, do valor de..... NCr$ 20.000,00, visando verificar a possibilidade de mercado para colocar futuros planos desta modalidade e avaliar a capaci-

dade aquisitiva do público. Seu resultado foi promissor. Na última das quatro extrações, êste plano voltou a ser experimentado, repetindo-se bons resultados.

Em abril, foi feita nova experiência com o plano A - I, do valor de NCr$ 20.000,00, em versão diferente. Em maio novos planos foram lançados, sendo que a última extração dêste mês correspondia ao plano A - II, no valor de NCr$ 30.000,00. Em junho, o primeiro prêmio correspondeu a NCr$ 50.000,00. Nos três meses seguintes, as extrações obedeceram ao plano L - B.

Em outubro experimentou-se um novo plano "D", do valor de NCr$ 15.000,00, com bastante aceitação, animando a Loteria a lançar em caráter permanente o plano A - I, do valor de..... NCr$ 20.000,00, mantido no mês seguinte, para em dezembro ser oferecido ao público, por ocasião da extração natalina o plano "P" do valor de NCr$ 30.000,00.

Encerrou, assim, a Loteria do Estado, o exercício passado com excelente movimento, mercê do trabalho de sua atual Diretoria, presidida pelo experimentado fazendário Theófilo Marinho Filho.

18. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realidade nacional, impõe-nos sérias reflexões quanto aos nossos deveres para com os propósitos e interêsses da coletividade e do país. Não podemos dissociar nossos atos, atitudes e ações daqueles objetivos impostos pela atual conjuntura que nos trouxe o processo revolucionário deflagrado a 31 de março de 1964, cujo Movimento vem de ser revigorado e revitalizado, com medidas tomadas pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República, a 13 de dezembro do ano passado, consubstanciadas na edição do Ato Institucional n.º 5, devidamente justificado pela necessidade de proporcionar ao país os meios necessários ao processo de desenvolvimento, que vinha sendo prejudicado por tentativas reiteradas de perturbação da ordem pública e quebra do regime, partidas de minorias audaciosas, através do uso constante da calúnia, da perfídia, do engôdo e da mentira, movidos por interêsses inconfessáveis e pessoais.

A Revolução incruenta de 64, realizada pelas Fôrças Armadas, traduzindo um clamor da maioria esmagadora do povo brasileiro, inconformada com aquêle clima de insegurança, de intranquilidade, de desassossêgo, de subversão dos valôres, de desregramento administrativo, retoma assim a sua trajetória de assegurar ao povo brasileiro, trabalho e progresso, dentro da ordem e da disciplina, do respeito e da decência.

Em discurso pronunciado na Escola de Comando do Estado Maior do Exército, no dia 16 de dezembro último, o eminente Chefe do Govêrno Brasileiro, Marechal Arthur da Costa e Silva, enfatizou com muita propriedade:

> "A Revolução prossegue pelo caminho certo que levará o país rumo ao desenvolvimento rápido e seguro. Mas a Revolução também estará alerta contra quaisquer tentativas que visem a impedir a ordem e a democracia".

"E, sempre que imprescindível, como agora, faremos novas revoluções dentro da Revolução" !

A História registrará êste Mavimento como um dos episódios de maior profundidade na vida nacional, pôsto que restituiu à Nação os princípios de dignidade e de austeridade na gestão dos negócios públicos. Com a Revolução de 1964, sepultado fica, para sempre, um longo passado de erros e falsidades, pôsto que êste movimento é irreversível, a sua marcha jamais será detida, únicamente porque representa as aspirações maiores do povo brasileiro, traduzidas nas medidas que estão indo ao encontro dos interêsses nacionais e da coletividade, seja na execução de programas nos setores básicos da economia, como no atendimento das reivindicações populares no campo social.

Senhores Deputados :

Em mais esta oportunidade em que comparecemos a esta ilustre Assembléia Legislativa, em obediência ao disposto no inciso IV, do artigo 43, da Carta Magna do Estado, assim o faremos com muita honra, confiantes em que o Poder Executivo continuará a receber desta Augusta Casa, a mesma colaboração com que até aqui contou, convictos dos sinceros propósitos de Vossas Excelências, que temos certeza, estão plenamente conscientes do esfôrço e das intenções do Govêrno do Estado, para garantir ao Amazonas e a sua população paz e crescente prosperidade.

MANAUS, março de 1969.

DANILO DUARTE MATTOS AREOSA
Governador do Estado

Composto e Impresso na **Gráfica Palácio Real** - Editora - Manaus-**Am.**

Secretaria de Estado
de Cultura e
Economia Criativa

AMAZONAS
GOVERNO DO ESTADO
TRABALHO QUE TRANSFORMA

Comunicado

As imagens, textos e obras disponibilizadas pelo Centro de Documentação e Memória da Amazônia estão na maioria em domínio público ou possuem termo de cessão para publicação da versão digitais produzida pela Secretaria de Cultura.

Se porventura, você identificar alguma obra que não esteja de acordo com a Lei de Direitos Autorais (lei 9.610/98), entre em contato conosco para que possamos identificar e proceder com regularização.

O objetivo da Biblioteca da Amazônia na disponibilização das versões digitais é a preservação da memória e difusão da cultura do Amazonas e região norte do Brasil, sem prejudicar os direitos patrimoniais do autor, herdeiros ou quem possuir o direito de uso.

O uso destes documentos digitais, digitalizados ou nascidos digitais são apenas para fins pessoais (privado), sendo vetada a sua venda, edição ou cópia não autorizada.

Lembramos, que esses materiais podem ser encontrados nos acervos do Sistema de Bibliotecas Públicas da Secretaria de Cultura e Economia Criativa e seus parceiros.

ACERVOS DIGITAIS
https://beacons.ai/cdmam_sec

FALE CONOSCO

(92) 3090-6804
cdmam@cultura.am.gov.br
acervodigitalsec@gmail.com

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA AMAZÔNIA - CDMAM